

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FRANCISCO DA SILVA MEDEIROS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE MORADORES DO
CONDOMÍNIO RUBEM BERTA, EM PORTO ALEGRE - RS**

Porto Alegre

2011

FRANCISCO DA SILVA MEDEIROS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE MORADORES DO
CONDOMÍNIO RUBEM BERTA, EM PORTO ALEGRE - RS**

Dissertação de Mestrado submetida como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, junto a
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. PhD. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Porto Alegre

2011

FRANCISCO DA SILVA MEDEIROS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE MORADORES DO
CONDOMÍNIO RUBEM BERTA, EM PORTO ALEGRE - RS**

Dissertação de Mestrado submetida como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, junto a
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. PhD. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PUCRS)

Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUCRS)

Profa. Dra. Ligia Madeira (UFRGS)

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e a minha irmã, por darem o suporte financeiro e o estímulo moral para desenvolver este trabalho.

RESUMO

Este trabalho busca analisar o caso específico do Condomínio Rubem Berta, localizado em Porto Alegre – RS, que passa por um processo peculiar de ocupação no final dos anos 1980. Esta área é um conjunto popular de moradias que passa por um processo de invasão e reorganização espacial. Nesta reorganização ocorre um processo de favelização, que contribuiu para a construção de uma imagem negativa da região, principalmente por ocorrer à apropriação de alguns espaços dos blocos residenciais por grupos criminosos. As ações destes indivíduos, que carregam comportamentos impregnados de atos de violência principalmente com a utilização de armas de fogo para resolução de conflitos são observadas nas estatísticas de homicídios da região. A ação destes grupos criminais e seus possíveis desdobramentos sobre a sociedade local, podem vir a criar novas sociabilidades, que são buscadas através do emprego da Teoria das Representações Sociais da Violência na localidade.

Palavras chave: Condomínio Rubem Berta. Violência. Representações Sociais da Violência.

ABSTRACT

This paper seeks to examine the specific case of the Condominium Rubem Berta, located in Porto Alegre - RS, which passes through a peculiar process of occupation in late 1980. This area is a popular set of houses that goes through process of invasion and spatial reorganization. This reorganization is a process of slums, which contributed to the construction of a negative image of the region, mainly because it places the ownership of some of the residential blocks by gangs. The actions of these individuals, behaviors that carry impregnated with acts of violence especially with the use of firearms for conflict resolution are observed in the homicide statistics in the region. The action of these criminal groups and their possible ramifications on the local society, may create new social, which are sought through the use of the Theory of Social Representations of Violence in the locality.

Keywords: Condominium Rubem Berta. Violence. Social Representations of Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Premissas fundamentais para o Paradigma Modernista	17
Tabela 2 – Modalidades de Violência Criminal	37
Tabela 3 – Relação de prioridades do Orçamento Participativo. Assembléia: EIXO- BALTAZAR	68
Organograma – A era do Globalismo e da Pós-Modernidade	22
Questionários de entrevistas	75
Imagem 1 – Região Metropolitana de Porto Alegre	64
Imagem 2 – Estratégia do Sistema de Planejamento	65
Imagem 3 – Vilas na região do Bairro Rubem Berta	63
Imagem 4 – Condomínio Rubem Berta	67
Imagem 5 – Garagens adaptadas para serem moradias	68
Imagem 6 – Vista dos blocos e das garagens transformadas em moradias	68
Imagem 7 – Vias públicas da região do Condomínio Rubem Berta	76
Imagem 8 – Lixo nas calçadas	77
Imagem 9 – Passeio público irregular	77
Imagem 10 – Cães soltos em vias públicas	77
Imagem 11 – Estabelecimentos comerciais	77
Imagem 12 – Região da Escola Grande Oriente do RS	80
Imagem 13 – Ação junto ao Beco dos Coqueiros	95
Imagem 14 – Distribuição de presentes de natal	95
Imagem 15 – Ação realizada com os pais da escola Argentina, vizinha ao batalhão	95
Imagem 16 – Mapa de Porto Alegre. Região de atuação do 20 BPM	97
Gráfico 1 – Causas de mortalidade jovem e não jovem	44
Gráfico 2 – Evolução do número de homicídios no Brasil de 1998/2008	45
Gráfico 3 – Maior incidência de detentos na Galeria Quinta do C	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A SOCIEDADE MUNDIAL CONTEMPORÂNEA	12
2.1 Modernidade Tardia / Periférica, e as crises na era do Globalismo	15
2.2 O fenômeno violência e o modelo urbano atual	29
3 O PERCURSO ATÉ O CONDOMÍNIO RUBEM BERTA	52
3.1 Porto Alegre e o Bairro Rubem Berta	53
3.2 O Condomínio Rubem Berta	62
4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	71
4.1 Representações sociais, o medo da vida noturna.....	75
4.2 A Brigada Militar e a aproximação com a comunidade	90
5 CONSIDERAÇÕES NÃO TÃO FINAIS	98
6 REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	107

1 INTRODUÇÃO

Durante os últimos trinta anos a sociedade mundial contemporânea esta sofrendo alterações em diversas esferas. Estas alterações dão-se no plano econômico, pessoal, afetivo, estrutural, enfim, toda a gama de relações sociais existentes. A evolução que passa o meio *técnico-científico-informacional*, conforme Santos (2006), proporcionou aos indivíduos uma facilidade enorme para o deslocamento, interação e troca de práticas com outros povos. Junto neste fluxo, grandes conglomerados transnacionais de comércio utilizando de sua importância e influência econômica, disseminam uma rede de produção mundial, aproveitando o que melhor lhes convêm em cada região, estimulando a competição entre os países, que são levados a fornecer estímulos financeiros e em alguns casos, promover o enfraquecimento dos direitos sociais para que possam assim baratear os custos da cadeia produtiva.

No decorrer do item A Sociedade Mundial Contemporânea, elabora-se a apresentação dessa nova cadeia produtiva, que leva consigo uma nova óptica organizacional de produtividade e produção. A estabilidade do emprego fixo atingida durante a modernidade, em que os indivíduos poderiam iniciar e concluir sua carreira em uma mesma empresa já não esta presente. Esse enfraquecimento das relações de trabalho causa uma reorganização no corpo social. Em bairros onde os vizinhos geralmente trabalhavam na mesma empresa, e por isso se encontravam nas ruas e produziam um certo padrão de sociabilidade, foram substituídos. Junto a isto, têm-se uma rede outros fatores que afetam os indivíduos: a substituição no padrão das construções modernistas por arranha-céus, o realocamento de bairros para construção de vias de circulação, uma escalada crescente de criminalidade, influenciada pela mídia e pelos institutos de pesquisa, que apresentam cada vez mais dados sobre este tema. A mídia se apropria da violência e cria uma rede de comércio deste produto. Com a facilidade ao acesso de informações, casos de exceção que ocorrem, por sua constante difusão acabam tornando-se uma rotina Young (2002) Tavares dos Santos (1999; 2004; 2009).

Para ingressar na análise social que estas estruturas causaram na sociedade brasileira, utiliza-se três autores principais, Zaluar (2004) com a caracterização proposta para a configuração do perfil de indivíduos e redes de crime, formadas concomitantes as alterações nos padrões de sociabilidade mundial; Soares (2000; 2000a) que indica que a hierarquização e as desigualdades latentes na disparidade entre os mais ricos e os mais pobres na sociedade brasileira ao longo dos séculos, atuam subjetivamente em determinados indivíduos, podendo

formar um padrão de sociabilidade excludente, em que as classes menos favorecidas que sofrem desamparo do poder público a décadas e estão inseridas geograficamente, em locais que apresentam condições favoráveis para proliferação de determinados tipos de comportamento criminal, que não restringe sua atuação a estes territórios e se propaga para outras regiões, disseminando um sentimento de medo inclusive entre os que nunca sofreram algum tipo violência; o terceiro autor é Adorno (2002; 2002a; 2002b) que apresenta que grupos criminais sofrem alterações em seus modelos de gestão e funcionamento, inserindo em suas práticas formas de gestão e abrangência ligas também ao mercado global. Tem-se que antigos agentes criminais se especializam para praticar novos delitos, e surgem novas modalidades de crime difusas na sociedade, mas a relação entre a afirmação da masculinidade e do poder por criminosos através do porte de armas de fogo e na resolução de conflitos de forma violenta ainda é uma constante, como observado nos índices de homicídios.

Para aprofundar o estudo no município de Porto Alegre, no item intitulado “O percurso até o Condomínio Rubem Berta”, é proposta a análise dos dados do bairro, podendo atentar para as peculiaridades ali encontradas, mas que não diferem muito da realidade brasileira: era um bairro planejado para moradores de classe média, apresentando grandes complexos imobiliários construídos por agentes especulativos e por órgãos públicos, que passa por um processo de favelização no final de 1980. Dentre estes condomínios a situação específica de um, o Condomínio Rubem Berta chama atenção pela forma que ocorre a apropriação dos imóveis pelos moradores. Este era um mega condomínio, organizado em sua planta para receber cerca de 20.000 moradores, mas que após o processo de ocupação, sofre uma alteração em sua estrutura original, com a criação de novas moradias, chamada de garagens, além da utilização de determinadas regiões do condomínio por grupos de traficantes Rigatti (1997).

Como ferramenta para compreensão da realidade, as relações, vínculos ou tensões existentes entre agentes do mesmo grupo social, busca-se a Teoria das Representações Sociais, nos moldes propostos por Moscovici (2009) que indica a importância da análise dos sujeitos como criadores de redes de sociabilidades locais, que podem vir a se tornar uma representação social coletiva ou não. As violências em suas diversas faces apresentadas na sociedade hoje podem representar uma série de significados e estes significados podem sofrer variações para cada indivíduo. O não reconhecimento de um determinado ator pode vir a se configurar em uma forma de violência, uma exclusão simbólica, mas que está presente no cotidiano Porto (1999; 2002; 2006). Como a área analisada apresenta peculiaridades em sua configuração e formação territorial as representações sociais são uma forma de contribuição

para análise presente nas crenças, valores, formas de agir dos indivíduos, tomados assim como matéria prima do saber sociológico Porto (2010). Buscar a forma com que a violência esta presente no cotidiano dos moradores da região, sem uma pergunta direta sobre a questão pode vir a ser uma forma de compreender o funcionamento das relações existentes na área.

A pesquisa realizada no condomínio seguiu um roteiro semi-estruturado de entrevista, a qual foi realizada em diferentes locais e com diferentes entrevistados, gravadas em mídia para posterior transcrição. Este roteiro foi elaborado de forma a conduzir o entrevistado de maneira que este descreva sua aproximação com a região e os sentimentos que apresenta frente a segurança em transitar pelo bairro, a busca pela resolução de conflitos através de mecanismos legais e se este alteraria algo na região. Estas respostas conduziram à análise de que a região enfrenta algumas dificuldades estruturais, as quais as instituições comunitárias tomam a responsabilidade pela mediação entre comunidade poder público, além de indicar uma relação entre os sentimentos existentes entre o transitar durante o dia e a noite na localidade, evidenciando alguns sentimentos e relações entre os moradores e as praticas relatadas que ocorrem durante a vida noturna. A ação da Polícia Militar que atua na região é verificada em uma questão direta, e levando em consideração o histórico de formação da região e os problemas vivenciados pelo tráfico, consumo de entorpecentes, homicídios e outras formas de violência, interroga-se a comunidade sobre o emprego de mecanismos legais para resolução de conflitos e descobre-se que a ação da força policial na visão dos entrevistados é satisfatória e que não verifica-se entre os entrevistados ações por parte da força policial que violem os direitos dos indivíduos. Com a análise destes indicadores espera-se conseguir compreender parte das características desta comunidade, e se existem representações sociais de violência.

2 A SOCIEDADE MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Ao discutirem-se os conflitos sociais nos quais a sociedade brasileira atual esta inserida, ou parte significativa dela, não se pode deixar de examinar alterações sofridas nos padrões de produção, comportamento e desenvolvimento técnico científico catapultado nas ultimas décadas no mundo, relacionadas fundamentalmente ao fenômeno da globalização, caracterizado por Giddens (in PORTO, 2010 p.88):

[...] a globalização não é apenas nem primordialmente um fenômeno econômico, e não deve ser equacionada com o surgimento 'sistema mundial'. A globalização trata efetivamente da transformação do espaço e do tempo. Eu a defino como *ação a distância*, e relaciono sua intensificação nos últimos anos ao surgimento da comunicação global instantânea e ao transporte de massa.

Com uma leitura sobre a modernidade até situação contemporânea, Young (2002) apresenta algumas alterações vividas nas sociedades desenvolvidas como Estados Unidos da América e em de determinados países europeus. A alteração da estabilidade proporcionada pelo emprego fixo, e sua influencia sobre a reorganização de bairros, cidades, estados e países, afeta o cotidiano dos indivíduos. A competição dos estados para serem sedes de firmas e conglomerados transnacionais, acarreta realocação de moradores, propiciando a convivência de bairros de alto padrão com outros de precária situação, causando o aumento real do risco causado pela convivência com novos vizinhos, que em determinados casos apresentam uma cultura com hábitos que divergem ou são estranhos aos moradores mais antigos; também a disponibilidade de novas possibilidades de emprego causado por esta nova configuração das plantas produtivas, leva a ampliação de expectativas e das frustrações causadas pela instantaneidade com que são apresentadas as oportunidades e com que estas são ocupadas pelos que estão mais habilitados a preenchê-las.

Outras alterações significativas que ocorrem na era do globalismo e da pós modernidade são a consolidação do padrão da industrialização flexível com a precarização do trabalho, onde os conglomerados transnacionais passam a exercer e conduzir a maior parte das atividades econômicas, também presentes a insurgência de acordos de integração e cooperação econômicas supranacionais e regionais; o incremento das diferenças e também das desigualdades e dos mecanismos de seleção-exclusão social, desencadeando a formação da sociedade global, caracterizada tanto pela integração e homogeneização, quanto por tensões, desigualdades, diferenciações e exclusões Tavares dos Santos(1999).

O meio *técnico-científico-informacional* Santos (2006) encontrado hoje, proporciona uma revolução no acesso a informações, deslocamentos com trocas de experiências e principalmente na articulação de redes de fluxos. Essas redes estão presentes em todas as áreas e extratos sociais, e influenciam a agenda de cada interlocutor em promover sua atuação no meio em que está inserido. Nas sociedades periféricas, as quais reivindicam proporcionar o estado de bem estar social, mas, que por disparidades na divisão de renda entre a população e por problemas pontuais de gestão dos recursos públicos, como desvios de verbas e crimes de colarinho branco, não conseguem criar de maneira satisfatória essa condição de bem estar. Algumas problemáticas são apresentados por Sobottka (2010), que afirma que os problemas vivenciados na modernidade tardia, geram acusações de práticas de *troca de favores* entre governantes que aplicam programas de distribuição de renda e a população beneficiada por estes.

Estas questões caminham para seis pontos apresentados por Young (2002) que tencionam as relações sociais atuais: o aumento real do risco, proporcionado pela escalada crescente no aumento da criminalidade; revelação, em que a mídia e grupos de pesquisas criminológicas são responsáveis por apresentar ao público a amplitude cada vez maior de crimes; expectativas crescentes, a qual apresenta a maior ou menor predisposição ao risco em determinados períodos – segue as oscilações dos períodos econômicos positivos ou negativos; reserva, na qual a alteração no mercado de trabalho proporcionou maior mobilidade e a criação de novas redes de fluxos e trocas de informações, e com isso reedita vizinhanças, onde antigos vizinhos que apresentavam o mesmo vínculo empregatício e se encontravam para conversar nas ruas de seus bairros, agora, dificilmente o fazem pela troca de perfil dos moradores das áreas; reflexividade, a incerteza da incerteza; e por último a refração, na qual os meios de comunicação se apropriam de notícias de criminalidade coletadas em todo o mundo e as tornam mercadorias, notícias que são geralmente atípicas, mas que pela sua repetição e pela quantidade que surgem, acabam povoando o imaginário e causando um medo da criminalidade desproporcional a realidade.

Estas alterações são apresentadas por Bauman (2001) em três períodos específicos: a modernidade pesada, a leve e a líquida. Cada uma destas se articula e relaciona, sendo a última o ponto em que os sujeitos mais aptos e adaptados às novas tecnologias, que apresentam a maior fluidez junto à articulação de redes de trocas são os que estão mais habilitados a participar predominantemente no jogo global.

No item 2.2, estas articulações serão analisadas da forma a qual foram incorporadas pela sociedade brasileira. As especificidades históricas da sociedade brasileira construíram um

cenário único. Em um estudo sobre criminalidade no Estado do Rio de Janeiro, Zaluar (2004) busca descrever os caminhos que levaram a formação do bandido profissional, o qual incorpora este rótulo após o período de transição da situação de malandro, em que cometia pequenos furtos e era visto com bons olhos pela comunidade em que morava. Este indivíduo incorpora um *ethos* de virilidade exacerbando comportamentos violentos com o emprego de artifícios como à arma de fogo para se impor socialmente. O comércio de rua, que chegou a ser caracterizado como palco de resistência ao mercado formal de trabalho, passa por uma reorganização se tornando o motor de uma rede articulada para o funcionamento de uma organização maior, que necessita de vasta mão de obra, as redes internacionais de tráfico de drogas.

A explicação recorrente do casuísmo pobreza/criminalidade para violência encontrada nos centros urbanos dá lugar para o indivíduo que consome drogas, e é pressionado a pagar suas contas. Para quitar suas dívidas, ele comete furtos e em muitos casos, acaba se associando os bondes ou galeras, incorporando a subjetividade com que se afirmam estas estruturas criminais. Com este *ethos* violento, o sujeito bandido não restringe sua atuação a um ponto fixo, ele se desloca, percorre diversas regiões da cidade, disseminando um sentimento de insegurança até mesmo entre os indivíduos que nunca tiveram contato com alguma prática violenta.

A complexa estrutura social brasileira aparece na argumentação proposta por Soares (2000) de que determinadas práticas sociais, fatores históricos e culturais como o racismo, o desamparo a população carente, trabalho precário para determinados grupos de indivíduos, é o pano de fundo da questão atual. Sendo assim, ele propõe três modalidades de violência criminal: a primeira representada pelos crimes cometidos entre as elites econômicas, como sonegação de impostos e desvio de recursos públicos. Estes indivíduos conseguem defender-se com redes de advogados, além de deterem certos privilégios no acesso a informações, dificilmente são punidos, o que cria uma imagem de impunidade para determinados delitos. A segunda modalidade são crimes com fins lucrativos; podem ser encontrados em circuitos geográficos específicos, com redes de funcionamento orquestradas por líderes locais, baronetes do tráfico de drogas ou milicianos, que utilizam praticas violenta e se tornam verdadeiros donos de determinados espaços territoriais. Esta atuação pode mascarar a existência de uma rede de invisibilidade e busca por inserção social causada pela falta de emprego formal, o que encaminha alguns indivíduos a ingressar nestes grupos criminais por busca de visibilidade e oportunidade, criando um ciclo perverso de interação. Como a atuação destes agentes é facilitada em regiões que sofrem de desamparo ou desassistência dos órgãos

públicos, bolsões de baixa renda ao longo do país podem vir a configurarem-se como redutos de práticas criminais. A terceira modalidade surge no seio das relações pessoais, em casa ou na vizinhança, e apresenta como vítima mulheres, crianças, idosos ou homossexuais, uma violência sem fins lucrativos, mas presente no cotidiano de milhares de moradores, pois segundo Adorno (2010, p. XIV).

Violência não se reduz ao crime. Crime traz subjacente uma certa idéia normativa da ordem social, atravessada pelos limites ditados pela legalidade vigente – isto é, pela nomeação dos comportamentos como criminalizáveis, passíveis de sanção penal. Violência ou *violências* dizem respeito a um universo de fatos e representações não do que a ordem social pode vir a ser, mas de como ela é vivida na experiência concreta dos indivíduos, em sua luta cotidiana pela existência e sobrevivência tanto social quanto subjetiva. O crime enquadra a ordem social; a violência, nas suas múltiplas significações com suas narrativas e com sua materialização em atos e fatos [...] abre a ordem social, deixando entrever seus conflitos, suas divisões e hierarquias, as justificativas inclusive ideológicas para o controle social.

No contexto então descrito da evolução das praticas de sociabilidades violentas, com a manutenção da concentração de renda, má distribuição de recursos, precariedade no acesso a justiça, a crescente escalada no número de crimes em suas diversas formas, atuam na construção do imaginário comum de uma *violência difusa*, segundo Tavares dos Santos (2004 - 2009). Esta violência difusa acaba por pautar uma crescente demanda por ordem, observada no discurso de cidadãos comuns e autoridades responsáveis pela elaboração de políticas públicas, reproduzidos frequentemente na mídia. Estes discursos têm seu centro de gravidade representado pelo crescente e obsessivo desejo de punir Adorno (1998).

2.1 Modernidade Tardia / Periférica, e as crises na era do Globalismo

Durante a década de 1960-1970 tem início um ciclo de alteração nos padrões de desenvolvimento econômico e nas condições de trabalho propostas pelo modelo fordista, então vigente. Até então, e desde o pós-guerra, nos Estados Unidos, têm-se uma inserção de camadas menos favorecidas ao mercado de trabalho, figurando políticas de inclusão de negros e mulheres aos moldes da cidadania plena, apresentando-se uma situação de aceitação ao modelo vigente, onde todos, a princípio, toleram os padrões de conduta, consumo, normas e morais, tornado-se a sociedade uma representação do que é proposto: todos estão em condição

de competir em igualdade pelas oportunidades de crescimento pessoal apresentados, e o seu insucesso ou sucesso estará diretamente relacionado à capacidade pessoal de progredir. Países da Europa Ocidental, como Alemanha, França, Dinamarca, seguem um caminho distinto ao americano, voltando-se para um modelo de desenvolvimento em que o Estado é responsável pela promoção do bem-estar-social pleno, e que, em último caso, o cidadão que não obtiver sucesso, receberá auxílio da previdência social para ter condições de sobreviver. Têm-se assim nos EUA e parte da Europa “uma era de inclusão, de afluência e de conformidade” Young (2002 p.16).

Essas alterações estão ligadas a uma nova construção nos mecanismos de relacionamento interpessoais, ancoradas na desordem, nos padrões de relação formal do emprego promovido pelos conglomerados, organismos e indústrias transnacionais, que conseguem adquirir status e poder de barganha com os Estados, o suficiente para propor alterações em leis trabalhistas, e estimular a disputa quanto á apresentação de melhores condições e incentivos para recebê-los: são promovidos pelos Estados disputas fiscais, isenções tributárias. A livre disputa pelo mercado e por suas indústrias e fundos de investimento alça os países a se tornarem, antes de tudo, competidores. Ligado a esta alteração econômica, os espaços urbanos sofrem significativas alterações no seu padrão de construções: bairros inteiros são realocados para construção de vias rápidas para circulação de veículos, a substituição de construções modernas por prédios cada vez mais altos, reorganização da cidade, cujos centros antigos, em muitos casos, se tornando áreas degradadas e de delinquência, junto ao surgimento de centros novos.

A alteração no modelo modernista vigente refere-se a fenômenos que tem início no final dos anos 1970, emergindo o individualismo nas relações, pluralidade, debate, e, principalmente, uma quebra no contrato social, relacionado principalmente às condições de trabalho. Contextualizando o paradigma vigente na época, apresenta-se uma esquematização proposta por Jock Young de seis temas principais referentes a este fenômeno:

Premissas Fundamentais para o Paradigma Modernista	
Cidadania Resolvida	Ou bem a longa marcha da cidadania esta resolvida ou está às vésperas de resolver-se. A incorporação de negros e mulheres à cidadania plena no sentido formal de igualdade legal e política se faz acompanhar pela realização da igualdade social para a grande maioria dos cidadãos.
O Estado intervencionista	O papel do estado é intervir de modo a realizar passo a passo a justiça social, como parte de um progresso metanarrativo. Ele é keynesiano em sua economia e fabiano em suas políticas sociais. Os pilares gêmeos da modernidade são o Estado de direito e o Estado de bem-estar social tal como representado na teoria geral neoclássica e nas noções positivistas de planejamento. O Estado protege e o Estado liberta.
Ordem social	A grande maioria dos cidadãos aceita a ordem social dada como o melhor dos mundos. O

absolutista	desemprego é baixo, o nível de riqueza é o mais alto da história da humanidade e a renda média cresceu anualmente desde a Segunda Guerra. A ordem social é vista não só como justa, mas obviamente como voltada para o interesse de todos: as instituições fundamentais do trabalho, da família, da política democrática, do sistema legal e da economia mista são aceitas sem muito questionamento. O fim da ideologia está ao alcance da mão e os valores ocidentais representam o ponto final do progresso humano.
O cidadão racional conforme e o desviante determinado	A grande maioria das pessoas é racional e adota livremente o consenso de valores. As exceções são uma minoria minúscula de criminosos profissionais e um número maior, embora ainda pequeno, de criminosos desviantes determinados por circunstâncias psicológicas e sociais. A criminalidade e a dissidência racionais de grande escala, possíveis antes dos avanços modernos da cidadania, cessam de existir. Não existe mais o criminoso racional, e espectro que assombra o trabalho de Beccaria, uma possibilidade ou ameaça maior. Em geral, as pessoas não escolhem desviar - são levadas a isso.
A conexão de casualidade estreita	A casualidade é reservada aos que desviam; claro, explicar ou se conformar a regras absolutas não é problemático – afinal, a etiologia só é necessária quando as coisas vão mal. O desvio ocorre em função de problemas menos situados no presente do que no passado: a conexão de casualidade é individualizada e seu sítio é frequentemente a família. A noção de grupos relevantes, socialmente distinguíveis e ocupando espaços identificáveis é substituída pelo indivíduo atomístico, produto aleatório de alguma experiência familiar inusual. As classes perigosas da pré-modernidade se tornaram o indivíduo desviante na modernidade; é somente na modernidade recente que o pária espacial e social aparece novamente com força, no conceito de subclasse.
O estado assimilativo	O papel do Estado do bem-estar social é assimilar os desviantes, integrando-os no corpo da sociedade. Para este fim, expande-se um <i>corpus</i> de especialistas, qualificando no uso da linguagem terapêutica do trabalho social, do aconselhamento, da psicologia clínica e disciplinas positivistas correlatas.

Tabela 1: Premissas Fundamentais para o Paradigma da Modernidade. Organizado pelo autor.

Fonte: YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan (2002, p. 19-21).

Os estudos das relações sociais pela sociologia, psiquiatria, economia, geografia, história apresentam também significativas alterações em suas concepções. As mudanças estruturais que ocorrem no seio da sociedade são analisadas através do estudo das macropolíticas implantadas pelos governos, e seus reflexos nos Estados, regiões, cidades e nos cidadãos. Analisando a inter-relação entre grupos sociais identificáveis espacialmente, sejam nos bairros onde se concentram migrantes, negros, guetos violentos, guetos de ricos; estuda-se de que maneira estão dispostos e atuando os mecanismos de provento do bem-estar social, ou não, e o significado que estes podem ter na vida dos cidadãos.

A análise das relações sociais norte americanas proposta por Young (2002) demonstra que o modelo meritocrático causou diferenciações entre populações, regiões, etc. Nos países europeus, o Estado de bem-estar social sofre contestação quando ocorre enfraquecimento nas relações de trabalho, ligadas a mecanismos neoliberais de produção pós-fordista ou toyotista, que se caracterizam por articular uma rede de fornecedores vinculados diretamente às necessidades da empresa principal que prima pela otimização da produção, máxima redução de possíveis defeitos, praticidade na entrega de pedidos e capacitação dos profissionais para tomarem decisões imediatas, tornado-os multifuncionais e desburocratizados, em que o

aumento da produtividade reverterá um aumento de remuneração. As empresas agora buscam alianças estratégicas, parcerias, para se tornarem mais competitivas e rentáveis Castells (1999) Giddens (2005) acarretando isto o enfraquecimento do emprego formal vinculado a uma única empresa, presente anteriormente.

Apresenta-se, então, na modernidade recente, a divisão acentuada nas economias mundiais, tendo a disputa por mercado consumidor e principalmente, por locais para produção de bens com o menor valor agregado (por valor agregado, relacionam-se direitos trabalhistas, assegurados pelos mecanismos de previdência social). As grandes corporações aproveitam-se dos países que reivindicam a criação destas relações, mas não conseguiram implantá-las de maneira satisfatória, tais como países da América Central, alguns do Leste Europeu destacando-se principalmente os oriundos do antigo bloco socialista, africanos e América do Sul em geral. Além disto, o grande filão consumidor e produtor que desafia os mecanismos dos países até então economicamente dominantes, que empregam mecanismos regulados por agentes internacionais para garantir a paridade e a competitividade, a economia Chinesa¹. Sobre estas características Tavares dos Santos (2004, p. 5-6) diz que:

O período atual pode ser denominado de Processo de Mundialização, marcado pela pós-modernidade como forma cultural, pela expansão da produção industrial em nova distribuição do trabalho planetária, com o avanço do capital especulativo e pelas conflitualidades sociais mundiais.

A herança do Estado de Bem-Estar Social e do Modernismo Penal (1946-1978) começou a ser abalada durante a crise global do final do século XX (1978-1991), como comprova Hobsbawm (1994; 2000): assistimos ao final do “Estado de Bem-Estar” (1946-1973), no qual as instituições sociais tinham um funcionamento regular, ao menos nos países desenvolvidos. O controle social formal (as polícias, o judiciário, o sistema da justiça criminal, as prisões) era orientado para a reabilitação dos delinquentes, com uma intenção “correcional” e ressocializadora. Porém, também nesta época as instituições de controle social informal funcionavam regularmente: a família, a escola, os grupos sociais, as associações, os movimentos sociais definiam normas de conduta, reproduziam valores e disseminavam orientações para a ação social. Estávamos vivendo o modelo de controle social “correcional”, pois todos os controles sociais, informais e formais, estavam em funcionamento.

Este período de transição para a modernidade recente, no qual ocorre o enfraquecimento das relações sociais e a ascensão de problemas relacionados a situações de

¹ A economia da Republica Popular da China, apresenta taxas de crescimento social e principalmente em seus índices econômicos em toda a última década, superando em crescimento o Japão. Esta ampliação de sua participação no mercado mundial tem suporte segundo especialistas, na exploração de mão-de-obra, vasta, diga-se de passagem, que recebe baixa remuneração e enfrenta jornadas de trabalho inaceitáveis em economias tradicionais, além de empregar formas de burlar mecanismos financeiros, barateando o custo da produção e mascarando a quantidade de impostos devidos, medidas que levaram a comunidade internacional a exercer pressão na Organização Mundial do Comércio, para que a China adotasse medidas antidumping. Fonte: <http://www.sedi.oas.org/DTTC/TRADE/PUB/STAFF_ARTICLE/tav02_chin.asp>.

conflito violento, representados através de violências difusas no seio da sociedade, estas, que estavam em parte controladas pelo poder estatal que provia o bem-estar da sociedade durante a modernidade. Esta conjuntura de acontecimento é apresentada como modernidade tardia implementada diretamente após a segunda guerra mundial, refletida principalmente sobre os jovens que foram massivamente deslocados para novas regiões, reorganizados conforme sua escolaridade, classe social, gênero e qualificações. As organizações urbanas sofrem também significativas alterações: reorganiza-se a funcionalidade das cidades com a construção de grandes vias de circulação de veículos, auto-estradas que acabaram por desestruturar comunidades urbanas, empobrecer algumas áreas e acentuar, de certa forma, desigualdades, uma vez que eram criados complexos habitacionais para populações carentes, que ficavam susceptíveis à presença de agentes criminais, observado por Tavares dos Santos (2004, p.6) que

Produziu-se uma urbanização sociopática, com espaços urbanos fragmentados e segmentados, seguindo um mesmo padrão geral: centros deteriorados e bairros periféricos carentes, habitados por populações vulneráveis; bairros de população de altas rendas, com forte presença de segurança privada assim com a implementação de condomínios fechados (Taylor, 1999:110). Em suma, a falência do poder público regulatório.

Mudanças nas relações sociais ligadas à violência são identificadas nesta conjectura de mudanças. Segue-se um modelo de liberalização econômica que se estende às relações sociais, impulsionando características de individualismo, imersão em grupos sociais, narcisismo, e enfraquecimento dos mecanismos de regulação do Estado. As escolas, fábricas, hospitais, exércitos, programas governamentais não conseguem mais por em prática de maneira satisfatória a reprodução anteriormente observada na modernidade de uma organização social dentro de valores e normas determinadas, a divisão ou estratificação de parcelas da sociedade, como a realocação de comunidades carentes em conjuntos habitacionais ou para áreas periféricas são fruto de uma urbanização sociopática. O aparecimento de agentes pós-modernos de supervalorização do indivíduo acaba predominando frente aos modelos de regulação do corpo social. Esta conjuntura apresenta então a seguinte definição por Heidrich (2007, p.2).

As modificações difundidas pelo *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1997) têm contribuído para a formação de novas espacialidades. Assim, por exemplo, a predominância cada vez maior das redes em detrimento da importância do território e o surgimento de *espaços de fluxos* que se estruturam em lógica distinta dos *espaços de lugares* (CASTELLS, 2001), têm comprometido o sentido

dos lugares, das imediações, das vizinhanças, ou seja, do espaço social da cidade. Este, não é, entretanto, um problema exclusivo do momento da globalização. É, em sentido maior, um problema ligado ao crescimento urbano, ao grau cada vez maior da *integração socioeconômica*, que não se reduz ao viés do global. Essa integração tem sua dialética, já que também produz isolamento. Quer dizer, ao mesmo tempo em que se participa cada vez mais dos planos mais gerais de articulação da sociedade, cada vez menos as ações são pessoais, comunitárias e a coletividade se mantém por causa das estruturas e dos reconhecimentos formais

Estas alterações agem gerando ou induzindo agentes a caminhos de colisão, indicados por Young (2002, p. 30-31):

Subculturas estão frequentemente em colisão: a diversidade pode obstar a diversidade. A insatisfação face à situação social, a frustração de aspirações e o desejo podem dar lugar a uma variedade de respostas políticas, religiosas e culturais capazes de abrir possibilidades para os imediatamente concernidos, mas também podem, frequentemente de propósito, fechar e restringir as possibilidades dos outros. Também podem criar respostas criminais, e estas encerram muito frequentemente a característica de restringir terceiros.

Estas alterações sociais em vigência na sociedade mundial, refletem-se na sociedade brasileira, observada na reflexão proposta por Sobottka (2010, p. 20-1) de que dentre as características existentes, podem ser encontradas as seguintes:

Modernidade periférica é a situação de um país, de uma sociedade que reivindica ter criado relações sociais modernas, mas tem uma estruturação deficiente das suas relações sociais concretas, porque há uma anteposição que restringe ou que facilita desproporcionalmente o acesso a recursos vitais e torna assim as perspectivas de vida muito desiguais. Pode-se falar de uma situação dupla: uma anteposição que *restringe* ou que *facilita desproporcionalmente* o acesso àqueles recursos vitais, além da possibilidade de deficiência na organização da sociedade de modo a produzir exclusão, porque as pessoas não conseguem ter acesso a recursos extremamente importantes para elas, pode haver uma anteposição de privilégios para outras pessoas de tal modo que tenham acesso a todos os recursos vitais dos sistemas sociais sem dependerem deles; elas podem beneficiar-se da riqueza socialmente produzida, dos bens culturais, sociais e econômicos, sem contribuir para eles.

A situação de modernidade periférica reflete muito das desigualdades sociais encontradas no país. A elevada acentuação das disparidades existentes entre os mais ricos e os mais pobres, acaba levando à formação de sujeitos plenamente inseridos ao lado de alguns completamente excluídos, que, caso não recebam o auxílio mínimo para sua sobrevivência estão condenados a uma vida de expiações. No meio termo entre esses extratos encontram-se os indivíduos que contribuem e participam da riqueza socialmente produzida e que se submetem as normas. Essa conjuntura pode acarretar os seguintes problemas para as sociedades da modernidade periférica Sobottka (2010, p. 22).

Em sociedades de modernidade periférica há atualmente duas ameaças sérias a democracia. De um lado, um conjunto pequeno de pessoas sobreintegradas, que podem participar da riqueza socialmente produzida, apropriar-se, servir-se e abusar dela, transferi-la inclusive para fora, sem ter nenhuma vinculação orgânica com a produção e justa distribuição desta riqueza e sem assumirem como vinculantes para si as regras que estruturam as relações sociais. E, no outro extremo, um conjunto crescente de pessoas que não são plenamente reconhecidos como cidadãos, com acesso restrito às possibilidades de produzir e usufruir da riqueza social, sendo arregimentadas por favores; para essas pessoas é dificultado o acesso ao direito de reivindicar aquilo que pelas leis lhes é assegurado e que, em tese, pelo menos, é aceito como justo dentro da sociedade: que cada pessoa, na eventualidade de alguma crise de vida, tenha supridas as suas necessidades pela sociedade da qual participa

Nesta relação da caminhada para um estado de bem-estar pode-se dizer que o Brasil é envolvido por uma colcha de retalhos. Segundo a caracterização das divisões sociais propostas por Sobottka (2010), estes três extratos populacionais encontram-se na sociedade brasileira. As pessoas que dependem da riqueza social têm acesso restrito ou interdito a ela, os que configuram em pobreza extrema são aqueles que se encontram mais desamparados dos mecanismos de bem-estar, estando em uma “privação relativa” Young (2002, p. 26-27):

A privação relativa é convencionalmente pensada como um olhar para cima: trata-se da frustração daqueles a quem a igualdade no mercado de trabalho foi recusada face àqueles com mérito e dedicação iguais. Mas a privação é um olhar para baixo: a apreensão daqueles que, embora em posição inferior à do observador na hierarquia social, são percebidos como injustamente favorecidos: “eles ganham a vida fácil demais, mesmo que não seja tão boa quanto a minha”. E ainda mais quando a renda é aumentada ilicitamente, particularmente em casos em que o cidadão respeitável também é vítima de crime. As cidades são construídas de tal modo que os pobres respeitáveis e os imprestáveis vivem lado a lado: os menos capazes de resistir ao impacto do crime são mais vitimizados; aqueles cujas horas e trabalho são mais longas e pior remuneradas, que vivem nas adjacências dos que não tem trabalho e vivem no ócio.

Premido pelos impostos, o contribuinte encara com alacridade a base do topo de nossa estrutura de classe. Pois enquanto na base rouba-se manifestadamente, no topo há bonificações/comissões imorais para industriais e administradores de alto escalão. Pois enquanto os que estão de fora são vistos como gente que vive de assistência pública sem competir, os privilegiados são vistos como parte de uma cultura de “o vencedor leva tudo”, em que as recompensas são repartidas sem qualquer pensamento de justificação ou mérito. Que tremenda receita de insatisfação!

Esta privação relativa à qual se refere Young (2002) é a encontrada nos países desenvolvidos que sofreram com a instabilidade da transição do modernismo para o período atual, mas se assemelha com a encontrada na sociedade brasileira. A diferenciação entre os que estão no topo da estrutura de classe do Brasil em relação aos da base é o grande ponto de divergência. Enquanto nos países ricos os mecanismos de bem-estar e a menor disparidade na distribuição da renda, mantêm aqueles que estão em pior situação de maneira a conviverem

lado a lado com a classe média então satisfeita; aqui, a base da pirâmide se encontra situações de privação de direitos humanos básicos. Esse convívio é entre uma classe alta ou média alta, vivendo em grandes loteamentos de investidores imobiliários, cercados de proteção eletrônica, além da segurança privada disponível no mercado, ao lado de subúrbios irregulares, ou áreas de invasão e favelas. A tênue diferença existente entre a classe média europeia e os mais pobres aqui se evidencia de forma gritante, e reforça a idéia de que, “[...] o paradigma hoje dominante é o do endurecimento penal como resposta ao problema da violência, do crime e da insegurança pública. Nunca como hoje ouve tanta gente presa. Nunca como hoje, no mundo, o sistema penal teve o papel que tem, no sentido de que o Estado recua no campo dos direitos sociais, mas avança no campo da criminalização e do encarceramento” Azevedo (2010, p.34). Para observar melhor a consolidação das alterações nas relações em curso na modernidade atual, esquematizou-se um panorama das transformações sociais e econômicas, marcadas pelo regime de interação através da mundialização de maneira que:



Era do Globalismo e da Pós Modernidade. Organizado pelo autor.

Fonte: TAVARES DOS SANTOS. **Novos processos sociais globais e violência**. São Paulo em Perspectiva, (1999, 13(3), p. 18-23).

Sobre os conceitos de era do globalismo e de pós-modernidade prefere-se seguir a opinião expressa por Young (2002). Para o autor, o período que estamos vivendo é de crise do paradigma da modernidade, onde parte-se para o encerramento do ciclo modernista em algumas sociedades, forjado por esta série de características apresentadas. Na crise dos paradigmas da modernidade, ocorre o enfraquecimento das relações sociais, as questões relacionadas à problemática da sociabilidade violenta, e principalmente, um sentimento de desconfiança com o próximo, ou com aqueles que estão em áreas carentes ou segregadas socialmente. Estes indivíduos situados à margem da sociedade consumidora e do mercado de trabalho, são vistos de forma por Bauman (1998, p. 57) de maneira que,

A crescente magnitude do comportamento considerado como criminoso não é um obstáculo no caminho para a sociedade consumista plenamente desenvolvida e universal. Ao contrário, é seu natural acompanhamento e pré-requisito. [...] os “excluídos do jogo” (os consumidores falhos – os consumidores insatisfatórios, aqueles cujos meios não estão a altura dos desejos, e aqueles que reusam a oportunidade de vencer enquanto participavam do jogo de acordo com regras oficiais) são exatamente a encarnação dos “demônios interiores” peculiares a vida do consumidor. Seu isolamento em guetos e sua incriminação, a severidade dos padecimentos que lhes são aplicados, a crueldade do destino que lhes é imposto, são –metaforicamente falando – todas as maneiras de exorcizar tais demônios interiores e queimá-los em efígie. As margens incriminadas servem de esgotos para onde os eflúvios inevitáveis, mas excessivos e venenosos, da sedução consumista são canalizados, de modo que as pessoas que conseguem permanecer no jogo do consumismo não se preocupem com o estado da própria saúde.

Essa máscara que envolve comunidades carentes, ou que sofrem de problemas de regularização fundiária, ou então, estão regularizadas, mas sofrem com a falta da agência do Estado no provendo do bem-estar, acabam por estereotipar regiões e seus moradores Bauman (2009). A percepção social é uma representação que deve ser levada em consideração quando são realizados estudos sobre determinadas áreas. Sobre estas transformações para a modernidade recente, sobre a necessidade de regulação sobre estes excluídos, apresenta-se a busca de novos mecanismos de controle social, Young (2002, p. 103):

O mundo devorador, incorporado, do período pós-guerra tornou-se um mundo mais ejetor, segregador e excludente. A transição é sugestiva da dicotomia de Lévi-Strauss, mas não simples assim. O mundo moderno tanto ingere quanto ejeta, ele absorve a diversidade e provê um gradiente de tolerância que é includente e excludente. As mudanças nas várias instituições sócias de controle são uma resposta à transformação nos problemas que o sistema enfrenta. Elas são uma resposta visando a lidar com um mundo mais diverso, um mundo em que a criminalidade e a desordem são muito mais disseminadas. Há um crescimento da *diferença* e da *dificuldade*. É importante salientar o fato aparentemente óbvio de que os problemas enfrentados pela sociedade determinam amplamente os métodos desenvolvidos para lidar com eles, por que há uma tendência frequente a separá-los. A acreditar, por exemplo, que polícia, prisão, sistemas multi-agência de prevenção do crime, etc., se

desenvolvam de maneira completamente autônoma dos problemas para cujo enfrentamento eles foram estabelecidos; e, outrossim, que as modalidades de controle estabelecidas para circunscrever o mundo do crime e do desvio têm grandes semelhanças com aquelas do mundo “normal”. Assim, podemos perceber um *ethos* semelhante permeando a sociedade: o controle social não se limita ao patrulhamento policial e à penitenciária.

Esta condição de exclusão, inclusão e diferenciação extrema é fato consumado no período moderno atual. Muitos desses sentimentos e ações são reforçados por uma realidade contextualizada e valorada por sentimentos e ações tidas como normais nas cidades, em que o novo ator social parte para a busca por um sentimento de tranquilidade e segurança que pode ser encontrado e vivido nas cidades. Ao mesmo tempo em que esta barreira pode ser rompida pela inserção em alguma área tida como perigosa ou que é propícia a certos comportamentos moralmente ou legalmente proibidos. O indivíduo fragilizado não encontra mais suporte em referenciais de pessoas que convivem décadas na mesma vizinhança, fato que está ocorrendo cada vez menos, pois os locais de moradia, ligados antigamente a estabilidade encontrada no trabalho, agora são alterados frequentemente, frente a novos desafios ou busca por oportunidades. A vida torna-se dinâmica e as pessoas devem estar situadas onde as transformações e oportunidades estão, seja no seu país ou em outra localidade do mundo. Essas alterações são apresentadas por Young (2002), como agentes que compõem seis componentes de risco na vida com estranhos nas sociedades atuais, observados de maneira que:

- I. Aumento real do risco: o mundo acompanha nos últimos 30 anos um notória evolução no problema da criminalidade. Esta vem acompanhada de uma relação de incivildades que tornam a criminalidade cada vez mais violenta em sua natureza, ao passo que comportamentos predatórios e desordens são cada vez mais latentes no interior de bairros ou grupos sociais;
- II. Revelação: a mídia, grupos de pressão e os próprios pesquisadores criminológicos são responsáveis por apresentar ao público uma amplitude cada vez maior de crimes que ocorrem em escalas maiores. Pesquisas informam que podem ser dobrados ou quadruplicados os informes sobre criminalidade oficiais; abusos que ocorrem no seio da família são denunciados por grupos de pressão como tão ou mais frequentes que os que ocorrem no mundo exterior; abrigos de salvaguarda para jovens são vistos como instituições de criminalidade; polícias e prisões são denunciadas como locais primordiais de corrupção, violência e tráfico de drogas. Ao topo da cadeia, crimes de

colarinho branco e criminosos organizados são apresentados diariamente nas televisões e jornais.

- III. Expectativas crescentes: a expectativa de risco não é algo objetivo, ela aumenta ou diminui conforme ocorrem alterações nas relações de comportamento ou tolerância de determinadas práticas. Com a acentuada demanda por lei e ordem, que com frequência é vista negativamente como sinal de autoritarismo público, pode, mais positivamente, ser vista como demanda crescente de tranquilidade, segurança e civilidade na vida cotidiana. Por exemplo, violência doméstica, estupro, abuso contra a criança e violência contra animais.
- IV. Reserva: a alteração do mercado de trabalho, que proporcionou maior mobilidade para os indivíduos acaba por alterar o perfil de localidades que eram ligadas por vínculos empregatícios. Vizinhos que eram colegas de trabalho, conhecidos e se encontravam fortuitamente na rua agora são casos escassos. Tem-se menos conhecimento dos direitos dos cidadãos, e agrega-se ao fato de viver-se em sociedades muito mais heterogêneas, que conduz a uma menor previsibilidade do comportamento. Esse somatório de imprevisibilidade e maiores riscos acaba gerando mais cautela e precaução.
- V. Reflexividade, a incerteza da incerteza: Um aspecto chave do mundo da modernidade recente, além e acima de uma maior sensibilidade ao risco, é a problematização do próprio risco. Não só a metrópole é um mundo incerto de perigos, mas o próprio nível de risco é incerto. Em contraste com o mundo moderno de ansiedades e perigos previsíveis, há um mundo de incerteza em que cada nível de risco será igualmente questionado por especialistas e pelo público. Os medos vão e vêm: roubo de automóveis, vaca louca, AIDS, direção perigosa. Eles bruxuleiam na tela da consciência, algo está acontecendo, mas não temos certeza em quem ou quê acreditar. Tendo certa feita concordado, os especialistas agora parecem fazer questão de discordar. Do aquecimento global à camada de ozônio, da doença da vaca louca às práticas de satanismo contra crianças, a discordância é a tal ponto a norma que começa a parecer que os próprios especialistas estão inseguros e apenas dão outra opinião. Mas à diferença do que pretendem alguns autores (e.g. FUREDI, 1997), não se trata apenas de fantasmas: a vida na cidade não é propriamente um sonho arcadiano. Ora, se ao houvesse um núcleo racional de desconforto, as imagens não poderiam encontrar eco na consciência pública.

VI. Refração²: Os meios de comunicação de massa exibem uma pletera de imagens de criminalidade e desvio coletadas em todo o mundo. Essas mercadorias de mídia são caracterizadas como notícia, por sua natureza atípica – são “notícia” porque surpreendem e chocam. Em sua quantidade esmagadora e característica berrante, elas devem sem dúvida causar um “medo” da criminalidade desproporcional ao risco real. Contudo, este é somente um fator em seis, embora seja frequentemente apresentado como o fator determinante da avaliação de risco do público – como se o medo fosse apenas um metafenômeno de ver televisão. Young (2002, p. 109-111).

Estes novos padrões de comportamento podem ser observados no modelo social brasileiro descrito no capítulo seguinte, no qual a acumulação de uma série de fatores econômicos, estruturais e culturais é vista e vivenciada agora de forma mais direta, em uma inter-relação de comportamentos e fatos sociais não tão novos assim, mas que estão mais visíveis agora, como aponta o Young (2002), através do fenômeno da ‘refração’, no qual os meios de comunicação de massa filtram as notícias do mundo, relacionadas principalmente a fatos ou acontecimentos violentos. Este fator pode não ser considerado determinante para a construção de uma relação entre sujeito e violência, mas certamente contribuem para a formação destes sentimentos de desconfiança com os “estranhos”.

Zygmunt Bauman ao analisar as transformações sofridas pela sociedade contemporânea utiliza o emprego de uma diferenciação entre modernidade pesada, modernidade leve e modernidade líquida, como método para estudar as mudanças vividas na sociedade atual. A modernidade sólida foi a época das grandes expansões territoriais, onde os Estados não podiam permitir que houvesse espaços em ‘branco’ como ilhas ou áreas em continentes, as pessoas tinham grandes vínculos com as comunidades em que residiam e o trabalho era relacionado a uma carreira – um engenheiro que iniciasse seus trabalhos na Ford, certamente encerraria sua carreira lá. Durante a modernidade leve ocorrem algumas alterações no perfil das populações, principalmente relacionadas ao emprego do tempo para desenvolver as atividades. Nesta época, as pessoas têm a possibilidade de se deslocar em velocidade supersônica, e esta velocidade de deslocamento promove quase uma instantaneidade de

² Segundo a autora Porto (2010, p. 48) esta refração é vista de forma que: “É o que ocorre, por exemplo, com o fenômeno da violência, transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação e em objeto de consumo, e fazendo com que a ‘realidade’ da violência passe a fazer parte do dia a dia, mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente enquanto experiência de um processo vivido. A violência passa a ser consumida em um movimento dinâmico em que o consumo participa também do processo de sua produção, ainda que como representação. Também como representação, multiplicam-se as categorias de percepção da violência.

possibilidades, gerando um sentimento de ruptura ou contrariedade a condição pré-estabelecida anteriormente, pois agora as diferenças existentes entre as sociedades são visíveis e os pontos “positivos” ou novas práxis são incorporados ao eu desse novo sujeito global. A modernidade líquida é o período onde o emprego não é mais fixo, as pessoas têm acesso a inúmeras possibilidades, e aqueles que são mais aptos a empregar a movimentação em busca de oportunidades, ou reunir elementos que tornem mais acessíveis os produtos em uma rede global são os que ditam as regras. “A modernidade ‘leve’ permitiu que um dos parceiros saísse da gaiola. A modernidade ‘sólida’ era uma era de engajamento mútuo. A modernidade ‘fluída’ é a época do desengajamento, da fuga fácil e da perseguição inútil. Na modernidade ‘líquida’ mandam os mais espaçadiços, os que são livres para se mover de modo imperceptível” Bauman (2001, p. 140).

Com o maior contato entre as pessoas, a oferta de produtos leves, roupas sintéticas e práticas para esse novo ser viajante, maior inserção de produtos recicláveis ou descartáveis, e a promulgação de um novo eu peregrino, o descobridor moderno, que ao entrar em contato com novidades de estilos de vida e outras culturas assimila positivities e negatividades, e as propaga a outros as maravilhas deste mundo “leve” em comunidades de relacionamentos, revistas e programas de televisão, reflete-se como o ponto chave da modernidade líquida. “A instantaneidade (acumulação de resistência do espaço e liquefação da materialidade dos objetos) faz com que cada momento pareça ter capacidade infinita; e a capacidade infinita significa que não há limites ao que pode ser extraído de qualquer momento – por mais breve e “fugaz” que seja”. Bauman (2001, p. 145).

Esse período contemporâneo é tratado em sua forma/ação geográfica por Santos (2006, p. 159-160) de maneira que:

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional*. Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato. Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural.

A requalificação dos espaços insere a lógica global dos deslocamentos e do acesso a informação/produto/práticas como a máquina engrenada da funcionalidade do globalismo. Esses novos processos tornam-se ações obrigatórias para quem quer estar inserido nessa nova pulsão de acontecimentos, para quem quer estar inserido plenamente no jogo global das oportunidades, a fluidez e o acesso, permitem que: “O conhecimento exerceria assim - e fortemente - seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem.” Santos (2006, p. 163). Este processo é observado ainda por Porto (2010, p. 49) de forma que,

As mudanças tecnológicas ao incidirem diretamente sobre o mundo do trabalho, deslocando seu caráter de centralidade enquanto organizador de um ambiente sociocultural, transformam a natureza desse social e afetam igualmente o trabalho em suas dimensões simbólicas, ideológica e valorativa, dimensões fundamentais cada uma delas, na definição de condutas e estilos de vida. Enquanto valor, o trabalho era responsável, não tanto pela unidade do social, mas por sua representação como algo unificado. [...] os indivíduos e os grupos sociais não mais reconhecem valores ou normas coletivos, ou não mais se reconhecem nesses valores, o que propicia diferentes arranjos societários, articulados ao surgimento de novos atores e/ou redefinição de atores tradicionais.

A ação técnica na reorganização espacial das forças e formas produtivas, enfraquece o vínculo formal que o trabalho tinha como aglutinador, como identificação capaz de moldar atores sociais com coletividades. Surgem novos atores no mundo pós-moderno, atomizados, capaz de maiores interlocuções e predisposto assim a novas sociabilidades coletivas ou individuais. Insere-se assim, entre estes novos atores, a evolução dos comportamentos tidos como desviantes a ordem social formal, com a qual o *ethos* de masculinidade, virilidade com a afirmação através de imposições que causem algum tipo de agressão física ou opressão psíquica, esta presente pela quebra do formalismo encontrado durante o modernismo. As mudanças comportamentais vivenciadas no seio da sociedade brasileira nos últimos trinta anos que encaminham a uma situação em que a violência é apresentada como um sério problema a ser enfrentado, e as discussões que isto implica quando se fala em busca por controle social e ordem serão discutidas a seguir.

2.2 O fenômeno violência e o modelo urbano atual

O Brasil – nos últimos 30 anos – sofreu alterações nos campos político, econômico e social que levaram à conversão do seu perfil rural para urbano, com especificidades não encontradas em nenhum outro país do mundo. Neste processo de reestruturação, se observou significativa ampliação no número de cidades intermediárias, com cerca de 60 a 80 mil habitantes, e, concomitantemente, ocorreu a ampliação no número de habitantes de praticamente todas as capitais e regiões metropolitanas brasileiras, pois incorporaram em seus limites a maioria dos imigrantes vindos do interior do país.

Estas alterações em curso na sociedade brasileira caminham ao lado de alterações políticas e sociais. O Brasil enfrenta um processo de redemocratização conturbado que encaminha a uma reestruturação econômica e traz consigo a ampliação das diferenças sociais e a distribuição da riqueza entre os indivíduos, polarizando a diferença entre os ricos e os pobres. A classe média fica inserida em uma nova realidade ligada a mundialização da economia, que reflete na reorganização da alocação da força de trabalho entre os Estados, e envolve processos que enfraquecem as relações de sociabilidade entre os indivíduos.

A acentuada diferenciação existente entre as classes sociais, ricos, pobres, consumidores, plenos ou não, e a articulação de mercados internacionais, acaba por profissionalizar também os agentes criminosos que alteram seu perfil de delitos, antigamente ligados a violações contra o patrimônio individual e pessoal. Ocorre a organização em redes transnacionais de crime, com ramificações em diversos setores e extratos sociais, empregando o recurso da violência e do porte de arma como solução para conflitos. Nos grandes centros urbanos, tornam-se refúgios para estas atividades as regiões caracterizadas por problemas estruturais, ligadas a bolsões de pobreza ou de congestionamento habitacional, onde residem majoritariamente trabalhadores urbanos de baixa renda, que pela carência de auxílio estatal na promoção de políticas de bem estar, acesso a educação, renda e combate eficiente à criminalidade são levados a tolerar situações como a promoção de ‘segurança’ por traficantes ou milicianos, ou ainda recorrem a resolução de conflitos com meios que não sejam os legais, auxiliando, com isso, no desgaste e enfraquecimento da credibilidade em busca de soluções que possam ser proporcionadas pelas leis e pelo funcionamento do sistema de justiça criminal.

As principais regiões metropolitanas a sofrerem deste fenômeno foram as de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória e Porto Alegre, já que receberam, sem

estar preparadas, um incremento populacional de dezenas de milhares de moradores que buscavam oportunidades de inserção, emprego e renda. Este processo de alteração de modelo social foi retratado por Soares (2000, p. 33) de forma que:

Vieram, então, os tempos de crescimento econômico explosivo, de transformação radical do mapa sociológico brasileiro: em menos de duas décadas, um país que tinha 70% de sua população no campo, transfere-se em massa para as cidades, de modo caótico e em condições extremas de provação, exploração e miséria, a ponto de tornar-se uma nação eminentemente urbana (apenas 30% de sua população mantêm-se no campo) e um dos maiores exemplos, em todo mundo, de concentração de renda e separação entre as classes. Tivemos, afinal, desenvolvimento do capitalismo, mas a riqueza gerada não foi distribuída e não enriqueceu a sociedade em seu conjunto.

Este novo modelo urbano de vida propiciou um choque de realidades, pois o modelo econômico de desenvolvimento imposto pelo regime ditatorial não se preocupou em incorporar alterações para prover a inclusão social dessas massas, frente muitas vezes a interesses de elites fundiárias dominantes. A alteração do perfil rural para urbano veio acompanhada também de uma diferenciação entre as regiões brasileiras, pois enquanto no sudeste há uma concentração maior do parque industrial, e conseqüentemente maior acesso a educação e renda, as regiões norte-nordeste mantinham seu modelo econômico ligado ao latifúndio e a monocultura, salvo algumas exceções.

Ao trabalhar as questões relativas à globalização da economia e suas repercussões na sociedade brasileira, Santos (2000, p. 12-13) diz que:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes os processos de desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do cidadão, formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário.

A alteração do perfil social brasileiro para o novo modelo consumista ou de consumidores apresentado pelo autor é encarnado também pelos moradores oriundos das áreas rurais que não dispunham de recursos para adquirir ou construir uma moradia nos centros urbanos onde fixaram residência. Estes moradores, por não disporem de capital para adquirir seu imóvel, comumente eram recebidos nas cidades e encaminhados a loteamentos públicos que, em muitos casos, não apresentavam a infra-estrutura básica para recebê-los;

uma parcela significativa também opta pelo auto-assentamento, invadindo áreas e fixando residência de maneira ilegal. Estes novos núcleos ocupam diversas regiões das cidades, não necessariamente em periferias, mas também ao lado de bairros de melhor situação econômica, causando um conflito de interesses decorrente do choque de modelos de convivência no mesmo espaço territorial, apresentado também por Porto (2010, p. 103) de forma que:

Essa mudança caracteriza uma alteração valorativa considerável, uma desestruturação das formas tradicionais de solidariedade e dos laços sociais ancorados, por exemplo, em relações de parentesco próprias do mundo agrário. As levas de migrantes que chegam as grandes capitais [...] recheiam as estatísticas de exclusão, não apenas pela precariedade no trabalho, mas, prioritariamente, por uma desestruturação de referenciais valorativos, pela segregação espacial, que reforça a exclusão valorativa, acentua os traços hierárquicos das relações sociais, juntamente com o reforço às desigualdades sociais, potencializando respostas violentas à precarização das condições materiais de vida, mas sobretudo, do estoque simbólico que informa e dá conteúdo às relações sociais.

Essa alteração valorativa e simbólica das formas de sociabilidade, perpetuadas por gerações podem vir a tornarem-se práticas sociais. Com a alteração do perfil econômico mundial, os modelos de desenvolvimento econômico postos em prática pelos governos militares, foram postos à prova durante a violenta crise econômica dos anos 1980, período em que o país já caminhava para sua redemocratização³. Com a inserção do Brasil no mercado global e a redemocratização, os governos passam a utilizar os novos pressupostos de avaliação de regimes democráticos, os quais são responsáveis por atender as seguintes condições, Azevedo (2005, p. 214-215):

Hoje o indicador mais utilizado para medir o nível de uma democracia é a defesa dos direitos humanos, entre eles a liberdade humana (integridade física dos indivíduos, primazia do Direito, liberdade de expressão, participação política e igualdade de oportunidades) e os direitos políticos e as liberdades civis. Alguns destes direitos estão intimamente relacionados à administração da justiça, como a igualdade perante a lei, acesso a um poder judicial imparcial e independente, proteção contra detenções arbitrárias e tortura, mecanismos de controle contra a corrupção.

A transição democrática é o processo que abarca uma liberalização política, que envolve o aumento do pluralismo político, a tolerância à oposição e o respeito às liberdades públicas do regime e sua democratização, o que envolve a participação popular, direta e/ou indireta, nas tomadas de decisões.

³ Segundo Adorno (2002(a), p. 86): A violenta crise econômica que se abateu sobre a sociedade brasileira na década de 1980 – a chamada década perdida - e primeiros anos da década de 1990, com suas elevadas taxas de inflação e baixo crescimento, mostrou que o modelo de substituição das exportações havia se esgotado. Os governos civis (1989 até o presente), eleitos por sufrágio universal, buscam então saídas na abertura da economia, em amplo programa de privatizações, na integração da economia brasileira ao mercado globalizado.

Da década de 1990 até o presente momento, o Brasil consegue apresentar uma ampliação significativa de conquistas, tanto econômicas e estruturais, com a modernização de sua planta industrial, investimentos em infra-estrutura, estabilização da inflação com a implantação do Plano Real; além disso, consegue consolidar sua democracia e avanços de bem estar social; atravessa o período de tentativa de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello (1992) sem prejuízos ao regime democrático, e alcança significativas melhoras na redução de problemas como epidemias, mortalidade infantil, analfabetismo, diminuição das taxas de pobreza absoluta, entre outros. As análises apontam que estes avanços democráticos serviram também para dar, segundo Adorno (2002a, p. 87),

maior transparência nas decisões governamentais, maior liberdade de imprensa, maior liberdade de circulação de idéias e de associação, maior interesse dos cidadãos em questões públicas que se dizem diretamente respeito, como consumo e meio ambiente, maior atuação de órgãos de vigilância das ações governamentais, como Ministério Público e ouvidorias. Aqui e acolá, governos democráticos buscam enfim exercer o princípio republicano da responsabilidade pública e política. Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira tornou-se mais densa e mais complexa nas suas relações de classe, nas suas relações intersubjetivas, nas lutas sociais pelo reconhecimento de identidades e de direitos; mais reivindicativa, mais participativa, cada vez mais inconformada com a persistência de seus problemas, entre os quais a violência urbana cotidiana.

Estes significativos avanços devem ser considerados como ponto positivo na evolução do processo de participação da sociedade e dos governos visando ao estabelecimento de um regime que se consolide e fundamente democraticamente⁴. Mas infelizmente, a manutenção da distribuição desigual de renda e emprego persiste nos últimos 30 anos. Sobre as alterações sofridas neste período pode-se esquematizar um plano de situações relacionadas ao aumento da criminalidade violenta, tendo como referência a crise econômica enfrentada nos anos de 1980, durante a qual, segundo Zaluar (2004, p. 57)

o problema da criminalidade violenta que despontou na mesma década nas cidades brasileiras, é um paradoxo que não pode ser reduzido a causas econômicas: pertence a uma cadeia de causas e efeitos que se entrecruzam. A própria inflação é não apenas um fato econômico, mas também psicológico e moral, pois tem efeitos perversos sobre o comportamento da população, especialmente a que vive de

⁴ A evolução na conquista de direitos para a população brasileira é apresentada por Michel Misse no artigo: Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro (2008, p. 374): Como bem lembra José Murilo de Carvalho (Carvalho, 2005), inverteu-se na história política brasileira a conquista da cidadania. O caminho “clássico”, que levou dos direitos civis aos direitos políticos e finalmente aos direitos sociais foi invertido no Brasil: os direitos sociais vieram primeiro, regulando a cidadania durante a ditadura Vargas (Santos, 1979); em seguida, e por duas vezes, foram conquistados os direitos políticos, após as duas ditaduras do século 20; e finalmente, apenas agora, após a Constituição de 1988, os direitos civis ganham predominância na agenda do Estado brasileiro.

salários e nada ganha com ela. A inflação corrói e contamina a confiança mútua, sem a qual não há relação social estável entre os agentes econômicos, nem portanto, sociedade, sociabilidade, vida social em comum. Tira também a credibilidade do governo, pois é considerada um “roubo”. Assim a inflação passa a estimular furtos, roubos e assaltos que passam a ser cometidos com a justificativa de que “todos estão roubando”.

A mudança cultural interiorizada pela população é analisada nos últimos 20 anos por diversos autores que detêm seus esforços de produção intelectual sobre questões relativas à problemática da violência no cotidiano brasileiro, como ela se desenvolve e como suas diferentes formas de representação são incorporadas ou demonstradas nos diversos campos sociais. Violência pode ser empregada para caracterizar o recurso utilizado por indivíduos para obter vantagens sobre outros, utilizando mecanismos que deveriam ser plenamente regulados pelo Estado, como o recurso à utilização da força e agressão. Isso se torna uma prática usual por determinados grupos sociais, mas é relacionada também a situação de que, Misse (2008, p. 374):

No Brasil, o Estado nunca conseguiu ter completamente o monopólio do uso legítimo da violência, nem foi capaz de oferecer igualmente a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos. O que significa que o Estado brasileiro não deteve, em nenhum momento completamente, a capacidade de ter o monopólio do uso da força em todo território, nem o de ser capaz de transferir para si a administração plena da Justiça. Ao dizer isso, eu estou afirmando que sempre restaram espaços e, portanto, sempre restou uma incompletude no processo de modernização do país, que atingiu tanto o Estado quanto a sociedade, e que é, em parte, responsável pelos efeitos de violência que nós estamos assistindo hoje. Pois não é possível, não é imaginável que um país que tenha a capacidade de processar razoavelmente os conflitos e os crimes no âmbito da Justiça, assista à demanda, cada vez maior, hoje presente tanto na mídia quanto em expressivos segmentos da população, para soluções de força privadas ou para soluções de força ilegais (justiçamentos, tortura, fazer a justiça com as próprias mãos).

Esta dificuldade encontrada pelo Estado Brasileiro, como dito pelo autor, em não conseguir deter o monopólio da violência legítima, reflete-se também nas práticas empregadas durante o regime ditatorial relacionadas a investigação policial, em muitos casos alheias a direitos humanos, pois existia predominantemente o emprego da militarização das forças de segurança pública. O não controle pelo Estado da violência legítima e a utilização de práticas de investigação que violam direitos humanos, de certa forma contribui para que ocorram justiçamentos e formas de tortura para obter benefícios em delações. Para que ocorra a alteração deste quadro vigente parte-se para a busca de alterações nas legislações e nos modelos das forças policiais em atuação, apresentado por Azevedo (2005, p. 217-218):

Durante o recente processo de transição democrática no Continente, algumas reformas legislativas ocorreram, visando a valorização dos princípios fundamentais, a redução da atuação das Forças Armadas na política interna, a transformação da polícia e a adequação da administração da justiça às necessidades e realidades de cada país, derogando e modificando disposições dos regimes autoritários. Buscou-se também, em alguns casos, a modernização do sistema de justiça, com a profissionalização de cada setor, estabilidade dos magistrados, promotores e policiais, introdução da carreira judicial e criação de Conselhos de Judicatura e escolas de capacitação e melhoria técnica. [...] Destacam-se ainda iniciativas no sentido da desmilitarização da polícia, sua incorporação às instituições civis e sua submissão ao controle destas, maior qualidade na capacitação dos agentes; maior independência e atuação mais efetiva do Ministério Público; criação e qualificação de Defensorias Públicas; eliminação de tribunais especiais para policiais militares; despolitização da escolha de magistrados das Cortes Supremas; introdução de procedimentos abreviados e informalizados; criação de comissões para melhoramento da justiça e proteção de direitos humanos.

Esta caminhada para a substituição de modelos de gestão na administração e investigação de crimes e delitos, bem como para garantir direitos básicos dos cidadãos, acontece ao lado das mudanças vividas por toda sociedade, ligadas às questões do emprego da violência. Tem-se, de um lado, a busca por direitos, como o fim da tortura e prisão arbitrária, a reforma na administração da justiça penal e a capacitação dos profissionais ligados a gestão da segurança; e, de outro lado, a difusão de uma cultura criminal viril, expressa principalmente em comunidades carentes que tiveram seus integrantes ligados a ‘malandragem’ passando para o patamar de bandidos. Retomando então a construção do emprego da violência, a legitimação da violência ou falha do Estado em conseguir administrar a violência, organiza-se um quadro analítico da situação na cidade do Rio de Janeiro que pode ser comparado e empregado para analisar este fenômeno em outras cidades brasileiras que passam pelas mesmas situações sociais, representando a difusão de uma sociabilidade violenta. O conceito apresentado por Zaluar no qual revela alguns dos mecanismos empregados na prática delituosa até a formação de uma rede de crime e profissionalização dos criminosos no decorrer das últimas décadas, pode ser melhor observado na esquematização a seguir, que procura sintetizar a análise proposta pela autora para a análise da violência na sociedade brasileira contemporânea.

Na cidade do Rio de Janeiro, as características sociais do século passado indicavam que o comércio de rua representava com todas suas nuances, uma resistência, um desacordo ao mercado formal de trabalho com o qual os integrantes deste sistema eram livres para seguir rotinas não burocratizadas. Este trabalho antes desenvolvido de uma maneira informal foi envolto com o decorrer dos anos a uma teia de mecanismos ilegais e clandestinos de ação, como a venda de artigos contrabandeados e inserção de jogos ilícitos, que formam uma rede articulada e estruturada de atuação nestes pontos; a cultura viril é empregada como forma de

afirmação e inserção e ao longo dos anos 1970 acaba agrupando jovens antes considerados a face da desordem social – o indivíduo faminto e carente que rouba para sobreviver – em bandos ou galeras, com a profissionalização de alguns para carreiras criminosas, o bandido e o ladrão; os roubos de rua surgem como dinâmica de trabalho para determinados grupos, pois como não são consumidores dos produtos que roubam, acabam reinserindo estes no mercado através de mecanismos clandestinos. Jovens consumidores de drogas ao assumirem compromissos financeiros com traficantes que não podem saldar, são levados a cometer furtos para escapar das severas sanções impostas por estes credores fortemente armados; O tráfico de drogas desponta como atividade altamente rendosa com a ação de fazendeiros, empresários, negociantes, banqueiros, responsáveis pelo trânsito e lavagem do dinheiro adquirido. No comércio direto para os consumidores estão pequenos traficantes que movimentam verdadeiras fortunas adquiridas com os ganhos da comercialização das drogas; o novo personagem, do malandro ao bandido, acaba por desmistificar o modelo construído do bandido que roubava dos ricos para dar aos pobres, aquele que protegia a comunidade dos desmandos e participava até certo ponto da vida cultural da cidade, deu lugar ao novo personagem, o bandido, forjado no momento em que a contravenção e o crime tornam-se grandes empreendimentos comerciais dotados de um exército de funcionários que atuam como mercadores e soldados em uma interminável guerra pelo domínio de pontos de venda, sendo a riqueza e a violência necessárias para a aquisição de bens e resolução de conflitos; junto a este comerciante, que adquire bens, status e poder com as atividades ilegais formam-se o imaginário de um ser liberto, capaz de poder empreender o que quer, até que a polícia o atrapalhe, ou o sistema violento ao qual ele está inserido, o vitime Zaluar (2004).

A autora apresenta em sua análise, elementos presentes em parte da sociedade carioca, que se identificava com a figura do bom malandro (encontrado também em outras comunidades, vilas, favelas ao longo do país), aquele das rodas de samba e vida noturna, do malandro capoeira, com sua dupla função, pois protegia a comunidade onde morava, enquanto praticava pequenos furtos revertidos em presentes para a mesma. Com substituição destas figuras pelos bandidos profissionais, organizados, fortemente armados, cheios de virilidade em suas atitudes e normas de conduta, mantidos por uma rede de relacionamentos que engloba negócios altamente rentáveis, altera a percepção quanto aos malandros. Tais organizações têm como pano de fundo uma rede informal de negócios da rua, presente na atividade dos vendedores ambulantes encontrados em praticamente todas as cidades brasileiras (muitos destes são trabalhadores honestos e buscam o sustento de sua família na rua por não encontrar alternativa de trabalho formal). Mascarados entre estes, existe uma

grande “companhia” de produção e circulação de bens (produzem bens com a força de seu trabalho, no roubo de cordões, carteiras, carros, casas ou seqüestros relâmpagos, contrabando) seja por meio do tráfico de drogas que cria uma rede perversa na relação patrão/funcionário, pois aquele que funcionário que não esta produzindo, ou que comete alguma falha e fica com endividado com o patrão, acabará na maioria absoluta dos casos, morto, não demitido. A idéia que percorre o imaginário popular sobre estes atores da rua, que transpassam a sensação de liberdade e poder, maximizado com o porte de armas e o exagero em festas e drogas. Quando estes funcionários não são mortos pelos seus patrões, acabam mortos pelas mãos da polícia ou por rivais nos negócios; em último caso, são retirados de circulação e conduzidos as superlotadas penitenciárias brasileiras.

O trajeto que leva os indivíduos ao mundo das organizações criminosas formais força a população em geral a conviver com este tipo de situação em determinados locais: são comuns relatos na mídia de indivíduos moradores de favelas que presenciam a execução de funcionários do tráfico que cometeram alguma falta para com o patrão; ou então, a violência gerada pela disputa por território resulta em mortes de civis por ‘balas perdidas’, sejam elas da polícia ou dos bandidos. Esta escalada da violência acaba gerando um estado constante de insegurança que pode ser relacionado a supervalorização do individualismo e toda a representação envolvendo o sentimento moderno de posse das conquistas pessoais, juntando a isto o medo da perda dos bens adquiridos, como se observa Brito; Barp (2008, p. 36-7):

Obrigado a tornar-se senhor da razão, o homem, buscando a máxima dominação, faz mau uso desta, e é nisso que se manifesta a barbárie que permaneceu enxertada na civilização ocidental: o cálculo criminoso é o reflexo do “despotismo interior do sujeito[...]; neste caso seus instintos de violência” (MATTEI, 2002: 62). Ao tratar do despotismo interior, Mattei chama a atenção para a noção de “barbárie reflexiva”. Estando a barbárie interiorizada no sujeito, a razão não escaparia à tentação do uso da violência e do crime como um dos meios eficazes no cálculo da realização dos fins. Sigmund Freud, analisando a expectativa do desenvolvimento das forças técnicas da sociedade, assinala: “é inequívoca a influência exercida sobre as relações sociais da humanidade pelo progressivo controle das forças da natureza. Pois os homens sempre colocam seus instrumentos de poder recentemente adquiridos a serviço de sua agressividade e usam-nos contra os outros homens”. A modernidade foi capaz de criar um artifício poderoso no sentido de atrair a violência para a esfera do Estado; o monopólio estatal da violência, com toda a ambigüidade que possa carregar, torna-se um fator preponderante na busca da segurança. Explicita Bauman (2003: 30): “o moderno arranjo – capitalista – do convívio humano tinha uma forma de Jano: uma face era emancipatória, a outra coercitiva, cada uma voltada para um setor diferente da sociedade... Para dizer de maneira curta e grossa: a emancipação de alguns exigia a supressão de outros”.

A construção da consciência coletiva que tem interiorizado sentimentos relacionados à barbárie pode levar os indivíduos a situações onde estes sentimentos aflorem para a conquista

do objeto que se deseja. Relacionando isto ao estado atual da sociedade brasileira que apresenta manifestações latentes de medo, representado pela violação dos direitos e a agressão ao corpo dos indivíduos, Soares realiza uma tentativa de alteração do modelo empregado para o enfrentamento a este fenômeno, quando convidado a assumir a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, na gestão do governador Garotinho. Soares (2000) se dedica à análise da estruturação da sociedade brasileira até a incorporação subjetiva de algumas pessoas à sua situação de pertencerem a classes inferiores. Ele contextualiza três modalidades mais graves de violência criminal no Brasil, observadas na tabela 2 a seguir:

Modalidades de Violência Criminal	
Primeira modalidade	É a modalidade que se verifica nos circuitos onde operam as elites econômicas e políticas. Crimes de corrupção e de assalto ao patrimônio público, os quais, mesmo não importando diretamente em agressões físicas, se realizam sob a forma espetacular de uma intensa violência simbólica, porque, impunes, difundem na população um sentimento de impotência e de descrédito nas instituições e até mesmo na própria viabilidade da vida coletiva.
Segunda modalidade	É a que se verifica com fins lucrativos, sobretudo nos circuitos que transitam as classes subalternas, até mesmo nos circuitos geográficos em que vivem os mais pobres, espaços sociais em que se concentram os excluídos e as vítimas do preconceito racial tão presente quanto negligenciado no Brasil. Para analisar estes tipos de crimes violentos, em suas diversas formas e múltiplas dinâmicas, acho que seria necessário pensa-los contra o pano de fundo socioeconômico e cultural, isto é, contra o pano de fundo do jogo perverso da dupla mensagem. Há dois principais efeitos da dupla mensagem associada à exclusão social (e eu, aqui, retorno por outro ângulo formulações anteriores): ou ela desnorтеia o indivíduo, na relação consigo mesmo e com os outros, bloqueando a resistência politizada a opressão; ou ela enseja combinações explosivas entre, digamos, a valorização do poder e da disputa sem limites ou “darwiniana” pela supremacia. Eis o cenário adequado para a proliferação de micropoderes tirânicos e para tendência a acomodação de suas vítimas principais. Os baronetes do tráfico de drogas, por exemplo, impõe-se pelo terror. Mas não nos devemos esquecer que o medo encontra um terreno fértil em formações subjetivas marcadas pela desestabilização identitária, provocada pela socialização dupla que venho discutindo. A outra condição dos micropoderes e do rosário de praticas delituosas e violentas que os acompanha é, evidentemente, o acesso a armamento poderoso. Parte do problema, e não da solução, têm sido as instituições policiais.
Terceira modalidade	É aquela que atravessa todos os circuitos sociais e não tem fins lucrativos, nem se submete os cálculos estratégicos, movidos por interesses mercantis. Essa modalidade atinge sobretudo mulheres, mas também crianças, e revela uma realidade espantosa, dramática e quase completamente desconsiderada no Brasil. Sua principal arena é a casa e seu nicho social são as relações de parentesco, de conjugalidade e de vizinhança. A casa, outrora cantada em prosa e verso como espaço de proteção e amor, é palco freqüente das mais diversas formas de violência, as quais nos remetem a discussão sobre a opressão das mulheres e sobre as condições em que são criadas as crianças no país.

Tabela 2: Modalidades de Violência Criminal. Organizado pelo autor.

Fonte: SOARES. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. PEREIRA, Carlos A. M. et al. Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: ROCCO,(2000a. p. 40-1).

As três modalidades de violência criminal encontradas na sociedade brasileira atual, apresentadas pelo autor remetem, em parte, à citação anterior de Zaluar (2004), com alguns acréscimos. Somos todos formalmente livres e vivemos em uma sociedade que busca a igualdade entre seus pares, mas que na prática, esta dividida em diversos guetos, cada um com

seus símbolos, rituais, cor da pele, credo; mas todos invariavelmente, sofrem de temores quanto à segurança de sua propriedade privada (temor relacionado ao surgimento do bandido). A forma de Poder imposta pelo Estado brasileiro vivido durante a ditadura milita, e o princípio da redemocratização comentado por Soares (2000a), ajudou a moldar em parte das classes sociais inferiores um sentimento de impotência ou permissividade com relação a atuação de bandidos. Em sua análise estes não conseguem vislumbrar alternativas ao modelo vigente, criando uma perversa relação, expressa de maneira geral da seguinte forma: nos bairros pobres, os moradores convivem com a insegurança e a bandidagem que comanda a região. Os trabalhadores são respeitados e eventuais problemas que ocorram são resolvidos pelos líderes locais, ou seja, há uma ausência do Estado. As classes média e alta, que não conseguem se proteger com todo o aparato de segurança privada disponível reivindicam mais eficiência do Estado na gestão destes problemas. Tem-se, então, como pano de fundo apresentado por Sergio Adorno, que as diferenças causadas pela distribuição desigual da riqueza social no Brasil acabam por agravar a problemática da violência, no momento em que Adorno (2002a, p. 87-8) indica:

Não obstante, os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade social permanecem os mesmos de quatro décadas. A desigualdade de direitos e de acesso à justiça agravou-se na proporção mesma em que a sociedade se tornou mais densa e complexa. Os conflitos sociais tornaram-se mais acentuados. Nesse contexto a sociedade brasileira vem conhecendo crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência falta conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas. Em especial, a emergência do narcotráfico, promovendo a desorganização das formas tradicionais de sociabilidade entre as classes populares urbanas, estimulando o medo das classes médias e altas e enfraquecendo a capacidade do poder público em aplicar lei e ordem, tem grande parte de sua responsabilidade na construção do cenário de insegurança coletiva.

Esta explosão de conflitos vinculados às classes menos favorecidas acentua-se devido ao modelo de desenvolvimento urbano das cidades brasileiras, que com seus defeitos de planejamento e estruturação – muitos causados pela demora na estruturação e implantação de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Em todas as cidades do país acentuam problemas sociais causados pela concentração de renda e má distribuição de serviços básicos. Estas reflexões são ditas por Carlos (1992, p. 32-3) de maneira que:

Refletir, hoje, sobre a cidade no Brasil, significa pensá-la enquanto materialização do processo de “urbanização dependente”, em que as contradições emergem de modo mais gritante, e a acumulação de riqueza que caminha *pari passu* com a miséria, leva a um tipo de reivindicação diferenciada, se comparada àquelas emergentes nos países ditos desenvolvidos. [...] Aqui ainda se trava uma árdua luta

por condições mínimas de vida, por direitos básicos já amplamente conquistados naqueles países. [...] a nosso ver, no centro da crise urbana, está o poder conferido pela propriedade privada da terra que cria as atuais normas de acesso à cidade, tanto no que se refere à moradia, como às condições de vida, expressas na contradição entre a riqueza e a pobreza; uma cidade que se produz em função de necessidades e objetivos que fogem àqueles do conjunto da sociedade – particularmente da classe trabalhadora.

Esta relação de conflitos instaurados na sociedade brasileira pode ser relacionada às situações apresentadas por Soares destacadas anteriormente nos seguintes aspectos:

1. As dificuldades de enfrentamento das práticas violentas por parte do Estado, geram, em parte, o enfraquecimento da confiança da população nas instituições, principalmente pela vinculação de atores públicos a escândalos, fraudes, crimes de colarinho branco, tráfico de influência, corrupção policial, entre outros;
2. Crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, se concentra geograficamente (devido a facilidades de operação dos seus mecanismos de comércio) nas classes de baixa renda, articula organizações que em determinados locais constituem-se em poder vigente frente ao Estado (facções criminosas que chefiam uma favela ou milícias. São em muitos locais responsáveis pela manutenção da ‘ordem’, julgamento e execução de sentenças, muitas das quais acabam em pena de morte aos acusados) criando uma rede de poder, auxiliados em parte por contextos sociais de extremas violações dos direitos humanos básicos.
3. Explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas, relacionadas aos conflitos domésticos, violência contra crianças, mulheres, idosos, homossexuais e violências étnicas ou “raciais”, relacionados à terceira modalidade criminal. Estas modalidades começam com as redes sociais ONGs, Movimento Feminista, Movimentos pela Paz, Vida, direito dos homossexuais, a ganhar visibilidade e tornar pública a discussão sobre o tema.

Não existem somente estas três modalidades de violência, mas utilizam-se estas como sendo as principais para análise neste trabalho⁵. Considerar a violência na sociedade brasileira

⁵ Segundo Sergio Adorno (2002b, p. 2) a cerca destas três modalidades tem-se que: “Para além de uma mera preocupação com a fenomenologia da violência – algo talvez mais afinado com uma perspectiva que se poderia identificar como própria da tradição criminológica – a pesquisa brasileira identificou neste campo um lugar para decifrar, em parte, os rumos contemporâneos desta sociedade. Em parte por que, neste campo, revelam-se sensíveis tensões e em múltiplos planos de análise social. Para indicar apenas três: primeiro, tensões nas relações entre indivíduos, grupos e instituições sociais; segundo, tensões nas relações entre sociedade civil, poder político e estado; terceiro, tensões nas relações entre processos sociais, estilos de vida e o mundo das representações

atual perpassa ainda por fatores diversos e complexos, estudados geralmente nestas três grandes linhas, que Adorno (2002b) observa da seguinte forma:

- I. Primeira modalidade de violência: nos últimos cinquenta anos ocorreram alterações sociais em escalas jamais vistas. Os padrões de acumulação de capital e de concentração de novas formas de distribuição industrial e tecnológicas são observadas em diversas regiões. Essas alterações acarretaram em substantivas mudanças nos processos de produção, trabalho, recrutamento e utilização da força de trabalho, influenciando diretamente nas organizações tradicionais como sindicatos, acentuado deslocamento de indivíduos entre Estado-Nação, causando novos conflitos sociais, étnicos e que geram a criação de legislações e tribunais paralelos ao Estado. Essas ações agem no domínio do crime, da violência e dos direitos humanos. A delinquência também evoluiu, pois parte de um modelo de violação do patrimônio converteu-se numa ação organizada em moldes empresariais e em redes transnacionais de atuação que acaba por impor um nova forma de atuação – articula crimes contra a pessoa, sistema financeiro, patrimônio e contra a economia popular – tendo representação mais visível o emprego da violência, representada principalmente pela arma de fogo, corrupção de agentes públicos e desorganização das formas convencionais de controle social, repercutindo no agravamento das violações dos direitos humanos.
- II. Segunda modalidade de violência: reflete a questão da violência interligada a desigualdade social. Teses defendidas, em que se realizava uma interligação entre a casualidade de pobreza, delinquência e comportamentos violentos, hoje já podem ser contrariadas. Mas os mapas da criminalidade apontam que as maiores ocorrências de mortes de forma violenta ocorrem em cinturões ou bolsões periféricos, bairros relacionados ao fenômeno do congestionamento habitacional, onde residem majoritariamente trabalhadores urbanos de baixa renda. A desigualdade social e a concentração de riqueza, fenômenos predominantes ao longo dos anos 90, são contraditórios às profundas mudanças da economia brasileira que eleva a taxa de crescimento e produção de riqueza, mas ainda não consegue distribuí-la igualitariamente. A crise fiscal mundial reflete-se diretamente nas restrições que enfrenta o Estado para redução da violência por meio do estímulo ao desenvolvimento

simbólicas. Mas, em parte também, porque o tema da violência, em suas conexões com direito, justiça, cidadania, estado de direito, direitos humanos coloca em evidência os rumos da democracia brasileira, sua institucionalização e consolidação, seu futuro e seus desafios”.

socioeconômico, da expansão do acesso ao mercado de trabalho e à garantia de um mínimo de qualidade de vida para o conjunto da população.

- III. Terceira modalidade de violência: relaciona-se a crise enfrentada pelo sistema de justiça criminal. Diversas obras reconhecem que existe um déficit no sistema de justiça criminal, agências de polícia, ministério público, tribunais de justiça e sistema penitenciário quanto à contenção do crime e da violência dentro dos regimentos do estado de direito. Ocorreu uma evolução no padrão e nas formas de operação dos agentes criminosos, mas o sistema de justiça continua operando como o fazia há três ou quatro décadas. A característica mais visível deste processo é a dificuldade enfrentada pelo Estado em garantir o monopólio estatal da violência, sistema representado pela continuidade de motins e rebeliões em prisões, pela ousadia nos resgates a presos, pela existência de regiões em grandes cidades onde prevalecem regras ditadas pelo tráfico de drogas em detrimento à aplicação das leis. A consequência mais séria desta situação é o descrédito dos cidadãos nas instituições promotoras de justiça, em especial encarregadas de distribuir e aplicar sanções aos autores de crime e violência. Os que dispõem de recursos apelam cada vez mais para o mercado de segurança privada; em contrapartida, a grande maioria da população urbana depende de guardas privados não profissionalizados, apóia-se na “proteção” disponibilizada por traficantes locais, ou procura resolver suas pendências e conflitos por conta própria. Em ambos os casos, os resultados auxiliam no enfraquecimento da busca de soluções proporcionadas pelas leis e pelo funcionamento do sistema de justiça criminal. Adorno (2002c, p. 7-8).

A tênue linha que divide cada uma destas três modalidades tem de ser enfrentada a princípio pelo Estado, responsável pela violência legítima em prol da manutenção das condições necessárias para o convívio harmônico da sociedade, mas que vêm, ultimamente, perdendo sua legitimidade e dando espaço para que outras formas privadas de manutenção da ordem sejam aplicadas pelos cidadãos. As teses representadas pelo casuísmo pobreza, delinquência e violência ainda são apontadas por estudos que indicam que a concentração de homicídios e crimes violentos apresenta maior incidência em comunidades carentes, o que em parte se dá pela má distribuição da renda e acesso a oportunidades, e a propagação da cultura viril; além disto, o tráfico internacional de armas e drogas gera novos espaços de convivência valendo-se da ineficiência do Estado. A questão das práticas violentas na sociedade brasileira, Tavares dos Santos (2009, p. 25), observa que:

Para conhecer as práticas de violência, tanto na história como na sociedade brasileira, trabalhamos com a noção de “cidadania dilacerada”, pois evoca o dilaceramento do corpo e da carne e a crescente manifestação da violência física na sociedade, a qual ameaça as possibilidades de participação social e da cidadania. Isso nos leva a identificar um paradoxo na sociedade brasileira atual: malgrado o regime político democrático, o autoritarismo faz parte da vida social. A sociedade parece aceitar a violência, ou resignar-se, incorporando-a como prática social e política normal e coletiva, como demonstram os rotineiros exemplos de violência nas cidades, nos campos e florestas brasileiros. Tal situação nos lembra que a violência urbana realiza-se mediante formas de violência difusa e generalizada marcando o cotidiano das populações das grandes cidades brasileiras. [...] A violência como nova questão social mundial está provocando mudanças no Estado: dentre as novas formas de poder político supranacional e organizações internacionais, delineiam-se formas transnacionais de poder político, por meio da ONU, da OTAN e de organizações multilaterais, assumindo os USA um papel de controle político e militar internacional. A ameaça de um estado do controle social repressivo avoluma-se na sociedade atual.

No caso brasileiro, é possível afirmar, com Tavares dos Santos (2009, p. 36), que

Existe uma crise de dominação do Estado, a qual deixa emergir, ou favorece, as formas de violência. Por consequência, as formas de violência presentes no espaço social brasileiro parecem expressar, em sua face de violência difusa, uma crise de hegemonia do Estado brasileiro, crise que evoca o recurso analógico ao conceito de “condição natural da humanidade” de Hobbes. Face aos fenômenos históricos da sociedade brasileira, são justamente as modalidades da violência difusa que devem orientar nossas reflexões. Trata-se da própria dificuldade de se instaurar plenamente o contrato social e disseminar a figura do indivíduo como uma impessoalidade jurídica, mantendo-se um clima de terror *recíproco* entre as pessoas, os grupos e as classes sociais; condição que, a longo prazo, é intolerável, já que não assegura ao homem a garantia do direito à vida.

Este clima de terror instaurado entre as pessoas é observado nas cidades quando as pessoas trancam suas casas com cercas elétricas e seus pertences pessoais em cofres, ou se armam para seguir uma viagem, visando garantir, assim, uma segurança que o Estado não consegue prover; ou ainda, quando ao calor dos acontecimentos são cobradas medidas de endurecimento penal a pessoas que cometeram delitos, tais como a redução da maior idade penal, condenação à pena de morte, entre outras ações de caráter inibidor da criminalidade, mas discutíveis quanto a sua eficácia. Sobre a relação entre os grupos que disputam à apropriação dos *seus espaços* dentro das cidades, Haesbaert (2002, p.93) diz que:

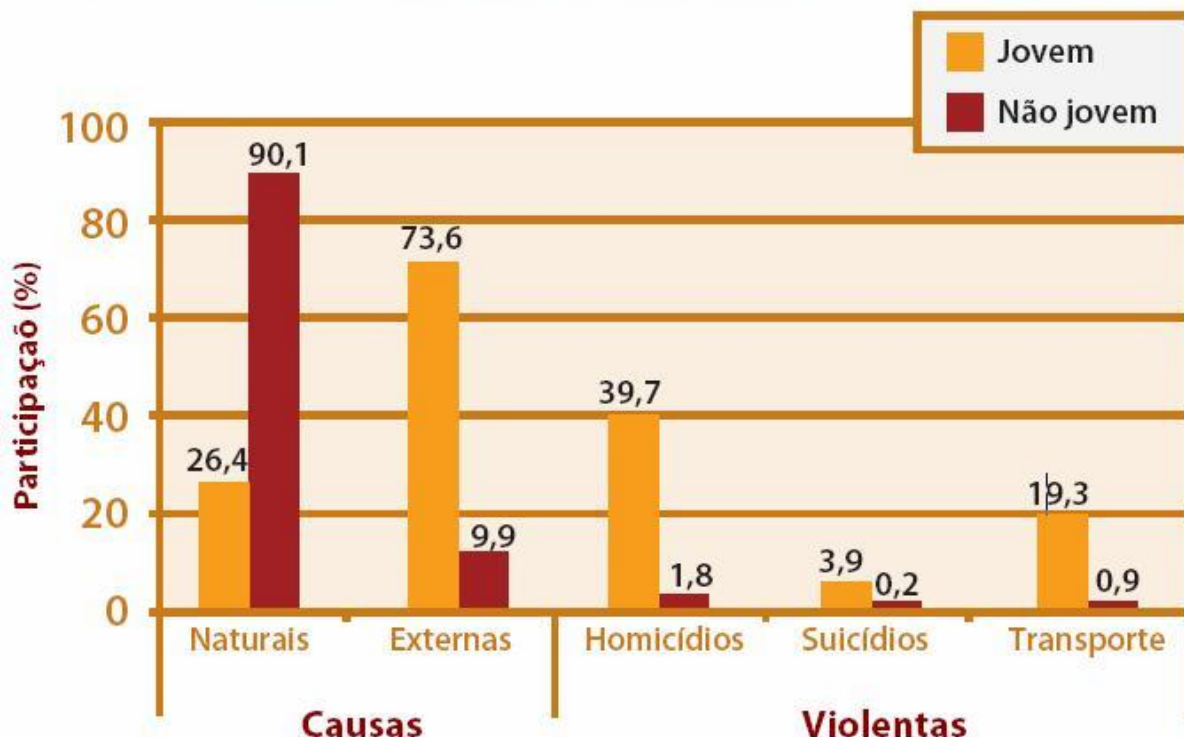
A cartografia da metrópole moderna é, portanto, muito mais rica e controversa do que nossos genéricos modelos podem supor. Além da grande diferenciação no tecido urbano, que cria espaços singulares, e da distribuição desigual dos equipamentos e serviços, e para além desta configuração física, há uma complexa rede de relações entre os grupos que traçam laços de identidade com o espaço que ocupam, criam formas de apropriação e lutam pela ocupação e garantia de seus territórios.

A cidade é o local onde são postas em prática todas as relações de poder entre as pessoas. Poder que é buscado com a disputa pela apropriação do espaço, pelo consumo de serviços, diferenciação entre áreas, entre pessoas, entre bairros. Esta busca por diferenciação e afirmação pessoal pode levar à prática do recurso da violência pela agressão física para obtenção dos bens, ou para extravasar frustrações ou descontrole pessoal quando se pratica violência doméstica, discriminação por gênero, cor da pele, entre tantas outras. A violência apresenta-se como difusa, aceita, incorporada ao cotidiano dos moradores das cidades e do campo. Sobre esta incorporação pelos moradores, relaciona-se então a definição de violência difusa, Tavares dos Santos (2004, p. 8):

Retomamos esta definição de violência difusa: as diferentes formas de violência presentes em cada um dos conjuntos relacionais que estruturam o social podem ser explicadas se compreendermos a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social. A idéia de força, ou de coerção, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo etário ou cultural. Força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso presente nas relações de poder. Pode-se verificar empiricamente na sociedade brasileira a seletividade social das vítimas: trabalhadores urbanos, moradores de bairros populares, pais, crianças, mulheres, jovens, negros, índios. Do sexo masculino: acidentes de trânsito, homicídios, armas de fogo; jovens e adolescentes: abuso sexual; violência doméstica (contra crianças, idosos, mulheres): contra crianças, castigos corporais e maus-tratos; violência sexual contra as mulheres e o aumento do registro da violência doméstica.

Esta violência difusa na sociedade relaciona-se então com a ineficácia do Estado em promover o bem-estar e manter a ordem pública, em específico à segurança da propriedade privada e a não agressão. Em recente publicação do Ministério da Justiça, foi elaborado o Mapa da Violência no Brasil, valendo-se de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, a qual pode observar os seguintes dados:

Causas de Mortalidade Jovem e Não Jovem (em %). Brasil, 2008.



Fonte: SIM/SVS/MS

Gráfico 1 – Causas da mortalidade jovem e não jovem.

Fonte: Mapa da Violência – Os Jovens do Brasil, (2011, p. 19).

Nesta pesquisa foi dividida a população em dois grupos: os *jovens* – 15 a 24 anos – e os *não jovens* – 0 a 14 e 25 e mais anos. Os jovens são os indivíduos mais propensos a serem vítimas das práticas violentas exercidas no seio da sociedade brasileira atual, o que pode explicar como um conjunto de três fatores é responsável por 62,8% das mortes dos jovens brasileiros. Se considerado somente os homicídios, podemos observar que existe um incremento anual no número de mortes no período de 1998 – 2003, seguido de uma oscilação entre 2004 – 2007, retomando a elevação nos índices em 2008. A análise dos dados apresentadas no estudo indica aponta o seguinte, Mapa da Violência (2011, p. 24 -27):

Mas o que realmente impressiona nesses números são suas magnitudes. No ano de 2008, com todas as quedas derivadas da Campanha do Desarmamento e de diversas iniciativas estaduais, aconteceram mais de 50 mil homicídios, nível semelhante ao pico de 51 mil homicídios de 2003. Isso representa 137 vítimas diárias, número maior que um massacre de Carandiru a cada dia do ano. Na década analisada, morreram, no Brasil, exatamente 521.822 mil pessoas vítimas de homicídio, quantitativo que excede, largamente, o número de mortes da maioria dos conflitos armados registrados no mundo. [...] Se a magnitude de homicídios correspondentes ao conjunto da população já pode ser considerada muito elevada, a relativa ao grupo jovem adquire caráter de epidemia. Os 34,6 milhões de jovens que o IBGE estima que existiam no Brasil em 2008, representavam 18,3% do total da população. Mas os 18.321 homicídios que o DATASUS registra para esse ano

duplicam exatamente essa proporção: 36,6%, indicando que a vitimização juvenil alcança proporções muito sérias.

A situação apontada toma ares de calamidade se pensado que a ocorrência de homicídios é considerada uma epidemia. São referenciados também dados que apontam a crescente proliferação deste fenômeno nas capitais e regiões metropolitanas, justamente as que apresentaram maior incremento populacional nas últimas décadas.



Fonte: SIM/SVS/MS

Gráfico 2 – Evolução no número de homicídios no Brasil.

Fonte: Mapa da Violência – Os Jovens do Brasil, (2011, p. 21).

Refletindo sobre a construção da violência difusa na sociedade brasileira, estes dados pesam significativamente nas análises da utilização da violência com forma de imposição, como mecanismo social incorporado nos indivíduos, principalmente entre os jovens. Ao tornar claro estes dados, são retomados comumente discursos vinculados a velhos gestores públicos que enxergam que através do endurecimento nos mecanismos de punição, pode ocorrer uma diminuição das taxas de criminalidade, uma clara oposição à luta pela promulgação dos direitos humanos e políticas de inclusão. Sobre estas considerações Adorno (1998, p. 33) observa-se que:

Nas acres crônicas da insegurança e do medo do crime, nos fatos e acontecimentos que sugerem a fragilidade do Estado em velar pela segurança dos cidadãos e proteger-lhes os bens, materiais e simbólicos, nos cenários e horizontes reveladores dos confrontos entre defensores e opositores dos direitos humanos, mesmo para aqueles encarcerados, julgados e condenados pela justiça criminal, tudo converge para um único e mesmo propósito: o de punir mais, com maior eficiência e maior exemplaridade. Trata-se de propósito que se espelha em não poucas demandas: maior policiamento nas ruas e nos locais de concentração populacional, sobretudo as habitações populares consideradas celeiro do crime e de criminosos; polícia menos tolerante para com os criminosos; justiça criminal menos condescendente com os “direitos” dos bandidos e mais rigorosa na distribuição de sanções penais; recolhimento de todos os condenados às prisões que devem se transformar em meios exemplares de punição e disciplina. Com nuances entre os mais radicais, que advogam pena de morte e imposição de castigos físicos aos delinquentes, e os mais “liberais”, que pretendem o aperfeiçoamento dos instrumentos legais de contenção repressiva dos crimes, todos gravitam em torno de um imperativo categórico: o obsessivo desejo de punir.

Nas situações discutidas envolvendo o fenômeno da violência na sociedade brasileira atual, seja de maneira individual ou coletiva, estão às temáticas principais representadas por: (1) demanda por “ordem”; (2) a discussão sobre a fragilidade do Estado que encaminha para um propósito comum “o de punir mais, com maior eficiência e maior exemplaridade”; (3) a ampliação de medidas já utilizadas e que podem vir a ser estigmatizantes e preconceituosas, como simples ampliação de policiais pelas ruas para que estes atuem efetivamente perante os marginais, e principalmente nos locais já deflagrados como “celeiros do crime e de criminosos”, priorizando o recolhimento à prisão como meio de punição e disciplina, que são mecanismos tradicionais e não caminham para que ocorra a interação entre estas áreas de risco e os serviços do Estado, que poderiam levar a alteração do quadro de violência sem, necessariamente, pré-condenar todos os moradores da região; (4) substituição dos direitos constitucionais para bandidos em troca de um endurecimento penal; (5) a oposição dos discursos de maior endurecimento nos mecanismos punitivos *versus* os mais “liberais” que encaminham a discussão para o aperfeiçoamento dos mecanismos legais de contenção dos crimes; (6) o obsessivo desejo de punir.

Dentre os temas a relação pré-concebida entre localidades carentes e violência, uma vinculação que carrega em si uma violência simbólica, pois estigmatiza toda a população de uma determinada região por atos de alguns indivíduos. Pode-se dizer que com a constituição do bandido, e a proliferação destes em grupos, quadrilhas ou bandos, acaba reforçando esta inter-relação, mas não serve como explicação para este fenômeno. Esta genealogia de violência carrega consigo características que com o passar do tempo podem se reforçar e enraizar na população das comunidades carentes ou não, mas têm-se, Soares (2005, p. 209):

Com a máxima cautela, até para que não façamos o que criticamos, isto é, para que não reforcemos os preconceitos que depreciam os pobres, já tão penalizados pela própria pobreza, é preciso reconhecer que há laços prováveis entre as seguintes realidades – as quais, conseqüentemente, tendem a conviver (ou seja, quando encontramos uma delas, será mais que provável que encontremos as demais): (a) pobreza; (b) menor escolaridade; (c) menor acesso a oportunidades de trabalho; (d) maior chance de sofrer o desemprego e o desamparo econômico e social; (e) angústia e insegurança; (f) depressão da auto-estima; (g) alcoolismo; (h) violência doméstica; (i) geração de ambiente propício ao absenteísmo, à desatenção e a rejeição dos filhos; (j) vivência da rejeição na infância, o que fragiliza o desenvolvimento psicológico, emocional e cognitivo, rebaixa a auto-estima, estilhaça as imagens familiares que serviam de referência positiva na construção da identidade e na absorção de valores positivos da sociedade.

Este desenvolvimento proposto pelo autor remete a questão apresentada anteriormente na segunda modalidade de violência descrita por Adorno (2002c). As comunidades carentes ou regiões de congestionamento habitacional estão mais susceptíveis a serem influenciadas e podem apresentar esse padrão de desenvolvimento cíclico, pois referindo ainda por, Soares (2005, p. 209).

(l) crianças e adolescentes com esse histórico tendem a apresentar maior propensão a experimentar deficiências de aprendizado (tanto por motivos psicológicos quanto pelo fato de que as limitações econômicas dos pais impedem a oferta de acesso a escolas mais qualificadas, inclusive para lidar com essas deficiências e para estimular os alunos, valorizando-os); (m) dificuldades na família, na escola, e pressão para o ingresso precoce no mercado de trabalho (mesmo que seja por uma participação intermitente e informal) tendem a precipitar o abandono à escola, sobretudo no contexto de desconforto e inadaptação, e de falta de motivação; (n) a saída da escola reduz as chances de acesso a empregos e amplia a probabilidade de que o círculo da pobreza se reproduza por mais uma geração; (o) configurando este quadro aumentam as probabilidades de que o adolescente experimente a degradação da auto-estima, especialmente se considerarmos o contexto social e cultural em que prosperam os preconceitos, o padrão da dupla mensagem (da qual vou tratar adiante) e as artimanhas da *invizibilização*..

Esta relação exposta pelo autor aferiu uma série de fatores sobrepostos, uma cadeia de desconstrução de laços, valores e perda de oportunidades motivadas principalmente pela falta de acesso ao emprego e o desamparo social. Mas estes indicadores não se farão presentes em todas as comunidades carentes, e também não se aplica a maioria dos itens para explicar os cada vez mais frequentes incidentes envolvendo grupos de jovens de classes média e alta que não são identificados com a privação de oportunidades, mas pelo excesso, “excesso de experiências, de opções, de possibilidade materiais, sem que isso se traduza, na maioria dos casos, em possibilidades reais de mudança de condutas, com possibilidades concretas de construir um sujeito autônomo.” Porto (2010, p. 94-5)⁶. Pode-se então pensar esta relação de

⁶ A violência praticada pelos jovens de classes superiores, ou por indivíduos/grupos isolados, não tem um objetivo específico, ou seja: “a cidade assiste a casos típicos de violências inter-pessoais, cujas vítimas, tanto

subjetividades violentas encarnadas com a seguinte representação social por Zaluar (2004, p. 195-197):

Em primeiro lugar é preciso diferenciar “quadrilhas” e “galeras”. As “quadrilhas” se compõem de um número relativamente pequeno de pessoas, em geral jovens, que se organizam com a finalidade de desenvolver atividades ilegais para o enriquecimento rápido de seus membros. Mesmo dos “quadrilheiros” ou “bandidos” (nomes locais) é preciso é preciso fazer importantes diferenciações [...] Do ponto de vista dos trabalhadores, os crimes menos consideráveis normalmente são os que se justificam pela pobreza, mas estes abrangem apenas os roubos eventuais de casa comerciais e não levam a pessoa a enriquecer. O ladrão que age individualmente, que não usa arma de fogo, que continua pobre e é por isso chamado de “caixa baixa” sofre menos condenação moral dos moradores do local. É o único crime que, a seus olhos, parece estar de fato correlacionado com a pobreza. Mas o envolvimento progressivo com o crime, a escolha da carreira criminoso cuja marca é o uso da arma de fogo na cintura não se explica exclusivamente pela pobreza, não fazem do jovem pobre uma vítima e não criam um herói. Bandidos são os que andam armados, vivem permanentemente de suas atividades ilegais e têm uma característica pessoal e interna: a “disposição para matar”. [...] Mas as relações da quadrilha com o bairro são muito mais ambivalentes que a gangue, além de muito mais recentes. A maior dificuldade decorre do uso da arma de fogo, da truculência ou da “sugestão” pelos “bandidos” (nome dado aos membros de quadrilhas) para resolver quaisquer conflitos. Por isso o bandido também é definido como o “eterno covarde” que só pela arma se impões a outrem.

Essa caracterização mostra a percepção social dentro das ‘comunidades’ das nuances existente entre os tipos de “bandidos”. Se estes são levados ao crime por necessidade material de sustento próprio ou por cobiça, desejo de poder e enriquecimento rápido. A facilidade na aquisição de armas, materiais para comercialização através do furto ou tráfico de drogas, se articula nas redes de comércio locais e acaba vinculando toda a região controlada por estes indivíduos, que promovem uma justiça paralela, assumindo um poder paraestatal Zaluar (2004). Tem-se então uma violência dirigida, com intencionalidade/causa representada pela quebra do contrato social, o não acesso a emprego formal, pois os indivíduos estão buscando o sustento de seu grupo social ou valorização social e reconhecimento, pertencimento a um grupo que contem uma identidade definida. A discussão sobre a problemática da violência é ampla, conturbada, e se entrelaça em uma rede de acontecimentos que se sobrepõem, interagem e formam a realidade que vivemos.

Nos discursos apresentados até aqui, pode-se referenciar que uma das principais causas da explosão de violências nas últimas três décadas é a acumulação de desigualdades

quanto os agressores, são indivíduos mais do que grupos, expressando condutas reativas de raiva, de isolamento, de ausência de laços sociais e de formas de solidariedade. Ou revelando formas de sociabilidade que se expressam na e pela violência, uma violência nos moldes do que Wieviorka (1997) considera infrapolítica. Violências sem objeto, no sentido de que não se dirigem a algum fim específico, nem representam contestação a ordem estabelecida.” Porto (2010, p. 96 - 97)

que prevalece na sociedade brasileira, ao longo de sua história. A concentração de renda é evidenciada na organização fundiária das cidades e zonas rurais do país. Devido a má distribuição de recursos e oportunidades, em praticamente todos os centros urbanos brasileiros, encontram-se regiões ou bolsões de pobreza nas áreas periféricas. Estes locais sofrem com o desamparo do aparelho estatal, imprimindo nestes, características específicas.

Como descrito por Zaluar, a identificação dos moradores com a malandragem criativa existente nas periferias do Brasil, no caso Rio de Janeiro, repassava uma imagem do malandro que não queria se entregar ao sistema capitalista, entregando-se à boemia, produção de músicas, promoção de pequenos assaltos que tinham seus lucros revertidos para a comunidade, traspassando a imagem do *Hobin Hood*. Com a alteração do modelo econômico e o surgimento de novas modalidades criminais, onde a facilidade no acesso a armas contrabandeadas e ao tráfico de drogas, encaminha à profissionalização de grupos criminosos, figurando o patrão, responsável pelo comando da organização, amparado por uma rede de ‘soldados’ fortemente armados, ligados por um etos de masculinidade e agressividade. A atuação destes grupos agora não se limita apenas a sua região, pois com a nova lógica capitalista presente, a ampliação de mercado leva a frequentes enfrentamentos por grupos rivais que disputam espaços – seja para instalar pontos de venda de droga, áreas de desmanche de veículos, comercialização de artigos roubados, cativeiros para seqüestro – relacionando assim todas as pessoas envolvidas no conflito na assimilação de um comportamento desviante como comum. A ausência do Estado para promover o enfrentamento, ou mesmo para prestar atendimento básico de saúde ou educação, conduz os grupos líderes das áreas a articular espaços onde sejam considerados os representantes da comunidade: eles auxiliam na construção de escolas, promovem atividades recreativas, emprestam dinheiro, e o principal, tornam-se promotores da justiça na área, onde supostos crimes que venham a acontecer nestas regiões serão julgados e a punição é aplicada por membros da organização que chefia o local.

A dificuldade do Estado em conter estes grupos violentos leva os demais moradores a uma articulação para cobrar soluções, ou então, os que apresentam mais recursos criam uma rede própria de segurança privada, com guardas armados e vigilância eletrônica. No geral, as classes altas se protegem e isolam, mas o sentimento comum a todos é de uma violência difusa, que pode transformar em vítima qualquer cidadão a qualquer momento. A retomada da democracia no país propiciou algumas evoluções e alternativas para a alteração destes perfis, só que antigas práticas enraizadas nas polícias, vinculadas ao militarismo e supressão dos direitos civis (reflexo do estado de exceção vivido na ditadura) encaminham a passos lentos

para que ocorra uma efetiva alteração das antigas práticas. Os governos geralmente envolvem-se em escândalos de corrupção e desvio de verba, auxiliando na formação de uma desconfiança geral, que acaba refletindo na maioria dos casos numa reivindicação de um obsessivo desejo de punir, Adorno (1998).

Esta caracterização desenvolvida ao longo deste capítulo serve para embasar as alterações sofridas na sociedade brasileira nos últimos trinta anos, e que influenciam diretamente a vida dos indivíduos, com a possível formação de novo atores sociais, com novos hábitos, novas percepções. Retomando então o que foi apresentado de forma que:

- 1°. Apresenta-se a sociedade e a alteração do perfil do Malandro para um novo agente social, o Bandido;
- 2°. Organização de quadrilhas, galera, bondes;
- 3°. Inserção das quadrilhas locais ao modelo de comércio global: Organização de Redes Internacionais de tráfico de drogas, armas, contrabando, lavagem de dinheiro;
- 4°. Perda das referências modernistas baseadas principalmente nas relações de trabalho e as sociabilidades criada por este no corpo social;
- 5°. Efetua-se uma escalada global da violência em seus números absolutos, incluindo novas práticas de violências;
- 6°. A mídia incorpora violência como produto de refração, comercializado, difundindo práticas muitas vezes de exceção, mas que pela recorrência, tornam-se rotineiras;
- 7°. Violência Difusa na sociedade;
- 8°. A recorrente atribuição do casuísmo entre pobreza/violência, que não se justifica na maioria das situações, mas é frequentemente utilizada como justificativa para análises do fenômeno;
- 9°. Novas modalidades de crimes, reconhecendo que práticas antes ‘toleradas’ agora são incompatíveis com os novos padrões de sociabilidade: violência contra mulheres, crianças, idosos, crimes ambientais, discriminações por cor da pele, opção sexual, orientação religiosa;
- 10°. O Estado não consegue efetivar o monopólio da violência legítima;
- 11°. Perda de credibilidade nas instituições responsáveis pela manutenção e aplicação das leis;
- 12°. Ampliação dos mecanismos de segurança privada;
- 13°. Polarização dos discursos de endurecimento penal versus defensores da garantia dos direitos humanos, mas com o aperfeiçoamento dos instrumentos legais de contenção dos crimes;

14º. Obsessivo desejo de Punir.

Com esta conjuntura de fatos que agem na sociedade, a percepção dos acontecimentos, a interiorização de atitudes e atos, e até mesmo o que é violência e o que se constitui como violência sofre diferentes significações, diferentes percepções, tendo cada indivíduo conforme sua vivência uma forma de representação do tema. Nesta apresentação buscou-se valer do discurso científico existente atualmente para contextualizar, principalmente a realidade brasileira, e a configuração das áreas envolvidas com a violência real ou simbólica. No próximo capítulo, será apresentado o local onde foi realizada a prática de campo da pesquisa, uma contextualização da formação do Condomínio Rubem Berta, e como este, acabou sendo o palco da pesquisa.

3 O PERCURSO ATÉ O CONDOMÍNIO RUBEM BERTA

Tendo apresentado a realidade social brasileira após as recorrentes alterações que estão sendo impressas nas últimas três décadas, referidas no item anterior, apresenta-se em determinadas análises sociais, casuísmos e coincidências nas relações de sociabilidades das áreas periféricas brasileiras, mas cada uma apresenta suas peculiaridades e subjetividades que as tornam dinâmicas e não homogêneas. Para a construção deste trabalho, optou-se por seguir o trajeto iniciado com a monografia de conclusão de curso exigida para obtenção do grau de bacharel em geografia no ano de 2008, a qual apresentava como objetivo a análise dos dados encontrados no registro dos detentos internos na ‘Galeria Quinta do C’, da Penitenciária Estadual do Jacuí, município de Charqueadas-RS, dentre os quais, buscou-se identificar quais eram os bairros do município de Porto Alegre que mais apresentassem detentos cumprindo suas penas, para após isto, realizar uma observação no bairro para identificar sua organização e estruturação fundiária.

Durante esta observação, apurou-se que dos bairros com maior número de detentos cumprindo pena na referida galeria, o Bairro Rubem Berta era o que estava visualmente em situação mais precária, em questões relacionadas à disponibilidade de serviços básicos e estrutura urbana. Ao se apurar o histórico da região e iniciando a caracterização do bairro, pode-se observar que sua ideia de organização estava relacionada à construção de grandes conjuntos residências, implantados a partir da década de 1970 por empresas públicas, destinados a trabalhadores de classe média. Mas a configuração territorial desta localidade acabou se reeditando quando houve sucessivas invasões a lotes residenciais inacabados no final dos anos de 1980, o que culminou com o processo de favelização de determinadas regiões do bairro.

Uma destas regiões é o Condomínio Rubem Berta. Este sofre um processo de favelização após sua invasão no final dos anos 1980. A forma como ocorrem as apropriações dos apartamentos e das áreas verdes dos edifícios dão ao Condomínio Rubem Berta uma dinâmica própria, carregada de peculiaridades, dentre as quais se busca com a aplicação de roteiro semi estruturado de entrevistas de livre resposta, identificar as representações sociais sobre a violência existentes nesta área.

3.1 Porto Alegre e o Bairro Rubem Berta

Antes de iniciar a caracterização específica do bairro Rubem Berta, é importante retomar alguns pontos desenvolvidos nos capítulos anteriores. As grandes cidades apresentam processos evolutivos variados, cada um relacionando-se ao tipo de imigração predominante, forma de gestão dos governantes e distribuição de suas regiões metropolitanas, encarnando o que há de mais complexo no sistema capitalista atual: são centros de excelência em serviços, educação, concentram atividades produtivas, migratórias e são responsáveis por nortear as ações de rede de cidades específicas que compõe sua hinterlândia direta de influência, e por sua vez, são influenciadas por movimentos organizacionais de outras metrópoles mundiais. “O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens” Santos; Silveira (2004, p. 52). Porto Alegre é a capital do Estado do Rio Grande do Sul, e segundo estimativas, apresenta um contingente populacional de aproximadamente 1.436.123 habitantes IBGE (2010) e concentra 31 municípios em sua região metropolitana, podendo ser observados na imagem 1 (p. 60).

Mudanças vêm ocorrendo sistematicamente nas sociedades nas últimas décadas, relacionadas principalmente ao processo de globalização econômica, difusão de novas tecnologias em comunicação e transportes, e principalmente, na reestruturação urbana que apresenta tendência à substituição de construções modernistas por arranha céus. Estas alterações sofridas nas sociedades mundiais refletem-se diretamente na população que coabita núcleos urbanos dotados estes de características próprias. A sociedade brasileira em geral, sofre com uma fragmentação social no que toca questões de representatividade do poder social de escolha ou de influência na tomada de decisão frente aos órgãos governamentais. Geralmente as classes dominantes das cidades reivindicam o papel de agente promotor das discussões sobre os problemas enfrentados na comunidade, mas obviamente influenciando as decisões para o que melhor lhes convêm. Estas tomadas de decisões fragmentam as cidades, uma vez que são diferenciadas regiões e pessoas, sendo exposto por Ribeiro (2004, p. 36):

Em várias metrópoles, temos constatado a emergência de formas de gestão e estilos de políticas públicas em que os interesses do empresariado imobiliário, dos concessionários de serviços urbanos e dos moradores da alta classe médias se articulam para decidir sobre as ações do poder público o que tem gerado um ‘urbanismo contratualista’. No modelo contratualista a reedição da ideologia participacionista da década de 1970 a serviço de uma concepção liberal, afirmando uma política *neocorporativa excludente*, pois se realiza sem a existência de uma

esfera pública global da cidade, ao mesmo tempo em que as camadas populares são destituídas de sua capacidade de intervenção na política da cidade. Por isso mesmo, as periferias e os bairros populares são abandonados, sujeitos a toda sorte de violência, entre elas a violência simbólica, ou são submetidos às práticas renovadas do clientelismo, o que testemunha a difusão do assistencialismo privado praticado pelos políticos da periferia. Em qualquer dos casos, o modelo de gestão e o estilo de política pública nos bairros são mecanismos bloqueadores da transformação dos seus habitantes em cidadãos, portanto atores da *polis*.

Esse quadro geral é encontrado em praticamente todas as grandes cidades brasileiras, considerando o histórico da construção social de nossa sociedade, sem dúvida alguma muito complexa e plural, e que justamente por ser assim tornam complexos os mecanismos de representatividade e conciliação de interesses, Bobbio (2005, p. 94-5)

Numa sociedade pluralista, como é a que vive e floresce em um sistema político democrático, onde o conflito de classe é multiplicado por uma miríade de conflitos menores corporativos, os interesses contrapostos são múltiplos, donde não é possível satisfazer um deles sem ofender um outro, numa cadeia sem fim. Que o interesse das partes singulares deva estar subordinado ao interesse coletivo é uma fórmula, com efeito, privada de conteúdo preciso. Geralmente o único interesse comum a que obedecem os vários componentes de um governo democrático, de um governo que os partidos singulares devem prestar contas aos próprios eleitores das opções feitas, é o de satisfazer os interesses que produzem maiores consensos e são sempre parciais;[...] Uma das características da sociedade democrática é a de ter mais centros de poder (donde o nome que bem lhe cabe de “poliarquia”): o poder é tanto mais difuso quanto mais o governo da sociedade é em todos os níveis regulados por procedimentos que admitem a participação, o dissenso e, portanto, a proliferação dos lugares em que se tomam decisões coletivas. Mais que difuso, o poder em uma sociedade democrática também é fragmentado e de difícil recomposição.

Essa visão de governo democrático e promotor de discussões para maior participação da sociedade seria uma maneira de diminuir a indiferença e abandono dos bairros populares, mais sujeitos a sofrerem com problemas sociais. Mas também poderia servir de mecanismo para reforçar diferenciações entre regiões devido ao poder de influência que cada área obteria, tornando a construção conjunta de alternativas um problema a mais na gestão dos empreendimentos públicos em geral. Sobre a segregação de áreas no interior das cidades, tem-se, Ribeiro (2004, p. 33):

1. do isolamento social promovido pela estigmatização dos bairros pobres, pela marginalização das redes de informações que permitem entrar em um mercado de trabalho crescentemente flexível quantitativamente e qualitativamente, além de disperso geograficamente, e pela vedação a certos empregos em razão da discriminação;
2. da destruição do bairro e da família – na primeira escala, pela estratificação social e pelo abandono do Estado; na segunda, pela redução da estrutura familiar à mãe e aos filhos – que estreita as possibilidades de uma formação e de uma qualificação que permitam acesso aos empregos qualificados;

3. da transformação da segregação e da discriminação em um *habitus* – no sentido e Bourdieu (1993) - que engendra a adoção de um “individualismo agnóstico” (VELHO, 1996) voltado exclusivamente a realização dos interesses pessoais, destruindo qualquer moral coletiva e incentivando um “familismo amoral” como propôs Reis (1995).

Esta caracterização expressa pelo autor referencia, talvez, um dos principais problemas vivenciados na atualidade, principalmente a questão relativa à segregação social e conflitos existentes no interior das cidades que, por serem tão diversas, tornam-se cada vez mais excludentes, tornando a discriminação um *'habitus'*⁷. O governo federal, como agente máximo da regulação da vida dos brasileiros, com o objetivo de normalizar e tornar melhor e mais democrática a convivência nas cidades promulga a lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001⁸, denominada Estatuto das Cidades. Diversos dos pressupostos que devem ser empregados e adotados pelos municípios de todo país se encontra em prática no município de Porto Alegre que emprega, através de seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, PDDUA, diversos dos itens estatutários. O PDDUA (2010. Título I – Dos Princípios) tem os seguintes objetivos:

Artigo 1º - [...] Busca-se, assim, uma cidade onde todos tenham uma vida com qualidade, diminuindo as diferenças sociais; em equilíbrio com a natureza; em que as diferentes opiniões possam conviver criando uma cidade diversificada, capaz de enfrentar os desafios existentes e que seja rica em suas formas de expressão e idéias. Isto deverá ocorrer pela integração entre os interesses dos proprietários particulares, dos empreendedores e do conjunto dos cidadãos, através da Prefeitura de Porto Alegre, levando em conta, ainda, a importância da Capital face aos municípios que formam a região metropolitana: a chamada Grande Porto Alegre.

A aprovação do plano diretor em Porto Alegre indica como seus objetivos principais a promoção de um planejamento com a participação de toda a sociedade, de forma justa e democrática, onde todos possam conviver sentindo-se bem, sabendo que o melhor está sendo posto em prática para a construção do bem estar social e ambiental dos porto-alegrenses. Este plano configura a cidade em diversas regiões, áreas de interesse social, cultural, artístico, enfim, uma infinita gama de relações existentes na cidade, sendo a divisão espacial proposta

⁷ “A violência simbólica é, simplificando, esta forma de violência que se exerce sobre um agente social com sua cumplicidade. Dito desta forma, tal formulação torna-se perigosa pois pode abrir espaço para discussões escolásticas sobre se o poder vem de debaixo e se o dominado deseja esta condição que lhe é imposta, etc. Assim, para se exprimir de forma mais rigorosa, os agentes sociais são agentes de conhecimento que, mesmo quando submetidos a determinismos, contribuem a produzir a eficácia daquilo que os determina [...] Chamo desconhecimento o fato de reconhecer uma violência que se exerce, precisamente na medida em que é desconhecida como violência”. (Bourdieu, 1992, in PORTO, 2010, p. 115).

⁸ Sobre esta Lei: “Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” Fonte: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>

observada na imagem 2 (p. 61). Dentro desta divisão, o bairro objeto de estudo neste trabalho pertence à Região de Planejamento 3 (RP3), ou Cidade Xadrez, assim apresentada pela Secretaria de Planejamento Municipal – SPM, (SPM, As Caras da Cidade -2- Cidade Xadrez, 2010):

Compreende uma área do município que tendo como marco divisor oeste, a 3ª Avenida Perimetral, tem como limite leste, os municípios de Alvorada e Viamão e principais limites norte e sul, respectivamente, a Avenida Sertório e parte das ruas Albion e 1º de Março. Com frente para as avenidas Bento Gonçalves e Ipiranga, a PUC, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, representa a centralidade mais significativa no seu limite sul.

A Cidade Xadrez tem esta denominação pelo padrão ortogonal de sua malha viária estruturadora, que face a sua topografia suave-ondulada e plana que favoreceu esta implantação. Apesar de ter apresentado um processo de densificação mais intenso, a partir da década de 80, ainda encontra-se com muitas glebas e lotes vazios o que ocasiona sérios problemas de descontinuidade de traçado viário. Assim, diferentemente da cidade radiocêntrica, carece de uma estruturação urbana que permita melhorar os deslocamentos propiciando uma melhor acessibilidade aos seus pontos de interesse já existente, permitindo, também, a criação de novos pontos de centralidades. [...] Como área habitacional de excepcional interesse sócio-cultural, o Conjunto Residencial IAPI, concluído em 1954 e que recentemente comemorou seu cinquentenário, é o exemplo mais significativo de bairro criado de acordo com a concepção urbanística de "Cidade Jardim". Por este motivo recebeu nos últimos anos uma especial atenção por parte da Administração Pública, que elaborou estudos com vistas a uma legislação própria para a proteção da área.

São também eixos estruturadores importantes da Cidade Xadrez no sentido oeste-leste, além das vias já citadas, as avenidas Nilo Peçanha, Ipiranga e Protásio Alves. Por outro lado, no sentido norte sul, estruturam a malha viária, entre outras, a Rua Tenente Ary Tarragô, a Estrada Martim Felix Berta e a Avenida Manoel Elias, principal opção de ligação do norte com o extremo sul do município. Esta avenida, tem como continuidade norte, a Avenida Plínio Kroeff, onde se localiza o Porto Seco, importante equipamento urbano, que referencia esta Cidade Xadrez.

Outro espaço público de importância e muito freqüentado pela população nos fins-de-semana é o Parque Chico Mendes, situado nas proximidades da Avenida Manoel Elias, junto ao loteamento Jardim Leopoldina e ao Conjunto Residencial Rubem Berta. Chama a atenção ainda, nesta Cidade Xadrez, o desenvolvimento da área habitacional na vizinhança do Shopping Center Iguatemi. Este equipamento comercial, implantado na década de 1980, ocasionou uma verdadeira transformação na paisagem local, através da densificação por prédios de habitação coletiva e intensificação de usos, principalmente ao longo do eixo Nilo Peçanha e imediações do Country Club. Hoje esta zona é vista pelos estudos urbanos em andamento como área de centralidade a ser estimulada, contribuindo assim para a perspectiva de descentralização proposta para Porto Alegre desde longa data.

[...] Bairros com predominância habitacional como Jardim Lindóia, São Sebastião, Três Figueiras e Chácara das Pedras são também espaços tradicionais desta Cidade Xadrez.

Sob esta caracterização proposta pela Prefeitura, pode-se entender que esta região é o novo pólo de desenvolvimento urbano municipal junto com a zona sul (que se diferencia por apresentar o terreno acidentado e por estar em contato direto com as características naturais extremamente valorizadas atualmente, seja pelo contato com a mata nativa dos morros ou pela vista para o Lago Guaíba) que deve ser estimulado para promover a descentralização proposta

para Porto Alegre. Unindo bairros como o Conjunto Residencial IAPI e o pujante centro de influência do capital imobiliário localizado na região do entorno do Shopping Center Iguatemi, ator de interação direta com os bairros Três Figueiras, Chácara das Pedras, Jardim Lindóia que estão sofrendo, principalmente nos últimos 15 anos, uma ocupação por edificações horizontais de alto valor agregado. A importância do Shopping Center Iguatemi como reorganizador espacial da região, pode-se observar por Soster (2006, p. 10-11):

A transformação desse espaço opaco em espaço luminoso foi concretizada pela associação do grupo Condor com outros grupos imobiliários na implantação dos loteamentos hoje conhecidos como os bairros Três Figueiras e Chácara das Pedras. A antiga várzea do arroio Passo da Areia, onde se plantava arroz e criava gado leiteiro foi (re)significada por um padrão horizontal de moradias unifamiliares, com belos jardins. A velocidade dos novos tempos ficou limitada ao externo destes bairros, pelas avenidas que os contornam, enquanto que na porção interior domina o silêncio e a lentidão, favorecida por um reduzido fluxo de transportes coletivos e pela quase total inexistência de comércio.

Nesse contexto, o Shopping Center Iguatemi de Porto Alegre, tinha a sua frente um conjunto de possibilidades pela variedade de demandas a atender. A lógica da polarização na descentralização, estimulada no urbano se concretizou na diversidade dos espaços, onde as estratégias desenvolvidas no Shopping Center Iguatemi de Porto Alegre, ao longo dos vinte anos de sua existência, transitaram pelos conceitos que o qualificaram como o Maior, o de melhor Mix e o que está na Moda.

Hoje, o Shopping Center Iguatemi de Porto Alegre, ao ter atingido a maioria, é não só aquele, que tem Estilo, mas também, o que é freqüentado por pessoas que tem Atitude. A Rua de Serviços, as Praças de Alimentação, os espaços de lazer, como os cinemas e as diferentes lojas distribuídas ao longo dos dois pavimentos buscam atender as especificidades de cada grupo, não necessariamente pelas suas faixas etárias, mas, pelas suas Atitudes frente aos seus “Estilos”.

Neste seu rearranjo espacial e estrutural, este local específico torna-se referência para aqueles cidadãos/consumidores que buscam o melhor que o capitalismo induz a desfrutar, pois o “Maior, de melhor Mix e o que está na Moda” está simbolizado na instituição Shopping Center Iguatemi de Porto Alegre que assume, então, figura apta a transformar a realidade dos bairros de seu entorno imediato em dinâmica, pois “Nesse contexto pós-moderno, a dialogicidade se expressa, pois, o Estilo só pode se preservar se estiver em Movimento. O Movimento que justifica a alteração do Mix, as diferentes Atitudes de seus públicos e os diferentes Estilos que se alteram, na lógica da instantaneidade dos modos de vida.” Soster (2006, p.11). A busca incessante pelo imediatismo dos prazeres consumíveis leva aqueles que querem desfrutar desta mercadoria a se inserir no padrão Iguatemi de qualidade. A representação do bairro relativa à Cidade Jardim remete-se ao sonho que teve o jornalista inglês Ebenezer Howard que tinha como passatempo o urbanismo no início do século XIX. Este modelo é questionado pelos urbanistas ao longo de décadas, pois parte de uma visão lúdica de que as pessoas encontraram felicidade ao estar em pequenos aldeamentos

em contato com a natureza, mas ainda é encarnada e exaltada como proposta urbana de felicidade, presente nesta região. Sobre este estilo observa Jacobs (2000, p. 16-17) que:

Ele propôs, em 1898, um plano para conter o crescimento de Londres e também repovoar a zona rural, onde as vilas estavam em decadência, construindo um novo tipo de cidade, a Cidade-Jardim, onde os pobres da cidade poderiam voltar a viver em contato com a natureza. Assim, eles ganhariam a vida; a indústria se instalaria na Cidade-Jardim, visto que Howard não projetava cidades-dormitórios. Sua meta era criar cidadezinhas auto-suficientes, cidades realmente muito agradáveis se os moradores fossem dóceis, não tivessem projetos de vida próprios e não se incomodassem em levar a vida em meio a pessoas sem projetos de vida próprios.

Apresenta-se esta área apenas como exemplo da pluralidade vivida dentro das metrópoles contemporâneas e sua relação ao imediatismo dos prazeres consumíveis, e as diferenças existentes entre poucos quilômetros do mesmo espaço urbano, na mesma Região de Planejamento, pois o vizinho bairro Rubem Berta, apresenta uma acentuada evolução urbana principalmente a partir dos anos de 1960 com a implantação de grandes conjuntos habitacionais baseados também no princípio da Cidade-Jardim com no máximo 30 mil habitantes. Mas observe-se o significativo diferencial, pois nesta área o planejamento era voltado para a classe média, trabalhadores que aderiram a planos governamentais de moradia para aquisição dos imóveis, não relacionados ao conceito de “Maior, de melhor Mix e o que está na Moda”, mas estavam inseridos no sonho consumista da casa própria. O bairro apresenta também diversas áreas de ocupação irregular, segundo o ObservaPOA (História do bairro Rubem Berta, 2010):

Situado no limite norte da cidade, faz divisa com o município de Alvorada e, ao sul, com bairro Sarandi. Foi criado e delimitado pela lei municipal nº 3159 de 09/07/1968. Atualmente, é o bairro mais populoso da capital, contando com mais de 78 mil habitantes, de acordo com dados do último Censo/IBGE. [...] As vilas que compõem o bairro Rubem Berta são: Nova Gleba, Santa Rosa, Dois Diques, Por-do-Sol, João Paris, Fraternidade, Beco dos Maias, Nova Santa Rosa (ex Vila Ramos), Páscoa, São Borja, União, Paris, Dutra Jardim, Diamantina, Varig, Alexandrina, Max Guess e o Parque Santa Fé, além dos conjuntos habitacionais Fernando Ferrari, Guapuruvu, Parque dos Maias, Rubem Berta e Ícaro. Os moradores do Rubem Berta são, em sua maioria, pessoas de classe média baixa, oriundos de outras regiões periféricas da capital e de cidades do interior do estado. [...] O Rubem Berta caracteriza-se por ser residencial, dispondo de pequeno comércio de abastecimento, como supermercados, farmácias, lojas diversificadas, etc...

No universo do Rubem Berta destaca-se principalmente uma enorme quantidade de Vilas (18 no total), sendo muitas afetadas por problemas de regularização fundiária, precariedade no atendimento de serviços públicos básicos e violação nos direitos humanos.

Dos condomínios construídos na região, concentra-se atenção na observação específica de um: o Condomínio Rubem Berta.

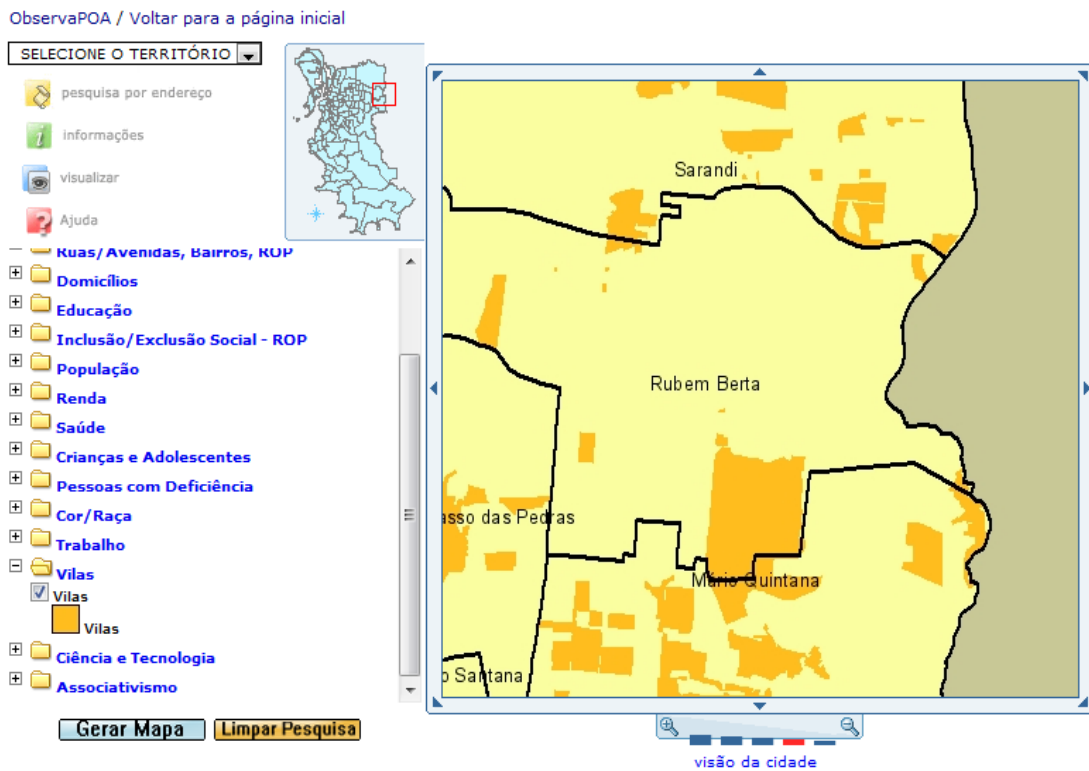


Imagem 3: Vilas na região do Bairro Rubem Berta.
Fonte: ObservaPOA, 2010.

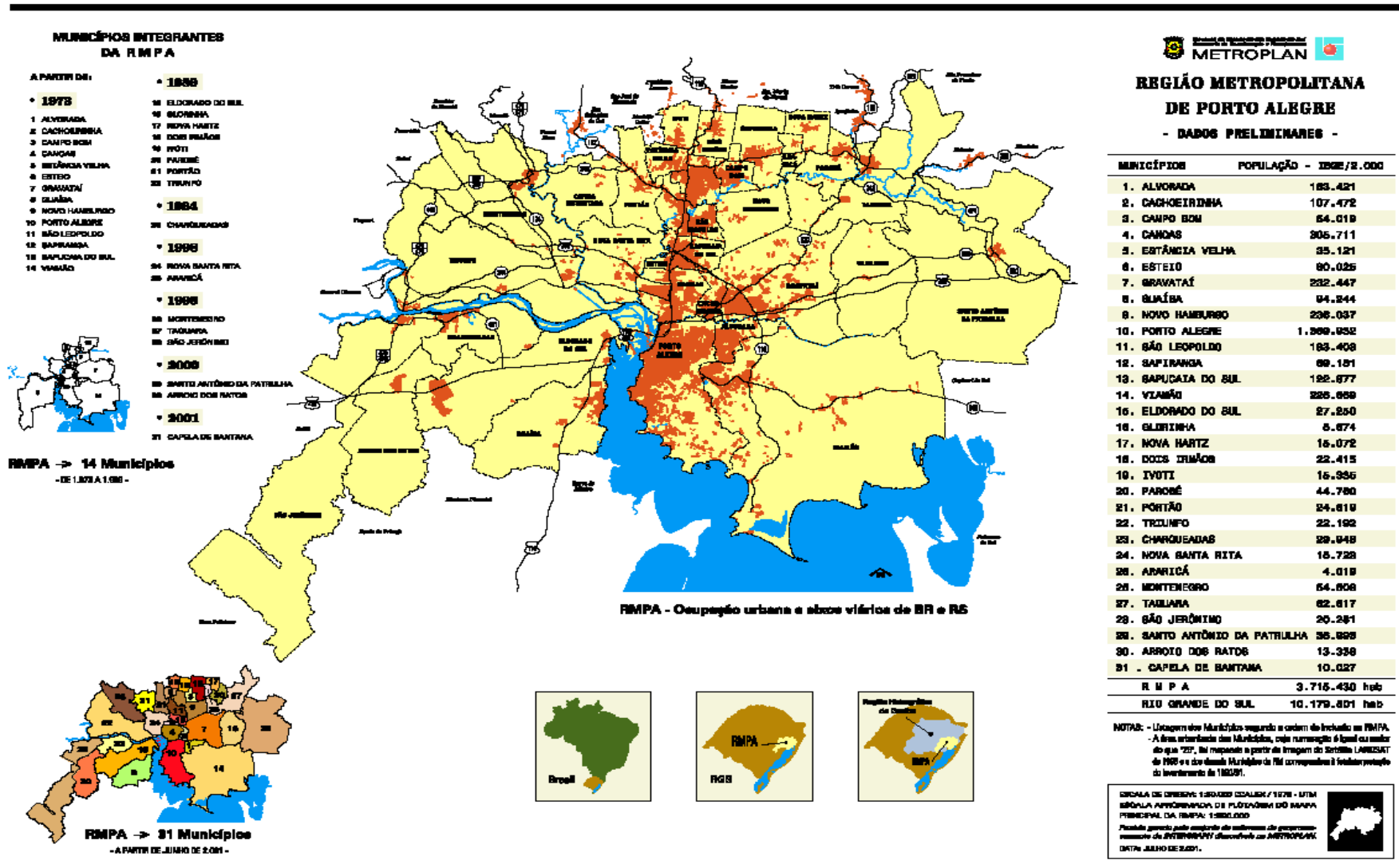


Imagem 1: Região Metropolitana de Porto Alegre.

Fonte: METROPLAN, 2010. <http://www.metroplan.rs.gov.br/mapas_estatisticas/au_rmpa/Mapa_ocupacao%20urbana%20e%20eixos%20viarios.pdf>

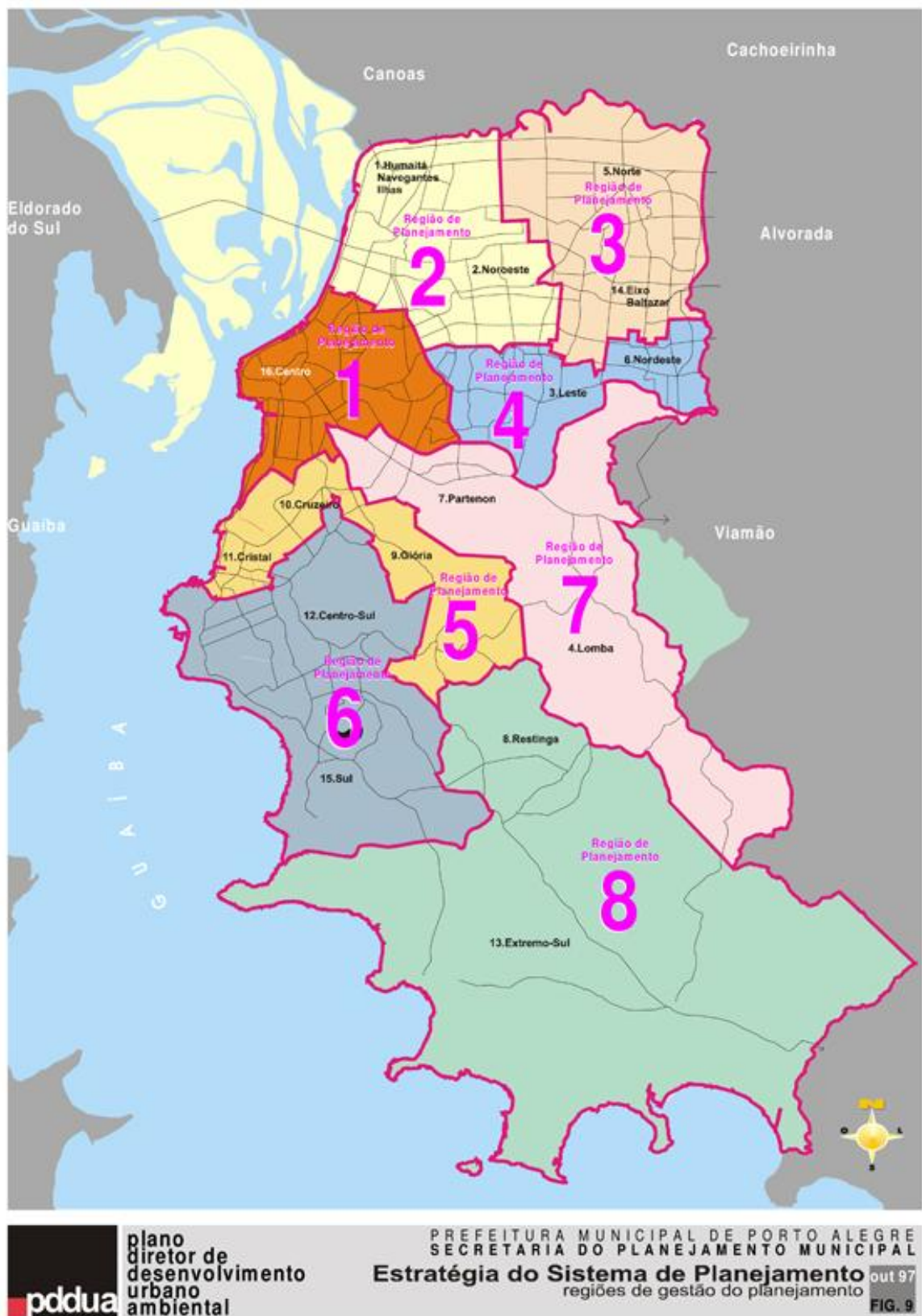


Imagem 2: Estratégia do Sistema de Planejamento.
 Fonte: Secretaria do Planejamento Municipal: PDDUA.
 <http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm/mapa_7.htm>

3.2 O Condomínio Rubem Berta

A construção deste empreendimento em específico passou por um processo de ocupação peculiar no final da década de 1980. Até então, era prática comum a utilização de empresas públicas que tinham sob sua responsabilidade construir moradias para um perfil determinado de possíveis usuários, sendo a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS) responsável por construir moradias para pessoas com renda de até três salários mínimos, no Estado. Em grande parte do Estado do Rio Grande do Sul, conjuntos habitacionais desta entidade foram implantados de maneira satisfatória. Infelizmente, com o agravamento da crise financeira mundial da qual o Brasil não escapou, na década de 1980, as obras do Condomínio Rubem Berta foram parcialmente interrompidas pela COHAB/RS.

O projeto inicial devia abrigar cerca de 20.000 pessoas, em 4.992 unidades, distribuídas em 39 núcleos, totalizando 128 apartamentos por núcleo. Sua construção é extremamente longa, inicia no final da década de 70 e prossegue inclusive após sua invasão em 1987. No início de 1986, apenas dez núcleos dos 39 propostos estavam concluídos, os 29 restantes se encontravam nas mais variadas fases de construção. Tendo esta demora como estopim para uma ação articulada inicialmente por proprietários já contemplados no sorteio dos apartamentos, ocorre uma primeira ameaça de invasão em 1986. Após esta ameaça, a COHAB/RS convoca os titulares dos apartamentos do Setor Norte para serem habitados. Mesmo após a entrega do primeiro lote de apartamentos, a tensão segue entre os moradores não contemplados, e a insegurança quanto à conclusão das obras culmina com outra invasão, que acaba por ocupar todos os 29 núcleos restantes, no dia 21 de abril de 1987 Rigatti (1997). Para poder melhor observar a área em que está inserido o Condomínio Rubem Berta, utiliza-se o *softwar* Google Earth, que fornece imagens gratuitas e apresenta satisfatória qualidade na resolução e aproximação de imagens de satélite das cidades.



Imagem 4: Condomínio Rubem Berta.

Fonte: Imagem editada pelo autor utilizando o programa Google Earth.

A imagem 4 apresenta a disposição espacial do Condomínio Rubem Berta. A área destaca em vermelho representa o Setor Norte, que teve a obra de dez blocos concluídos e entregues aos moradores. A região demarcada em azul corresponde à área dos 29 blocos remanescentes e inacabados em sua grande maioria, que sofrem a invasão no ano de 1987. Os registros do processo de invasão mostram que esta foi efetuada em um primeiro momento por pessoas que estariam na relação para serem contempladas com os apartamentos, mas que após a divulgação nos meios de comunicação do movimento de ocupação dos prédios, diversos moradores das áreas do entorno dos blocos tomaram posse de imóveis, e segundo relatos, se tornou necessário realizar uma constante vigília aos apartamentos invadidos, pois, se alguém tivesse de sair do imóvel, ao retornar poderia encontrar seus bens na rua, e as fechaduras das portas trocadas Rigatti (1997). Paralela a ocupação dos apartamentos, desenvolve-se outro processo de invasão ou apropriação dos lotes do condomínio, as áreas que no projeto original seriam destinadas a espaços de socialização entre os blocos.

As áreas verdes, ou espaços reservados para praças, playground, ou mesmo os espaços entre os blocos foram ocupados por alguns moradores que foram expulsos dos apartamentos, por pessoas que se juntaram a ocupação, ou então pelos próprios moradores que haviam conseguido ocupar um imóvel, mas que resolveram construir nestes espaços livres novas

edificações. Foram construídas então as Garagens. Nestes espaços hoje se encontram as mais variadas formas de utilização: mercadinhos, salões de beleza, bares, depósitos, até mesmo a principal utilização empregada, ou seja, a alteração das garagens para moradias. Sobre esta ocupação observamos segundo Aguiar (2005, p.38) que:

Em uma outra geografia, lá onde a cidade tradicional se transmuta na fragmentação espacial da região metropolitana, o estado/condição atual do conjunto habitacional Rubem Berta pode ser considerado como resultante de um processo de auto-organização de tipo híbrido: um clássico exemplo de *favelização* da habitação institucional padrão. [...] No início dos anos 70 o conjunto Rubem Berta foi construído ao modelo típico da *unidade de vizinhança*; uma vizinhança de fato bastante peculiar assemelhada em planta à aldeia Bororó tão bem descrita por Claude Levi-Strauss em sua expedição ao Brasil. [...] Passados mais de vinte anos desde a construção, o quadro atual é de transformação radical; uma mistura de difícil descrição onde deformação e contaminação alteram papéis. A estabilidade do desenho original não foi sancionada pelo coletivo e, ao longo dos anos, os blocos de habitação originais foram recebendo adições dos mais variados tipos, como simples resultado das necessidades das pessoas. Mais que um ambiente genuinamente urbano, o conjunto Rubem Berta se tornou um híbrido potente; um novo espécie literalmente, uma porção energética de tecido urbano contemporâneo.

Esta transformação do conjunto Rubem Berta, até o ponto em que o autor aborda a (re)construção do espaço invadido, constitui-se um genuíno ambiente urbano que cria uma rede própria de funcionamento. Algumas das peculiaridades da região, onde ocorre a mescla dos interesses pessoais e coletivos na apropriação desta área, torna a dinâmica local um potencial para diversas abordagens de pesquisa. Sabe-se que hoje um grupo tarefa da COHAB conseguiu regularizar a situação dos moradores que invadiram os apartamentos, estando em dia a escrituração e o refinanciamento do valor dos imóveis, não sendo mais a ilegalidade na posse uma tônica da região.



Imagem 5: Garagens adaptadas para serem moradias. Imagem 6: Vista dos Blocos e das garagens transformadas em moradias.

Fonte: MEDEIROS (2011).

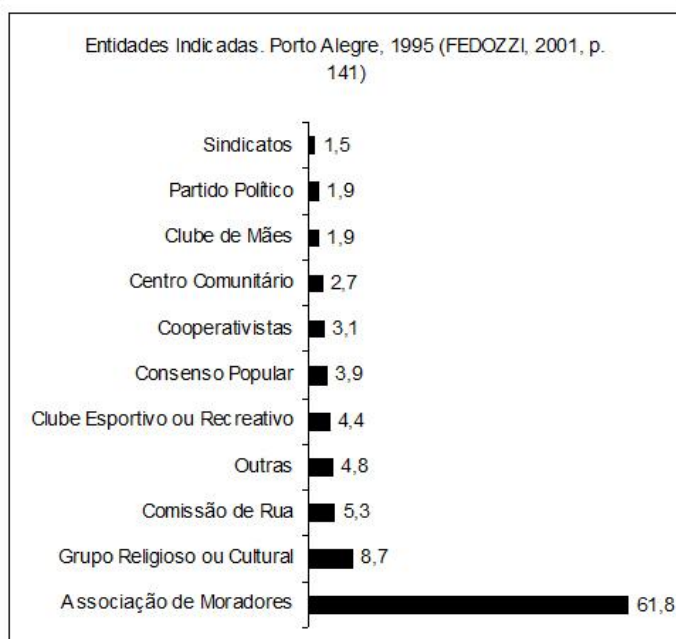
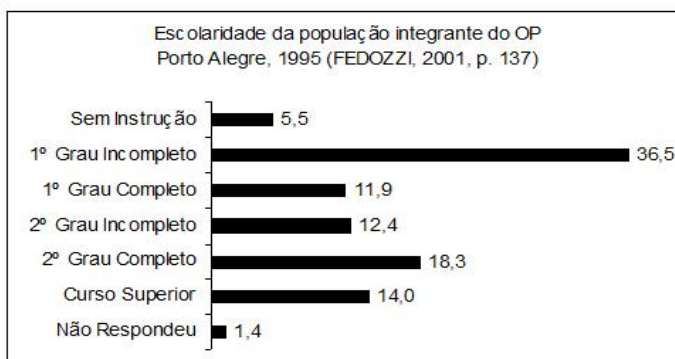
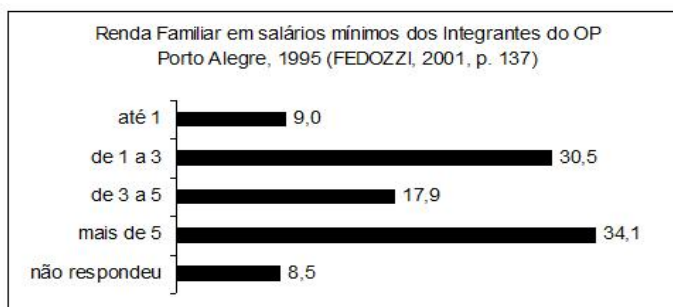
A organização para ocupação do condomínio, onde os moradores vivenciaram uma série de embates com o poder público e força policial acabou gerando uma comunidade unida em grupos para discussão para busca de reivindicações de melhorias na qualidade de vida. Eles buscavam inicialmente a regularização fundiária e melhoria estrutural da área. Diversos movimentos de moradores são encontrados na região, pastorais, igrejas, e núcleos comunitários, sendo que para as entrevistas recorre-se a uma associação de moradores da região, que será apresentada em seguida. A organização do bairro, sua constituição e apropriação feita através de embates, aproximam os moradores e os torna de alguma forma protagonistas da poliarquia proposta para o município de Porto Alegre, existente com a implantação do Orçamento Participativo. Sobre este mecanismo apresenta-se o seguinte, Fedozzi (2001, p. 97):

O Orçamento Participativo promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre é uma modalidade de gestão pública baseada na participação direta da população nas diversas fases que compõem a elaboração e execução do orçamento público municipal, especificamente na indicação das prioridades para alocação dos recursos de investimentos. Instituído em 1989 pela Frente Popular e ora consolidado numa dinâmica Operacional específica, essa modalidade de gestão é resultante de um complexo cenário sócio-político local e da interação de múltiplas variáveis intervenientes na relação entre os governantes do Município (Executivo e Legislativo) e a população local, especialmente os atores chamados movimentos comunitários de Porto Alegre.

Esta aproximação promovida pelo orçamento participativo através da inserção direta nas comunidades foi um feito relevante na prática pública de boa gestão dos gastos, tendo em vista que em diversos municípios, mesmo após a Lei 10.257, a gestão e alocação de recursos públicos e obras tende a seguir a deliberação direta do prefeito, que apesar de sua representatividade legal, não deveria ser onisciente sobre o emprego das verbas públicas. Especificamente no caso de Porto Alegre, o Orçamento Participativo organizou-se da seguinte maneira:

1. Realização das Assembléias Regionais e Temáticas;
2. Formação das instâncias institucionais de participação, tais como o Conselho do Orçamento e os Fóruns de Delegados;
3. Discussão do orçamento do Município e aprovação do Plano de Investimentos pelos representantes dos moradores no Conselho do Orçamento Participativo. Fedozzi (2001).

Para uma melhor dinâmica na articulação das assembleias regionais, a cidade foi zoneada em 16 Regiões considerando suas especificidades, e que após escolherem suas demandas são encaminhadas à plenária geral serem ou não sancionadas. Essa forma de consulta foi importante também por inserir um perfil de população que possivelmente só eram contempladas com ações públicas de cunho assistencialista. Os dados relativos a “renda familiar”, “escolaridade” e “entidades indicadas” são observados a seguir:



Renda familiar em salários mínimos; Escolaridade da população integrante do OP; Entidades Indicadas.

Fonte: FEDOZZI, 2001, p. 137- 141.

Estes dados indicam que a grande maioria das pessoas que participam das discussões do orçamento do Município pertence aos chamados setores populares e à classe média baixa. Observa-se que 57,4% dos participantes têm renda de até 5 salários mínimos, e 66,3% apresentam até o 2º grau incompleto e 61,8% têm vinculação com associações de moradores. A vinculação dos moradores com ações promotoras de discussão e participação na escolha de empreendimentos importantes para a comunidade e a cidade como um todo, estão relacionados, Jacobs (2000, p. 467)

Entre os precedentes mais notáveis da administração e da incumbência horizontal estão as associações comunitárias das grandes cidades, que sempre se organizam tendo por princípio um pedaço de território, em vez de uma profusão de serviços verticais desarticulados. Essa é uma das razões principais de as associações comunitárias serem tão eficazes, de seus membros geralmente conhecerem o lugar tão profundamente quanto o próprio trabalho e o serviço dessas associações, via de regra, nem se tornarem antiquados nem conflitarem com os outros. Em geral as associações comunitárias de uma cidade grande trabalham juntas bastante – em levantamento de recursos, procura de pessoal, troca de idéias, pressão por legislação –, e nesse sentido são mais que organizações horizontais. Na verdade, são ao mesmo tempo horizontais e verticais, mas estruturalmente a coordenação é mais fácil nos pontos em que costuma ser mais difícil.

A importância da ampliação, inserção e valor de representatividade da modalidade de consulta popular através do Orçamento Participativo vieram auxiliar na eliminação de antigos vícios de funcionamento da gestão pública, como o clientelismo na execução de obras, o ‘jeitinho’ tão usual na máquina pública brasileira. O emprego do OP dificulta o direcionamento dos investimentos pelo livre arbítrio dos governantes, uma vez que as demandas são escolhidas por representantes da sociedade que encontram também mecanismos para reivindicar a sua conclusão, caso a execução desta apresente algum problema. Sobre a demanda de escolhas da população na região onde se localiza o Condomínio Rubem Berta – Eixo Baltazar⁹ – pode-se observar o seguinte:

⁹ Sobre este íterim, cabe ressaltar sobre o bairro Rubem Berta, que ObservaPOA (2011): O bairro pertence à Região de Orçamento Participativo 14/Eixo-Baltazar e tem 68.536 habitantes, representando 5,04% da população do município. Com área de 8,20 km², representa 1,72% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 8.358,05 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 2,1% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de **6,0** salários mínimos. **O salário mínimo considerado para o cálculo é de R\$ 151, valor em vigor em agosto de 2000.** Censo (2000)

Relação de prioridades do Orçamento Participativo					
Assembléia: EIXO-BALTAZAR					
	09/05/2006	29/05/2007	29/04/2008	07/05/2009	31/05/2010
1 °	Habitação	Habitação	Educação	Habitação	Habitação
2 °	Saúde	Saúde	Saneamento Básico – Água	Saúde	Saúde
3 °	Educação	Assistência Social	Saúde	Educação	Pavimentação
4 °	Pavimentação	Saneamento Básico – água e esgoto cloacal	Assistência Social	Assistência Social	Educação
5 °	Assistência Social	Educação	Habitação	Saneamento Básico – água e esgoto cloacal	Saneamento Básico – água e esgoto cloacal
6 °	Saneamento Básico – água e esgoto cloacal	Saneamento Básico – drenagem e dragagem	Pavimentação	Pavimentação	Assistência Social

Tabela 3: Relação de Prioridades do OP, Eixo-Baltazar. Organizado pelo autor.

Fonte: Site do Orçamento Participativo: Resultados das Assembléias Regionais e Temáticas do OP.

Observa-se que o item Habitação é a prioridade absoluta de reivindicação seguida por Saúde, Educação e Assistência Social. Estas reivindicações podem ser vinculadas então ao perfil dos indivíduos que participam do OP, no caso do eixo específico relaciona-se com uma possível precariedade nos serviços públicos básicos de assistência a saúde, educação e a questão fundiária, uma inter-relação direta a enorme quantidade de vilas que compõem a área.

A cartografia é uma ferramenta técnica poderosa utilizada pelos gestores públicos. Ela indica diferenças, especificidades, necessidades, densidades territoriais, mas, dificilmente apresenta relações interpessoais. Os direitos sociais são respeitados em regiões específicas e não em outras. A centralidade do Shopping Center Iguatemi representaria o que há de melhor na cidade, vias rápidas, amenidades naturais artificiais e indicadores de bem estar social elevados. A cartografia do Bairro Rubem Berta, seria o oposto. Para compreender, ou ao menos poder relacionar melhor estas relações que ocorrem nas cidades, entre os moradores e o que estes observam e pensam sobre sua região, voltando-se para a materialidade do que é produzido pela ação humana, tem-se:

Talvez para superar, sem êxito, em meu entender, este obstáculo, a sociologia refugiou-se no exterior das representações sociais institucionalizadas pela sociedade moderna e dedicou-se ao estudo do seu impacto social, quer para estabelecer a sua positividade, como no caso do funcionalismo, que para estabelecer a sua negatividade, como no caso do marxismo. O estudo do impacto social, ou seja, do que esta a jusante das instituições, foi complementado pelo estudo que esta a montante das instituições, ou seja, o estudo dos interesses sociais ou grupais. [...] Este processo [...] fez esquecer que entre os interesses e os impactos estavam as coisas instituídas, sua materialidade própria, as suas formas de auto-organização

onde se geram resistências e efeitos perversos, neutralizações e bloqueamentos, autonomia e criatividade. [...] A abordagem cartográfica parte do postulado de que os interesses grupais ou de classe fazem acontecer tudo mas não explicam nada. E isto porque a explicação nunca explica o que acontece mas antes como aconteceu, ou, por outras palavras, porque ‘o quê’ do acontecer só é suscetível de explicação enquanto ‘como’ do acontecer (SANTOS, 2002, p. 233).

Esta referência é utilizada para uma análise da região do Condomínio Rubem Berta. As abordagens elaboradas até então conduzem somente a um resgate evolutivo – como se constituiu e como está agora – não analisando o dinâmico e genuíno espaço urbano que se constrói no dia-a-dia dos moradores. Os dados referenciados no texto mostram que a região que abrange o condomínio sofre de sérios problemas estruturais, observados nas reivindicações aprovadas no OP. Existe, ainda, um movimento social de resistência ou busca por apropriação de direitos por parte dos moradores de baixa renda e escolaridade, seja por sua inserção a movimentos comunitários ou espontaneamente. Em um curta-metragem intitulado “das garAgens (2005)”, apresenta-se um pouco da capacidade de organização e da dinâmica vida existente entre os moradores desta região. A sua capacidade de mobilização contraria o senso comum de que em regiões afetadas por processos de favelização a dinâmica social é relacionada principalmente por processos de desorganização e desestruturação social. O documentário apresenta elementos que compõem o cotidiano do Condomínio Rubem Berta, a relação entre os moradores que lutaram para se apropriar dos apartamentos e o forte vínculo que estes criaram com o território no qual se inserem.

No mês de fevereiro de 2009, o jornal Zero Hora, ao tratar do tema da violência urbana, publicou a seguinte notícia relacionada com o Bairro Rubem Berta, Zero Hora (8 de fev. 2009):

Os bairros Guajuviras, em Canoas, e Rubem Berta, em Porto Alegre, não convivem com explosões de carros-bomba, atentados suicidas, disparos de mísseis ou ataques de guerrilhas. Mesmo assim, estatísticas indicam que viver neles é quase tão perigoso como no Iraque, país devastado por uma guerra civil. A taxa de assassinatos nesses distritos da Região Metropolitana supera 70 por 100 mil habitantes. Em território iraquiano, é de 89 por 100 mil. O mais grave é que o Iraque está no topo do ranking mundial de periculosidade. Abaixo dele, conforme o último levantamento do escritório das Nações Unidas que analisa violência, o segundo lugar em homicídios cabe a El Salvador, com 55 mortes para cada 100 mil habitantes. Ou seja, se fossem países, os bairros Guajuviras (75 homicídios por 100 mil habitantes, no ano passado) e Rubem Berta (71 por 100 mil) disputariam o vice-campeonato mundial em assassinatos.

Estes dados vieram ao encontro da situação que foi observada no bairro. A incidência de presidiários cumprindo pena na Galeria Quinta do C não foi algo ao acaso, mas mostra que a região vive em uma situação de instabilidade provocada por determinados tipos de

violência, aqui destacada pela incidência de homicídios¹⁰. A refração da violência pela mídia ganha forma através das páginas dos jornais que evidenciam situações de risco e crimes que ocorrem na região¹¹, contribuindo para a formação de uma imagem pública negativa do bairro, o que reflete nas entrevistas realizadas, pois os moradores deixam claro que existe uma problemática local vinculada a delitos cometidos por jovens, que por sua vez, são os mais susceptíveis a incorporar em seu cotidiano um ethos de masculinidade e virilidade, sendo os que estão em áreas de vulnerabilidade social como a encontrada no condomínio Rubem Berta as principais vítimas desta sociabilidade, que invariavelmente culmina com a resolução de conflitos de forma violenta Zaluar (2004), como vinculado na matéria apresentada.

¹⁰ Estes dados fazem parte de uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que prepara o estudo Mapa da Violência no Rio Grande do Sul. Ao entrar em contato com um representante do grupo sobre o andamento da publicação, este informou que o livro contendo os dados estava com o lançamento programado para o final de 2010, o que acabou não se efetivando, ficando então dados mais específicos do mapa indisponíveis para consulta e inserção neste trabalho.

¹¹ Ainda sobre a refração, segue ainda, Zero Hora 6/09/2011, "POLÍCIA PACIFICADORA. UPPs gaúchas têm início pela Capital. Assassinatos no bairro Restinga fazem governo antecipar programa no RS" indica que o bairro Rubem Berta também será contemplado pelo programa, pois - "padece com o inchaço de vilas irregulares e, em meados da década passada, assumiu a penosa liderança do ranking de homicídios. Pouco antes do final de 2010, cerca de 60 inquéritos policiais referentes a tentativas de homicídios, ocorridas na região entre 2002 e 2006, permaneciam engavetados por deficiências de investigação da Polícia Civil."

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O que se tenta retomar da construção dos valores da Modernidade, o ponto de ruptura entre os padrões que estavam em vigência e o aparecimento de novos mecanismos ligados a mundialização e enfraquecimento nas relações do trabalho, além da reorganização urbana que utiliza do artifício das megaconstruções para criar ou recriar novos centros é que esta trama de novas funções interfere na construção dos signos expressos no dia-a-dia das pessoas, principalmente no complexo caso brasileiro. Com o enfraquecimento do trabalho, elemento de importância, pois centralizava e de certa forma normatizava (as classes podiam ser pensadas em grupos ou categorias unificadoras) Foucault (1979; 1987) padrões de condutas e sociabilidades, a (re)construção e incorporação de representações de valores na sociedade atual, englobando a complexa significação de violência real e representação da violência, Porto (1999, p. 131-132):

pode-se afirmar que a fragmentação constitui uma categoria-chave para pensar a sociedade brasileira, além do que ela é igualmente pertinente para dar conta das formas como essa sociedade se representa. Pensada enquanto uma situação de fragmentação valorativa, a contemporaneidade brasileira se vê confrontada não apenas com as conseqüências dessa fragmentação no plano simbólico, mas também com um contexto de grandes desigualdades no plano material, as quais, reflexivamente, alimentam a fragmentação e a pluralidade valorativas. Violência real e representação da violência como forma de manifestação de exclusão, simbólica e material, são fenômenos interdependentes e se constituem em fatores orientadores da ação (ou da sua ausência).

Na condição de recurso, a violência insere-se em um elenco de estratégias, sua utilização podendo ou não vincular-se a uma hierarquia valorativa; passa a ser questão de eficácia, oportunidade, afirmação de identidades socialmente negadas, explosão de raivas, frustrações, dentre tantas outras possibilidades, com implicações diretas nas formas de representação social do fenômeno. Não apenas as novas sociabilidades estruturam-se na violência como podem ser o conteúdo e substrato das representações sociais.

A autora retoma essa complexidade na adequação da violência como objeto de estudo devido à diversidade existente nas relações sociais entre os brasileiros. O que era tido como normal ou tolerado até bem pouco tempo, hoje não é mais aceito como prática ou formas de regulamentação social, e ainda coexiste uma crescente evolução na caminhada em prol de uma cultura da paz, com manifestações públicas pedindo justiça e a redução da impunidade Porto (2002).

A Teoria das Representações Sociais – TRS, utilizada nesta pesquisa parte dos estudos concentrados por Serge Moscovici (2009) na psicologia social, a qual questiona os métodos

então empregados para a análise das práticas sociais, redimensionando e tencionando os questionamentos sobre a dimensão que as representações sociais apresentam na formação de práticas sociais, quebrando o paradigma então empregado da visão macroestrutural dominante, para a análise das diferenças encontradas entre os diversos extratos sociais que independentes e divergentes, configuram ações que constitui e transforma a sociedade, Oliveira (2004). O autor não desconsidera a importância de uma realidade externa que molda o corpo social, mas faz a defesa de que esta será relevante como uma prática de sociabilidade no momento que for representada pelos sujeitos¹² e analisada de forma a objetivar de que maneira as micro relações afetam os indivíduos, Arruda (2009; 2002).

Neste ínterim, estudar a maneira como a violência se estrutura na sociedade, como ela é incorporada e o que ela significa para a população em seus diversos extratos sociais, tem-se como um objetivo ousado e complexo, uma vez que lida com representações da realidade, calcada em valores simbólicos que se alternam de lugar a lugar, e podem variar dependendo de diversos fatores, Porto (2002, p. 156-157):

A esse respeito, gostaria de ressaltar alguns pressupostos da utilização das representações sociais enquanto estratégia metodológica de aproximação da realidade. Interrogar a realidade a partir do que se diz sobre ela, utilizando a categoria de representações sociais, significa assumir que (a) embora resultado da experiência individual, as representações sociais são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos e dos grupos de indivíduos que as produzem; (b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, por sua condição de representação social, participam também da constituição destes mesmos fenômenos; (c) em decorrência do exposto em “b” apresentam-se como máximas orientadoras de condutas; (d) que existe conexão de sentido entre os fenômenos e suas representações sociais que, portanto, não são nem falsas nem verdadeiras, mas a matéria prima do fazer sociológico.

¹² Em análises sobre a importância do autor, temos ainda que: “As representações sociais são criações coletivas que se fazem na comunicação e, ao mesmo tempo, a possibilitam. [...] Na medida em que não há nada que sobrecodifique o mundo, garantindo-lhe uma ordem e um sentido, cabe ao social dotá-lo de sentido e de ordem. Dessa forma, cabe às representações sociais realizarem o trabalho de elaboração do novo, do estranho, do não-familiar conferindo-lhe sentido e inteligibilidade. É por isso que Moscovici afirma que a principal função das representações sociais é tornar o não-familiar, familiar. Este trabalho é feito coletivamente, nas conversações ou comunicações cotidianas. No entanto, é interessante destacar que estas conversações ou comunicações só são possíveis porque existem representações sociais [...] a noção de representação assume na teoria da representação social de S. Moscovici o sentido de criação de um mundo comum. Não se trata, portanto, como no cognitivismo, de considerar um mundo externo, dado desde sempre, que deva ser representado pelo sujeito, permitindo uma ação adequada neste mundo. Para a teoria das representações sociais, **as representações possibilitam a ação no mundo, mas não em um mundo dado que deve ser apreendido, mas num mundo criado e compartilhado coletivamente.** Neste sentido a noção de representação com a qual Moscovici trabalha se afasta da idéia de uma re-apresentação, se por isso entendemos uma repetição sem novidade ou criação.” Sancovschi, B. (2007, p. 11-12).

Tomando como norte a construção do saber proposta pela autora, busca-se entender as construções do imaginário popular para estudar o fenômeno da violência. Nesta abordagem, parte-se do pressuposto de que cada indivíduo é um ator, e apresenta uma determinada compreensão sobre o assunto, mas sua percepção pode vir a ser condicionada pelo meio ao qual ele está inserido. Seguindo esta abordagem, tem-se então que, Porto (2006, p. 255):

A afirmação de que as representações sociais, embora resultado de experiências individuais, são condicionadas e, neste sentido, dependentes das inserções sociais dos indivíduos que as produzem, sem retomar o eterno debate em torno das relações indivíduo/sociedade, visa a situá-lo em nossa problemática. A depender do paradigma orientador da teoria, o debate em pauta ora percebe tal relação como um conflito inconciliável ora a assume a partir de uma simbiose total entre os dois termos que a constituem. Da perspectiva aqui adotada, uma forma mais profícua para pensar a questão seria admitir que indivíduo e sociedade configuram uma relação de mútua dependência, dialeticamente conflituosa em alguns contextos, relativamente harmoniosa em outros admitindo, também, e sobretudo, que o indivíduo, longe de ser um mero suporte de estruturas, tem que ser tomado em consideração em sua condição de agente ou ator, em condição de fazer algumas escolhas e tomar algumas decisões, mesmo que de modo limitado.

A construção social brasileira ocorre de maneira complexa. Análises relacionando a atual situação, onde se apresenta a exacerbação de diferenciais nos planos econômicos e culturais, envoltas na construção do país em uma modernidade tardia ou periférica, podem ser tomadas como ponto de partida para análises de caso específicas. As representações sociais, seguindo a metodologia proposta pela autora Porto, podem ser empregadas para se obter análises da representação social da violência, e partindo disto, como estas podem influenciar a organização social de diferentes camadas da sociedade brasileira. Pode-se observar o seguinte, Zaluar (2004, p. 195):

Tornou-se, pois, necessário analisar cada caso no seu contexto, cada contexto nos seus múltiplos aspectos, cada aspecto no seu processo científico, e assim teremos não dois campos opostos de luta, mas uma luta diversificada em várias frentes. Sem cair nas armadilhas do relativismo, mas praticando porém a relativização, é preciso analisar as consequências dos atos violentos para a pessoa ou grupo que a pratica, assim como os efeitos de seus atos sobre terceiros, meros passantes, espectadores, vítimas inocentes da luta pela sobrevivência traduzida na disputa por territórios urbanos, das rivalidades em torno das quais se movem homens orgulhosos em busca de poder e prestígio.

A diferença hierárquica da sociedade brasileira, as formas de afirmação, a convivência harmônica ou não existente entre os diversos grupos está em pauta neste trabalho como forma de compreender a realidade no Condomínio Rubem Berta, Porto (2010, p. 68):

Interrogar a realidade a partir do que se diz sobre ela, utilizando-se da categoria de representações sociais significa assumir que estas:

- a) embora resultado da experiência individual são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que a produzem;
- b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que,
- c) por sua condição de representação social, participam da constituição desses fenômenos;
- d) apresentam-se, em sua função prática, como máximas orientadoras de conduta;
- e) admitem a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre elas e os fenômenos aos quais se referem, não sendo, portanto, nem falsas nem verdadeiras mas a *matéria-prima do fazer sociológico*.

Assumindo como norte estes pressupostos sobre representações sociais, busca-se com o emprego de um roteiro semi estruturado, com perguntas de livre resposta, identificar quais elementos do imaginário popular, podem ser identificados como representações sociais de determinados temas, e ainda, como é a percepção dos moradores a questão relacionada à temática da violência difusa. O questionário foi aplicado a interlocutores escolhidos de maneira aleatória, não sendo necessariamente todos moradores da localidade em questão, mas obrigatoriamente que participem do cotidiano da comunidade. Ainda sobre a utilização das representações sociais como forma de interrogar a realidade, Porto (2010, p.83-84):

a pesquisa centrada na análise das representações sociais busca ressaltar a contribuição substantiva das crenças, valores, ditados populares e ideologias, tomados em sua condição de representações sociais, apontam ao conhecimento do social, descartando, pois, sua definição como algo irracional, ausente de vínculos com o real (MOSCOVICI, 1994). À condição, poder-se-ia acrescentar, de assumi-las pelo que de fato são: substrato material, sinal extremo, vida cristalizada (Durkheim, 1971). Considerar a profunda e estreita interdependência entre variáveis de natureza objetiva e subjetiva seria, nos termos weberianos, incorporar a análise das ideias de valor no processo de conhecimento e na explicação sociológica, praticando a vigilância epistemológica que impede a incorporação dos próprios valores nos resultados da pesquisa.

O roteiro semi-estruturado para as entrevistas esta agrupado em seis grupos de questões ordenados de maneira a contemplar o seguinte: o que levou o indivíduo a residir na localidade em questão; se este participa de algum movimento social existente no bairro; como é a visão dos indivíduos sobre os governantes; qual a relação existente entre o indivíduo e seus vizinhos; qual a percepção dos indivíduos ao transitar pelas ruas do bairro, sobre a polícia militar e se estes buscam as instituições legais para resolução de eventuais conflitos; e por último qual a percepção dos indivíduos em relação à localidade em questão.

Roteiro de Entrevista Rubem Berta.
<p>1) O que lhe fez residir no Bairro Rubem Berta?</p> <p>1.1) Em que situação estava o bairro quando você chegou?</p> <p>1.2) Você enfrentou alguma dificuldade para se instalar no bairro?</p> <p>1.3) Há quantos anos você reside nesta localidade?</p> <p>2) Você participa de algum Núcleo Comunitário, ONG, Igreja ou instituição que atue no bairro?</p> <p>2.1) O que lhe motivou a participar deste grupo?</p> <p>2.2) Como você avalia a participação das pessoas nas atividades desenvolvidas?</p> <p>2.3) A atuação deste grupo, ou dos grupos existentes no bairro, altera de alguma forma a relação existente entre os moradores e o bairro?</p> <p>3) Como você vê a participação das instituições públicas no cotidiano do bairro? (Governo municipal, estadual, federal)</p> <p>4) Qual a sua relação com seus vizinhos?</p> <p>5) Como você se sente ao transitar de dia pelas ruas do bairro?</p> <p>5.1) E ao transitar a noite?</p> <p>5.2) Caso você presenciasse alguma discussão ou desentendimento, qual seria sua atitude?</p> <p>5.3) Como você observa a atuação da Brigada Militar no bairro?</p> <p>5.4) Caso seja necessário buscar auxílio da polícia para resolução de um conflito, você o faria?</p> <p>6) Como você descreveria o Bairro Rubem Berta?</p> <p>6.1) O que na sua avaliação é a prática mais positiva existente no bairro?</p> <p>6.2) E a negativa?</p> <p>6.3) Se você pudesse alterar algo no bairro, o que seria?</p>

Roteiro de entrevista desenvolvido para ser aplicado no Condomínio Rubem Berta.

Fonte: Medeiros, 2011.

As possíveis representações sociais em questão foram observadas através da análise do discurso dos entrevistados. A complexidade que se encontra no bairro, na relação entre os moradores mais antigos e a forma com que este foi ocupado, as garagens, o problema dos assassinatos existentes na região, são possíveis agentes na formação de subjetividades locais. Busca-se observar quais elementos estão presentes nas repostas, atentando que em entrevistas deste tipo, muitas vezes as respostas são dadas de maneira a serem politicamente corretos, os entrevistados em alguns casos podem responder seguindo a convenção do que a sociedade espera, e não seguindo sua realidade.

4.1 Representações sociais, o medo da vida noturna.

A aproximação com os moradores do condomínio para a aplicação da entrevista semi-estruturada foi uma experiência muito tensa. Como pesquisador, o resgate teórico torna-se muito mais simples do que interrogar a realidade de moradores de uma região tão complexa e tão diferente da realidade que estou habituado.

Na busca de interlocutores, contatei a Associação Comunitária de Moradores do conjunto residencial Rubem Berta - AMORB¹³ instituição localizada na região central dos apartamentos. Em uma pesquisa anterior eu já havia estado no bairro, realizando o deslocando até a região em um veículo particular, o que tornou o trajeto significativamente mais curto. Como esta pesquisa requereu diversos dias de contato com o bairro, optei pelo deslocamento até o local utilizando o transporte coletivo, partindo da Av. Osvaldo Aranha direção centro-bairro. O trânsito até o bairro demorava em média quarenta e cinco minutos, sendo que em um final de tarde, após uma chuva de não mais que trinta minutos de duração, percorri o trajeto bairro-centro, na surpreendente marca de 2 horas e 15 minutos. Duas horas e quinze minutos é um tempo significativo, tornado claro a mim de que o bairro não está somente localizado em uma região distante geograficamente do centro do município, mas que por qualquer eventualidade, esta relação espaço-tempo pode tornar-se ainda mais longa. Outro ponto marcante da observação no bairro foi a sujeira existente na região, dispersa pelas vias públicas encontravam-se não só sacos de lixo, mas também resíduos possivelmente descartados pelos pedestres como papéis, carteiras de cigarro, garrafas plásticas o que torna menos receptiva a área a um visitante, podendo ser observado nas imagens a seguir:



Imagem 7 – Vias públicas da região do Condomínio Rubem Berta

Fonte: Medeiros (2011).

A sujeira e a pavimentação irregular dos passeios públicos foram observadas quase que na totalidade dos pontos visitados, além de uma quantidade significativa de animais soltos na região sendo eles caninos, felinos, equinos além de aves como galinhas que possivelmente devem ser criadas por moradores locais.

¹³ AMORB, consultado em 10 e maio de 2011. < <http://amorbrubemberta.blogspot.com/>>. Esta é uma instituição atuante na localidade dos apartamentos, e apresenta diversos programas sociais realizados em parceria com os governos, tais como: “Atualmente a AMORB possui os projetos: Sase Raios de Sol, Trabalho Educativo, Ponto de Cultura, informática Cidadão Digital, pro Jovem, Costura sonhos, administradora Comunitária com acessória jurídica, Rádio Comunitária, sopão Voluntário, Almoço comunitário e Projeto Mudando a cara”.

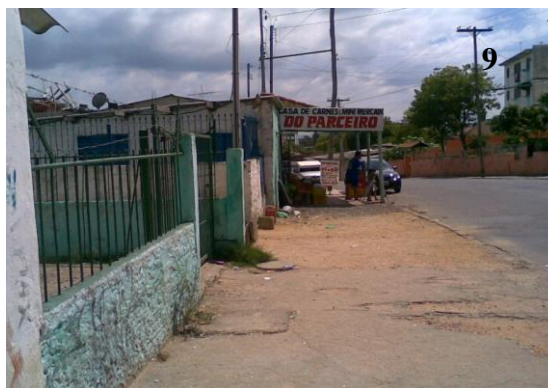


Imagem 8; 9; 10; 11 : Lixo acumulado na calçada; Passeio público irregular; Cães soltos em via pública; Estabelecimentos comerciais.
Fonte: Medeiros (2011).

Após esta observação da região executada com uma caminhada pelas ruas da localidade, realiza-se a primeira visita para efetuar as entrevistas. Para realização destas foi solicitada aos entrevistados a autorização para que as mesmas fossem gravadas. A primeira entrevista foi marcada com a secretária da AMORB, só que quão não foi minha surpresa ao chegar à instituição e esta encontrar-se de férias coletivas. Percorrendo as ruas do entorno da instituição, localizada entre o Posto de Saúde Municipal, uma creche e a Escola Municipal Grande Oriente do Rio Grande do Sul, localizei em um ponto comercial, construído em uma garagem adaptada uma moradora que participou do documentário das Garagens. Fui ao encontro da senhora com a expectativa de que esta pudesse então servir de interlocutora a minha pesquisa. Após a identificação, e apresentação dos objetivos que estavam sendo buscados com a pesquisa, esta prontamente se dispôs a participar. Em seu relato ela reconstrói sua trajetória no bairro, exaltando que gosta muito da região, e que conseguiu construir sua vida pessoal e realizar-se financeiramente na região, pois conseguira adquirir o ponto comercial onde esta situada sua loja e tem planos de em breve ampliar o local, além de indicar diversos benefícios de morar neste local após a organização e legalização dos apartamentos.

Sua visão sob a polícia, saúde e educação são muito ruins, e chega a referir a localidade como “Meu deus do céu... O que eu vou dizer: Terra sem Lei. Aqui é terra sem lei sim, aqui constroem onde quiserem, fazem o que querem” (Entrevistado 1). Ao referir-se ao tráfico de drogas como prática negativa, esta faz uma ressalva após desligar-se o gravador, de que apesar de haver problemas e muitas confusões entre traficantes na área, sente-se livre para transitar a qualquer horário pela localidade porque ela conhece a todos dizendo que existe um respeito velado entre ela e estes comerciantes. A tensão entre os traficantes da região era segundo esta maior e mais violenta, mas indica que houve uma redução nas mortes e que agora estes indivíduos, sempre se referindo em um tom de voz muito baixo e apontando para a entrada de um bloco, não mais ficavam na frente de sua loja durante a noite.

Após esta primeira entrevista, e instigado pela observação de que a educação na região era muito deficitária, fui até a escola rever as instalações e o funcionamento da instituição. A escola em questão pertence ao município, e encontrava-se em período de férias letivas, mas com o corpo docente ainda presente na instituição para cumprimento de funções administrativas. Em 2007 havia estado na escola realizando outra pesquisa e na época a esta passava por reformas, apresentava seus prédios muito degradados e o pátio com muita sujeira espalhada, não só os entulhos de construção, mas também lixo convencional, além de diversos pontos com pichações na parte interna, na época este ambiente me gerou desconforto e um impacto negativo, o que corroborou de certa forma para validar a avaliação da primeira entrevistada sobre a precariedade da educação na região. Mas nesta nova visita o panorama encontrado foi outro, a começar pelo ingresso ao prédio. A instituição agora contava com o efetivo de um guarda municipal no portão de acesso, para o qual tive de me apresentar, sendo conduzido por este até a sala da coordenação. No pátio, a sujeira e as pichações não estavam mais presentes. Após as apresentações uma das coordenadoras de turno me concedeu entrevista. Ela não reside na área, mas apresenta convívio direto com a região, pois como coordenadora participa das atividades realizadas com os conselhos escolares e de pais, e mantém assim vínculos extra-muros com a região. Ela relata algumas práticas existentes na associação local como pontos positivos existentes, e quanto à participação dos órgãos públicos na região, ela faz referência a projetos desenvolvidos via escola para a comunidade, e indica que eventuais reivindicações para problemas locais são feitas através direção da escola diretamente aos órgãos municipais responsáveis. O convívio escola/vizinhos representa vivências conflituosas, pois a escola e a comunidade cresceram juntas, existem práticas e relacionamentos positivos ao mesmo tempo em que a escola é vítima de descaso e acaba depredada.

A entrevistada relata tranquilidade ao transitar pelas ruas do bairro durante o dia, a noite o sentimento é alterado para um receio. A questão relativa à interferência em eventuais conflitos fica expresso o sentimento de medo, pois indica vontade de se afastar o mais rápido possível e no relatar que já observou comportamentos de extrema violência, demonstra que um envolvimento deste tipo poderia acarretar um risco contra sua integridade física. O convívio com a Brigada Militar segundo a entrevistada é positivo e rotineiro, pois estes são requisitados com frequência para intervir em situações de risco na instituição. No último bloco a entrevistada transparece o que mais lhe impacta na vida da região é o problema relacionado ao tráfico de drogas, causado segundo ela, pela carência econômica e falta de programas que possam ser aplicados diretamente frente está prática.

Ao término da entrevista a coordenadora me encaminhou a uma funcionária que é residente da região e detém atribuições relacionadas a programas desenvolvidos pela escola para toda comunidade local que queira participar. Resguardada pela privacidade encontrada no interior da escola sem alunos, ela relata que veio residir no bairro há três anos, não enfrentado os problemas de moradias deficitárias, mas no momento em que foi realizada a questão 1.2, elaborada para quem construiu a trajetória de inserção aos apartamentos junto do movimento de invasão, ela responde de maneira que:

R 1.2: Pois tá mais tranquilo agora, porque antes não era. Antes era muito... Era mortes, que eu via, eu via pessoas mortas na rua, uma vez por mês tinha gente morrendo, eu até mesmo vi uma vez a pessoa atirando no rapaz, talvez seja por motivo de droga, mas eu vi. (Entrevistado 3)

Seguindo com os questionamentos sobre associações e movimentos comunitários do bairro, ela apresenta que participa das vivências propostas pela escola para a comunidade, pois como moradora local foi convidada pela direção da escola para coordenar os projetos Escola Aberta e Mais Educação, seu relato demonstra que os projetos desenvolvidos na escola não apresentam a procura esperada, existindo baixa participação se considerados o alcance que a escola tem, pois conta com mais de 1000 alunos. Esta apresenta que o convívio com seus vizinhos é harmônico e os poucos que ela conhece são pessoas “boas e que trabalham fora” (Entrevistado 3). Quando perguntado sobre as questões relativas segurança do bairro, ela diz que o transitar durante o dia não é problema, mas que ao transitar a noite que o medo e os problemas tomam dimensão. O relato do homicídio presenciado, do abuso das drogas, do medo e da recusa em envolver-se ou denunciar situações de risco por temer alguma represália é evidente. Da mesma forma que convive com o medo e insegurança, a Brigada Militar torna-se mais representativa para ela no mesmo período que segundo a entrevista anterior foi

reaberto o módulo policial da região. Nas questões finais, a qual foi solicitado caracterizar o bairro e as práticas de convívio social existentes na área, indica que:

P6 R: Olha não sei, eu descreveria assim, como eu sou moradora aqui. Eu acho que é um bairro, aparentemente calmo, as pessoas, a comunidade. As pessoas com que tu esta convivendo, as pessoas que tu passa por elas, ou as pessoas com quem eu já conversei são um pouco agressivas na maneira de se expressar, de chega, fala se expressar. Até mesmo aqui na escola, as pessoas, os pais de alunos, as mães de alunos, elas já vem chigando, não vem com uma certa educação, né. Há ela já vem – porque essa escola aqui de merda, porque esses professores essa direção não presta, porque eu vou tirar meu filho daqui... Mas isso não de todos, mas isso eu já vi de alguns, mas isso de uns três ou quatro pais, em relação aos alunos todos, são mais de 1000 alunos na escola (Entrevistado 3).

No geral sobre a vivência no bairro para esta entrevistada, a região é boa para se morar e apresenta alguns poucos pontos positivos. As apresentações de *hip-hop* e o almoço comunitário da AMORB são vistas como práticas de boa vivência. De negativo em sua avaliação seria a falta de educação de alguns moradores, violência relacionada ao consumo de drogas e a falta de uma agência lotérica ou bancária para o pagamento de contas. Do relato desta moradora, o homicídio e o consumo de drogas por ela presenciadas, alteram seus hábitos e alteram seu comportamento, pois durante a noite, esta evita transitar e denunciar comportamentos ilícitos que ocorrem em determinadas ruas por medo de se tornar vítima de alguma represália.

Para observar a região onde foram realizadas as primeiras entrevistas, estando nela inseridas a escola e a AMORB, apresenta-se:

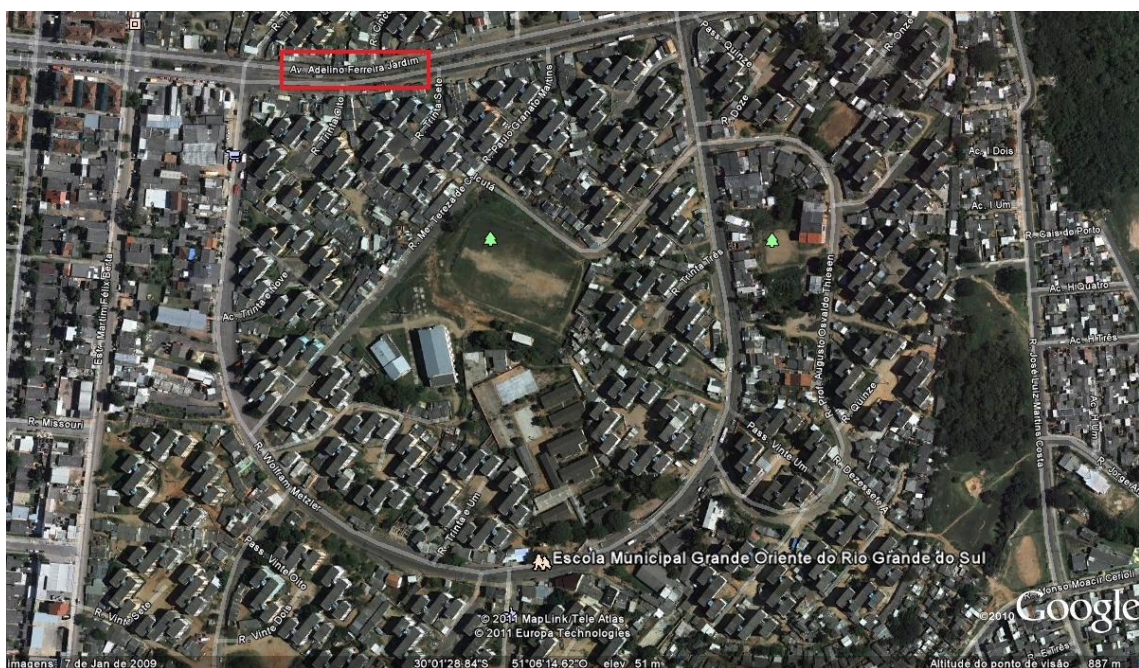


Imagem 12: Região da Escola Grande Oriente do Rio Grande do Sul
Fonte: Medeiros (2011).

Destacado em vermelho situa-se a Av. Adelino Ferreira Jardim, esta é o percurso que liga o município de Porto Alegre a Alvorada e apresenta fluxo significativo de veículos e pessoas, e segundo a entrevistada foi o local onde esta presenciou a morte do indivíduo. Na Rua Wolfram Mezler em frente à escola está localizado o Posto de Saúde e a sede da AMORB, nesta rua estão reunidas a maior concentração de módulos residenciais e de garagens.

Durante o período de transito na região manteve contato com o guarda municipal que presta serviços na escola, e resolvi entrevista-lo após descobrir que este era morador da região. Ele relata que reside a 14 anos na área, e que ingressou no local em um momento que estava melhor organizado estruturalmente. Este não se envolve em atividades comunitárias, mas sabe da existência de grupos sociais, e ressalta que suas atividades são positivas para a região. Sob a questão da atividade dos órgãos públicos na região este faz a alusão a possíveis problemas políticos para a resolução de problemas, no momento em que, “Nós usamos a associação dos moradores, recorremos a eles muitas vezes. Mas como eu falei, as questões políticas, as pendengas políticas muitas vezes impossibilitam que as coisas se realizem” (Entrevistado 4)

Segundo ele a associação serve como mediadora entre a comunidade e os órgãos públicos, mas que algumas reivindicações esbarram em interesses políticos, talvez pela identificação da associação com o Vereador Paulinho Rubem Berta. Não seria novidade que alguma demanda popular esbarrasse em disputas partidárias, mas sem ter como aferir a real existência desta prática, fica a afirmação do entrevistado como sua opinião. A questão relativa à relação deste com os vizinhos, afirma ser uma forma de parentesco com os mesmo, sempre que possível auxiliando em eventuais problemas. Quando perguntado sobre seu sentimento em relação ao transitar pelas ruas do bairro, expressa que durante o dia é tranquilo e a noite sente-se inseguro, e sob a atuação frente a um eventual desentendimento e da atuação da força policial tem a seguinte visão:

R 5.2: Olha enquanto cidadão eu não interferiria, porque muitas vezes as coisas são questões pessoais, familiares, que se relaciona na questão de briga de casal e essas coisas assim a gente não deve interferir.

R 5.3: A brigada militar dentro do possível, porque que a gente sabe muito bem que ela sofre com a carência de material humano né, a demanda é muito grande, o índice de criminalidade cresce assustadoramente 24horas por dia, a incidência das drogas também. Mas a gente vê que a brigada faz o possível pra atender a contento. (Entrevistado 4)

Ao demonstrar sua opinião, expressa que não se envolveria em conflitos entre indivíduos, pois, “em briga de casal não se interfere”. Tenta apresentar alguns motivos e diferenças existentes no funcionamento das instituições, e exalta que a Guarda Municipal também esta presente na região. Sobre o grupo final de questões, desenvolve a idéia de que a situação envolvendo as moradias apresenta uma evolução frente ao plano inicial e também uma redução em eventos criminais a partir da maior participação da Brigada Militar na região, sendo sua observação sob a questão - 6.3) Se você pudesse alterar algo no bairro, o que seria?

R 6.3: Olha eu diria assim, no geral, em 1ª lugar a questão habitacional, porque nós temos ai muitas áreas... É não seria invadida, porque assim, quando é um próprio público se diz ocupação, invasão é quando é um próprio privativo. Então nós temos ainda muitas comunidades em área de risco, em áreas de conservação ambiental, que logicamente, todos procuram o melhor, um lugar adequado e digno pra morar. Então essa busca muitas vezes se aglomeram um número de pessoas, e tomam um determinado espaço público, para que de repente, a parte pública, o poder público tome conhecimento e possa regrar, determinar, um local adequado em condições adequadas, para que essas famílias possam ter uma vida digna. Esse quesito habitacional esta se expandindo muito, nós temos muito na nossa área e isso precisa ser visto, porque até gente sabe de reuniões, manifestos, enfim e as promessas, todos os anos as velhas promessas, chega a época de eleição eles se mostram, aparecem, vem visitar a gente, eles passam a mão no cachorrinho, beijam aquele menino ranhento, termina a eleição a gente não consegue falar nem com o lavador de carro deles. (Entrevistado 4)

Em sua resposta apresenta que a questão da segurança teve uma evolução positiva, apesar da insegurança ainda existir, e retoma a discussão de fatores políticos para a resolução de problemas, principalmente em áreas de ocupações irregulares muito comuns na região do condomínio, a argumentativa é de que todos buscam uma moradia melhor, digna, mas que os entraves burocráticos impedem ou dificultam as soluções para este problema.

Após o término das férias coletivas da AMORB, pude realizar as entrevistas com os representantes da instituição, esta apresenta uma sede com um espaço físico amplo e muito bem organizado, diversos departamentos, uma rádio comunitária, fornecem auxílio jurídico para os moradores com problemas de legalização e instrui aqueles que reivindicam melhores condições de moradia, funciona como porta voz da comunidade frente o poder público, e na instituição manteve contato com duas representantes, realizando a entrevista na sala funcional de uma destas. As duas eram senhoras de idade avançada, mas mostravam-se muito ativas no exercer de suas atribuições.

O Entrevistado 5 inicia o relato de como foi fácil adquirir o apartamento no qual esta morando, indica que apresentava planos de residir na área de apartamentos legalizados, mas acabou comprando a chave de um apartamento na área dos núcleos invadidos. Residente a

vinte e cinco anos na região, participou de todo o processo evolutivo da área, desde os embates com o poder público na tentativa de promover a desocupação da área até e os tramites para que fosse possível regularizar a situação fundiária. Ela exalta a união existente da população local para as reivindicações pleiteadas. Sob a atuação na associação de bairro,

R 2.2: Olha no início era bem melhor do que agora. O pessoal era mais unido. Ai depois todo mundo começou a botar o síndico, conseguir seus apartamentos, ai todo mundo fica naquela. E pra ti fazer uma reunião hoje, pra ti lotar um ônibus pra reivindicar as coisas do governo é difícil. Naquela época tu ia pra esse Orçamento Participativo e tu lotava dois três ônibus, pra pedir calçamento, pra pedir coisas assim. Hoje o pessoal ta bem mais acomodado. Mas mesmo assim, ai os mais forte continuam. Nós conseguimos um ginásio aqui pra tirar os adolescentes da rua. Temos o SASE aqui que tem 80 adolescente que da café da manhã, almoço, café da tarde, ajuda na parte escolar. Veio vindo as outras creches também que foram se organizando, tem o restaurante escola aqui que a gente da o curso pra ajudar eles ter uma profissão, tem a padaria, corte costura, informática. (Entrevistado 5)

A construção dos apartamentos, até a alteração da situação de ilegalidade e irregularidade fundiária para o patamar de proprietários, legalizados com posse da escritura dos imóveis foi construída por esta moradora como uma árdua luta, que contou com o apoio dos governantes e o engajamento da população. Diz que o movimento social está perdendo força e esbarrando no comodismo dos moradores, que não estão mais dispostos a sair de suas casas para reivindicar melhorias para a área, mas apesar deste enfraquecimento o núcleo mantém uma estrutura organizada e disponibiliza uma série de programas de formação a comunidade, exaltando esta a sala de informática conseguida após muita luta. A entrevistada indica que a relação com os órgãos públicos é de maneira geral tranquila, sendo que algumas vezes, dependendo do tema, exige-se um número maior de reuniões para que seja resolvido o pleito. Tanto esta entrevistada quanto a próxima faz referência a problemas na área da saúde enfatizando que o posto existente não apresenta condições de atender a demanda local.

Esta entrevistada relata que sua convivência com os vizinhos é muito positiva, que é síndica de seu condomínio a um longo período de tempo, e expressa que toma atitudes quando observa algum tipo de discussão na rua, mesmo sendo uma situação na qual um indivíduo ameaça outro com uma arma de fogo. Entre as respostas das questões finais estão presentes,

P6 R: É aquilo que eu disse. Eu gosto daqui, acho que nós temos aqui tudo que precisamos. A gente não pode generalizar. Acho que é um bairro às vezes é muito violento, por causa de droga. Morte. É meio violento, mas fora disso é ótimo. Temos ônibus pra onde nós queremos ir, temos tudo.

R 6.1: Eu acho que uma prática aqui pra melhorar, nós teríamos de ter um posto 24h, ter segundo grau aqui que a gente não tem, às vezes o pai não tem pra pagar a passagem dos filhos. Isso é uma coisa que teria de melhorar. O posto de saúde não

se fala, a gente se corta aqui as vezes tem de espera a SAMU chega. Que não tem um médico aqui pra prestar os primeiros socorros.

R 6.2: É a violência mesmo por causa da droga. Um grupo daqui um de lá, e ai... (Entrevistado 5)

A próxima entrevista segue sendo realizada no gabinete da associação. Esta entrevistada chega ao mesmo período que a outra a região, mas em uma situação diferente, enquanto a anterior veio para comprar um imóvel, mas optou pela invasão, esta relata a situação de invasão, vigília, conflitos envolvendo a possível desocupação dos imóveis,

Lá no nosso prédio nós fazia assim: Fulano tu fica pra cuida. Amanhã tu avisa na firma que tu vai fica pra cuida pra ninguém mais invadi, por que não tinha porta não tinha nada, tinha só umas persiana. Mas olha como nós era unido. Mas nós não tinha água, não tinha tanque, não tinha pia. Não tinha nada. Era só como se diz o buraco. E a gente entrou e começou a ajeitar, e eles diziam que ia nos tira. Ai a gente foi pra frente da prefeitura e o Alceu Colares falo, não eles querem paga então vamos acertar a proposta deles. Aquela época era o Alceu Colares e o Pedro Simon Ai foi depois que a gente acerto. Ai foi conseguiu botar a luz. Ai depois a gente tentou a água. Mas a água veio só depois de dois anos, porque nós ligava a água e eles desligavam. Ai a gente achou a chave geral e ligou. Ai nós falamos se querem cobra, cobra, porque a gente quer pagar. Nós pegava água ali onde é a brigada agora. Ai dava pra tomar banho. Dava pra levar pra casa. (Entrevistado 6)

Apresenta-se o resgate do período de invasão com maior riqueza de detalhes talvez pela vivência que carrega esta, envolvido em uma carga de dificuldades para se apropriar do imóvel, além da vinda até o bairro, a escolha do apartamento, organização de vigílias para que não fossem expulsos do imóvel e os embates com o poder público. Após a entrevista esta continua apresentando que a maior dificuldade que eles encontravam era para buscar água, sendo esta era retirada direto da rede, segundo o relato possivelmente junto à adutora, que estava localizada no meio do mato, sendo uma aventura conseguir trazer água para os apartamentos. Essa aventura embasa a o desamparo vivenciado pelos moradores desde o início da ocupação deste loteamento.

Durante o grupo de questões sobre a convivência comunitária, esta segue resgatando a evolução da localidade, a construção das garagens e o sistemático desinteresse dos moradores em participar das demandas sociais. A associação de bairro segundo a entrevistada foi interlocutor dos moradores com o poder público para o planejamento da região após a invasão, e ela transparece em seu discurso que um dos fatores que desarticulou a região foi a construção das garagens, que descaracterizou e alterou o zoneamento proposto pelo estudo então empreendido. As garagens além de serem moradias criaram uma nova dinâmica a região, construindo novas vias de circulação, pontos de comércio, ocupando áreas verdes e inserindo ainda mais moradores a região. Dentre suas responsabilidades na associação está a

participação no conselho municipal de saúde que é apresentada por esta como uma relação de precarização devido ao enfraquecimento do convívio da população as práticas de reivindicação, como a participação em reuniões públicas,

R 2.2: Antes era muito boa porque as pessoas tinham vontade de participar mesmo. Agora olha a gente fala olha tal dia tem reunião, a gente vai coloca um ônibus na frente da associação, quem quiser ir participar com a gente. Agora mesmo essa coisa do posto 24h, que é vida né, nos saímos daqui com o ônibus com o que, eu acho que 25 pessoas né, que era pra lotar né, por que o sindicato nos deu ônibus, deu lanche ainda, quando as pessoas saíssem da reunião tinha lanche, era pra sair com o ônibus lotado né. Porque nesse orçamento participativo, quanto mais gente o bairro põe lá mais rápido vem as coisas né, ai outros bairro levam mais gente. Olha a primeira coisa que eles falam pra gente é, há mais ai hoje eu vou perder minha novela... Mas como tu prefere perde a novela, do que ir em uma coisa que nós podemos ter um lucro muito bom no final. (Entrevistado 06)

Em seu discurso ela relata que após a legalização dos apartamentos com o início do pagamento dos impostos para a prefeitura, os moradores não estão mais tão mobilizados quanto no início da ocupação dos imóveis, por que agora, dizem que reivindicações propostas pela associação são obrigações do poder público fornecer, como calçamento na entrada dos blocos residenciais, manutenção da limpeza entre outros. O enfraquecimento na mobilização segundo relato leva o local a sofrer perdas nas demandas propostas no orçamento participativo, pois outros bairros conseguem mobilizar mais moradores para as assembleias, e o fato de os moradores preferirem a novela, mesmo sendo fornecido um lanche e transporte gratuito é para ela uma frustração. Por ter uma vivência social, esta moradora relata que seu transito pela localidade é tranquila, busca resolução de desentendimentos e se necessário busca a intervenção policial. Nas questões sobre o bairro e o que poderia ser melhorado, relaciona sua resposta a mais emprego e educação para os jovens.

Esta entrevistada preocupada em demonstrar as péssimas instalações do atendimento de saúde, por ser representante da região no conselho municipal, me levou para uma visita ao posto de saúde existente ao lado da sede da associação. As instalações físicas realmente não são hospitaleiras, mas nada diferente da realidade dos postos público de atendimento existente em outras regiões da cidade. Após ser apresentado as instalações e cumprimentando praticamente todos os funcionários que estavam no local, ela retorna com uma amiga sua que seria a próxima entrevistada.

Esta relata que soube da invasão aos blocos residenciais e veio até o local para também se apropriar de um imóvel, residindo então a vinte e cinco anos no conjunto. Por ser participante do movimento inicial de ocupação dos blocos, passou por todas as dificuldades inerentes a falta de estrutura dos blocos na época, relatando que a iluminação era a luz de

velas e que para lavar roupa, era necessário ir até a sanga próxima. Indica que as relações com os órgãos públicos apresentam melhora após a regularização dos imóveis e o pagamento dos impostos. Observa que a participação das associações comunitárias é positiva e que estas conseguem bons resultados com suas reivindicações, mas não participa de nenhum movimento.

A questão relativa ao sentimento existente em transitar pelas ruas da região é de que durante o dia não há problemas, mas que a noite a insegurança é o sentimento presente. Este sentimento pode-se relacionar as próximas respostas, na qual indica que a segurança da região é insuficiente, mas responde que se necessário buscaria auxílio da polícia para resolução de um eventual problema, e que se presenciara algum desentendimento realizaria uma intervenção tentando apaziguar a rixa existente. A entrevista teve início dentro do posto de saúde, mas durante o segundo bloco de questões a entrevistada perguntou se eu poderia seguir a entrevista no percurso até sua casa, pois ela já estava atrasada para chegar a sua residência, com isso o último bloco de questões foi respondido em trânsito até um local próximo ao seu apartamento. Ao responder sobre o que ela sentia em relação ao bairro, ela indica que é um bom lugar para viver, mas apresenta pontuais problemas – saúde e segurança – faz menção ao problema do comércio e consumo de drogas, baixando o tom de voz e fazendo uma leve indicação com a cabeça, quando passamos pela entrada de um bloco onde havia em torno de seis jovens e termina a entrevista dizendo que:

R 6.3) É ai que eu digo pedir segurança, pedir ajuda pros drogados que tão ai incomodando. Mas o problema mesmo é a segurança né. Os drogados, por que eles perturbam, eles pedem, se tu não dá eles roubam, se tu manda a criança no armazém eles vem e roubam né. Mas pra isso também tu não tem como liga pra brigada toda hora. Nossa segurança é péssima. Mas olha só, aqui é bom, tem tudo, nosso comércio, tem transporte pra tudo que é lado, todo mundo trabalha, todo mundo é trabalhador. (Entrevistado 07)

A preocupação existente com o tráfico e consumo de drogas é rapidamente rebatido com a afirmação de que a região é sim boa para morar, apresentado as condições necessárias para suprir todas as necessidades básicas.

Após reler as entrevistas até então coletadas, observa-se a indicação presente em quase todos os discursos de que o comércio local existente é um ponto positivo, pois facilita a vida dos moradores que encontram praticamente todo o necessário para sua sobrevivência, exceto pela falta de um posto bancário para o pagamento de contas. Tendo essa observação busca-se entrevistar comerciantes locais, e após passar por três estabelecimentos, obtendo negativa dos

proprietários após a apresentação do objetivo da pesquisa, na quarta tentativa obtive resposta positiva ao consentimento da entrevista.

O proprietário aceitou responder as questões, para tanto ele me convidou a ir para o interior da loja. Ele indica que reside no bairro há treze anos, e que chegou até a região para acompanhar as filhas que haviam terminado os estudos. Relata que quando chegou à região a estrutura física era deficitária quanto à parte estrutural. Sobre o convívio em movimentos sociais, indica que participa de atividades desenvolvidas na igreja que frequenta e relata a evolução material que esta sofreu com o passar do tempo. A questão do relacionamento das instituições públicas, responde que “Na época de política eles aparecem” (Entrevistado 08). Sobre o convívio com seus vizinhos indica que não há problemas, agora sobre seu sentimento ao transitar pelas ruas do bairro, este apresenta que durante o dia é tranquilo, mas que, “De noite eu não me arrisco, até as 10h por ai. O mais longe é até a igreja, ou pra leva as guria em alguma festinha assim, ai gente reúne uns 2, 3 e sai junto” (Entrevistado 08). Sobre a atuação da policia, indica que antigamente o policiamento era muito precário, mas que houve uma mudança significativa, tanto na transito de viaturas quanto no relacionamento com os policiais, pois perguntado se buscaria a polícia para resolução de um conflito indica que “Sim eu tenho até o telefone, eles me deixaram o telefone deles mesmo pra ligar caso desse alguma coisa” (Entrevistado 08).

No grupo de questões relativo à sua percepção da região, indica que se sente bem de residir na área, e que os eventuais problemas que acontecem também estão presentes em outras localidades¹⁴. Refere-se aos distúrbios que ocorrem à noite como o ponto negativo, e que alteraria somente a ação dos comerciantes ilegais que fixam ponto em diversas áreas, principalmente em épocas de final de ano em que a movimentação comercial é maior, acabando por tirar clientes dos estabelecimentos regulares.

Para contrapor a visão deste comerciante legalizado, procurou-se entre as garagens adaptadas para comércio um estabelecimento possivelmente informal, pois para realizar a aproximação com a comerciante, adquiri três ‘CDs’ de musica por dez reais, sendo que na

¹⁴ Utilizando a definição criada por Gaviria M. (Sociologias, Porto Alegre, ano 10 nº20, jul./dez. 2008, p. 79-80) “Violência no território dos outros [...] aos territórios de violência pertencem apenas quem se identifica com as práticas e valores que a sustentam. Da violência participa só quem quer, é uma opção individual.” Esta definição específica foi criada pelo autor para analisar os dados relativos a observação feita a adultos em sua pesquisa sobre a violência, que era referida sempre como algo que não acontecia nos locais onde estes residiam ou era observada com terceiros.

No caso específico do Condomínio Rubem Berta, a violência não é negada (pois a negação seria uma forma também de legitimar a violência, pois funcionaria no indivíduo como forma de alienação, uma defesa psicológica contra o fenômeno específico) ela é expressa em fatos: o medo de transitar pelas ruas, ao evitar envolver-se em discussões para buscar apaziguar e principalmente na questão das mortes violentas oriundas da ação do tráfico e consumo de drogas.

banca incluía a venda de DVDs, revistas e alguns gêneros alimentícios. Após alguns minutos de conversa a comerciante aceitou responder a entrevista. Esta entrevistada veio a residir na região a pouco tempo, mas relatou certa dificuldade para se instalar devido aos custos dos imóveis e para aquisição do ponto comercial e segundo ela a grande dificuldade enfrentada na região é o problema da drogadição, novamente mencionada por gestos, fala baixa e olhares para grupos de jovens na entrada dos condomínios.

Analisando as entrevistas realizadas no condomínio, tem-se de levar em consideração as respostas de maneira ponderar sobre a carga emocional construída pelos entrevistados, relativo ao período de tempo que estes estão residindo no local - sejam os que se fixaram através da posse dos imóveis a vinte e cinco anos, ou então os que se agregaram a vida da região a um período posterior a invasão, mas não sem enfrentar os reflexos da desestruturação ocorrida na região. O Condomínio Rubem Berta é para os entrevistados um lugar, dotado de toda carga de sentimentos, afetividades, disputas de poder e interesses inerentes ao vínculo social vivenciado na área dos apartamentos Carlos (1992).

Dentro do grupo de questões propostas para o roteiro de entrevista, de maneira a identificar possíveis privações em formas de comportamento coletivo relacionadas à temática da violência são empregadas as questões: “5) Como você se sente ao transitar de dia pelas ruas do bairro?; 5.1) E ao transitar a noite?”. Com estas observa-se no discurso dos entrevistados que a rotina existente na região, movimentada pelo comércio e circulação de pessoas, trabalhadores indo e vindo de suas jornadas diárias, além da liberdade de locomoção proporcionada pela facilidade no acesso ao transporte coletivo, tornam a rotina local segura durante o dia. Para todos a dia não apresenta nenhum risco maior que os privem de praticar suas atividades. Mas as respostas analisadas sobre o transito no bairro à noite mostram que existe uma temeridade dos indivíduos em sair pelas ruas, pelo histórico de assassinatos que envolvem a região, presenciados estes pelos entrevistados. Estas mortes segundo o discurso dos entrevistados estão relacionadas aos maus elementos principalmente envolvidos ao tráfico e a droga, os atores criminais não tem limites em sua ação no momento em que atacam as crianças que estão comprando pão, ou quando sua possível ação força com que as famílias que querem se deslocar à noite tenham de mobilizar um grupo de indivíduos para poder circular e reduzir as chances de ser vítimas de um ataque. Estes indivíduos tornam-se uma ameaça real, não criado pela ação da mídia, mas sim, pela presença cotidiana das mortes que ocorrem na localidade. Sob esta vivência relacionada a grupos desviantes, Gaviria M. (2008, p. 84)

Assim, um jovem, por exemplo, sob efeitos de entorpecentes, tem uma forte tendência a cometer atos violentos. Segundo este raciocínio e à luz de Hobbes (1999), o jovem bêbado ou drogado passa a agir por instinto e agride com mais facilidade. Paralelamente ao anterior, uma das conseqüências do uso de drogas por parte dos jovens de subúrbios, é, como assinala Zaluar (2004), que os jovens começam como usuários de drogas e posteriormente são levados a roubar, assaltar e às vezes até matar para pagar aqueles que os ameaçam de matar se não saldarem a dívida.

O comércio da rua, a rotina da imposição de um *ethos* de masculinidade e virilidade pelos indivíduos que estão inseridos em grupos criminais, é observada nesta região pela posse de armas e o desfecho de conflitos com a morte dos envolvidos.

A questão que envolve a temática da ação do morador quando este está presenciando alguma discussão, é muito diversa, sendo que a maioria prefere não se envolver formalmente, que “na questão de briga de casal e essas coisas assim a gente não deve intervir” (Entrevistado 4), referindo esta colocação ao bordão popular existente de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, demonstrando que está praticando de não intervir em conflitos domésticos pode ser parte da rotina local, mas, uma entrevistada diz: “Eu ligaria para a brigada. Se for o caso eu chamaria a SAMU, já fiz isso de vê o cara sair de revolver, pega e liga imediatamente pra lá e ser bem atendida” (Entrevistado 5). O envolver-se em desentendimentos fica representada de maneira muito subjetiva a vivência do entrevistado, do comportamento que este emprega para lidar com este tipo de conflito.

Fica evidente nas entrevistas que a ação de grupos criminosos na região altera a rotina dos indivíduos, mesmo com a apresentação dos entrevistados de que ali é um lugar bom para se morar e que há tudo que se precisa. O processo de favelização vivenciado pela região após a invasão dos blocos residenciais contribuiu para a inserção destes indivíduos devido ao desregramento e ao desamparo público. As pessoas têm sua liberdade restrita, pois à noite estão à mercê das violências, e quando vão comentar sobre quais são as práticas positivo-negativas e o que alterariam na região, identificam o problema das drogas e da morte como fato negativo principal, Gaviria M. (2008, p. 94)

Enfim, medos diante dos quais as pessoas de ambas as gerações adotam estratégias de prevenção, privando-se de sair à noite (evitam frequentar festas, bares e lanchonetes onde se reúnem os jovens à noite), de transitar por certos espaços e de serem precavidos nos encontros com aquele outro “perigoso”, pois sabem que, nessas circunstâncias, estão mais vulneráveis à violência. Como assinala Young (2002), o aumento das taxas de criminalidade alimenta o medo público do crime e gera padrões de comportamento de evitação. Do ponto de vista desse autor, vivencia-se um fenômeno de exclusão gerado pelo crime.

Como a pesquisa foi realizada somente com adultos, fica expresso no discurso destes que o descaso vivenciado na saúde, segurança, educação, falta de emprego e oportunidades como fatores que segundo eles seriam responsáveis pelos problemas encontrados na área. A ação da polícia em regiões de criminalidade acentuada foi observada neste questionário para identificar uma possível relação existente entre a comunidade e esta instituição, representada pela Brigada Militar que é responsável pelo policiamento ostensivo e está em contato direto com a população e que será observado no próximo item.

4.2 A Brigada Militar e a aproximação com a comunidade

A atuação das forças policiais é apresentada por trabalhos de diversos estudiosos das ciências sociais ao longo dos últimos vinte anos, principalmente resgatando a forma truculenta de atuação dos agentes policiais, relatados por ações realizadas em comunidades carentes e estigmatizadas encontradas em periferias pobres e faveladas, onde a violação dos direitos dos indivíduos é representada por: espancamentos; abusos de autoridade em interrogatórios; linchamentos públicos; queimas de arquivo por grupos de extermínio; invasões de domicílios realizados pela necessidade de efetivar uma resposta a sociedade geral frente aos atos violentos vivenciados nestas regiões; para firmar a posição de poder incorporado no ethos do agente policial que representa o estado e deve ser um reflexo de como este atua frente aos problemas sociais; pela ação de agentes corruptos que com suas atitudes criam um distanciamento da população dos mecanismos punitivos ou de resolução de conflitos disponibilizados pelo estado. Paralela a estas práticas encontra-se a ação de grupos criminais, até o ponto de por em cheque no ano de 2006 a segurança pública em todas as esferas, com a explosão do conflito deflagrado pelo sistema prisional de São Paulo¹⁵, corroborando para a imagem negativa das instituições de segurança, graças à repercussão promovida pela mídia. Machado (2002), Peres MTF. (2008), Oliveira (2010), Huggins (2010).

O modelo de forças policiais adotado no país segue a estrutura herdada do regime militar, com vícios apontados anteriormente, mas que apesar de tudo vêm apresentando uma evolução sistemática em suas relações com a sociedade, seja pela atuação de mecanismos de

¹⁵ SALLA, Fernando. **A Crise na Segurança Pública no Brasil**. In: Tópicos, Berlim: Revista da Sociedade Brasil - Alemanha, ano 45, nº 3, p.24-5, 2006.

regulação e denúncia dos possíveis abusos cometidos através da ação do Ministério Público e das Promotorias de Justiça dos estados, ou pela melhora na capacitação dos profissionais, seguindo a evolução na construção de uma Política Nacional de Segurança Pública, regida pelo Ministério da Justiça e implementado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci¹⁶.

No estado do Rio Grande do Sul a Brigada Militar é a instituição que dispõe das prerrogativas constituídas legalmente para agir em situações a qual esteja em risco os indivíduos, o patrimônio público entre outros, e esta vinculada a Secretaria de Segurança Pública do Estado do RS. É organizada de forma a seguir uma hierarquia militar similar as patentes e postos dos oficiais do exército, e o ingresso na corporação é realizando mediante concurso público, sendo que para os cargos de oficiais - Capitão e superiores são obrigatórios aos candidatos possuir bacharelado em ciências jurídicas ou sociais¹⁷¹⁸.

Dentro deste referencial teórico é que foi realizada a entrevista no Condomínio Rubem Berta para buscar a visão dos indivíduos sobre a Brigada Militar. Segundo o histórico social da região que está em uma área invadida e sofre de problemas socioeconômicos e de criminalidade representada por assaltos e homicídios relatados nas entrevistas e que alteram a rotina dos indivíduos criando nestes o sentimento de medo e insegurança, foram feitos os seguintes questionamentos – 5.3) Como você observa a atuação da Brigada Militar no bairro?

¹⁶ SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estud. av.* [online]. 2007, vol.21, n.61, pp. 77-97. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142007000300006.; _____. Segurança pública: presente e futuro. *Estud. av.* [online]. 2006, vol.20, n.56, pp. 91-106. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142006000100008. Site Ministério da Justiça, Pronasci <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRIE.htm>> consultado em 1 de junho de 2011.

¹⁷ Missão da Brigada Militar. Site <<http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Institucional/Missao.aspx>>, acessado em 1 de junho de 2011.

¹⁸ MUNIZ, Jacqueline de Oliveira, PAES-MACHADO, Eduardo. **Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento.** *Cad. CRH* [online]. 2010, vol.23, n.60, p. 439. Apresentam-se as funções e a ação da força policial e os constantes conflitos envolvidos para a aplicação de suas prerrogativas legais, pois, “Em contraste com a doutrina da força máxima que norteia as forças armadas, a polícia pauta sua atuação pelo princípio da força mínima, visando a sustentar um determinado pacto político, assentado sob direitos e garantias, que se deseja construído com ou sob a autorização de indivíduos ou grupos policiados (Brodeur, 2004). Dito de outra maneira, busca-se garantir uma forma estatal e estável de governo, afirmando e restituindo os limites sobre os usos e abusos de poder entre os indivíduos e deles com o próprio Estado e seus agentes, sob o império da lei. [...] Pode-se afirmar, então, que a relação da polícia com a cidadania é de complementaridade, que se evidencia em um jogo de negociação de verdades, de afirmação e negação, de legitimação e deslegitimação diante da ordem político-social ambicionada ou do escopo do pacto construído, se para alguns ou para todos. A relação da polícia com a cidadania revela, assim, uma tensão criadora e criativa que põe em relevo os modos concretos do governar e seus efeitos em uma dimensão mais sensível e crítica: o exercício autorizado do poder coercitivo ali “nas esquinas”, entre nós, que explicita, questiona e redefine os limites e os sentidos do fazer policial pela afirmação de direitos constituídos ou na emergência de direitos difusos e novos direitos.”

5.4) Caso seja necessário buscar o auxílio da polícia para resolução de um conflito, você o faria?

Sobre a atuação da Brigada Militar a maioria das respostas é positiva, não existindo relatos de abusos, mas sim a existência de um bom relacionamento em determinados casos: “Sim... Aqui na escola a gente busca muito a brigada, em várias situações. Situações de agressão. Jovens que não são da escola entrando na escola” (Entrevistado 02); “Mais ou menos (devido a insegurança local), por causa de que eu chamo eles, converso com eles... e pra mim não tem problema”(Entrevistado 06); “Pra mim hoje ta bem, por que quando eu vim pra cá diferença é bastante. Antes tu via muito pouco. [...] Sim eu tenho até o telefone, eles me deixaram o telefone deles mesmo pra ligar caso desse alguma coisa” (Entrevistado 08). Como os homicídios e a violência imposta pelos usuários/comerciantes de drogas esta presente na região, alguns comentários estão relacionados à falta de eficiência na atuação da Brigada Militar, não sendo esta uma exclusividade observada na região, pois se fosse aplicada pesquisa semelhante em outra localidade certamente a insegurança estaria presente nos discursos devido à violência difusa na sociedade atual.

Mas o importante a ser destacado é que mesmo com o histórico do local, e talvez por serem todos os indivíduos adultos¹⁹ estes buscariam caso necessário à força policial para tomar providências para resolução de conflitos, demonstrando que existe por parte deles uma confiança nos mecanismos legais de regulação social disponibilizados pelo estado.

Para se ter uma posição oficial da corporação, qual a visão que estes têm dos problemas vivenciados pelas comunidades localizadas na área, e se existem programas específicos para a região foi realizada uma visita à sede 20º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR (BPM) "Btl Maj. Vieira" localizado na Rua Emilia Estefany Aloisio, 89 no bairro Jardim Lindóia, responsável pelo policiamento região onde se localiza o Complexo Rubem Berta. Após uma troca de e-mails com a responsável pela comunicação social do batalhão, foi agendada uma entrevista com o Tente Coronel Paulo Ricardo Quadros, comandante do mesmo.

Para realizar a entrevista ao comandante relacionando a temática da pesquisa foram propostas as seguintes questões: 1 - Existe algum plano específico de patrulhamento para a região do Condomínio Rubem Berta, tendo em vista a característica urbana e social da região? 2 - É sabido que a região apresenta índices preocupantes de homicídios, sendo estes presentes no discurso dos entrevistados, existe alguma ação específica sob esta problemática? 3 - O

¹⁹ Como não foram entrevistados jovens, não há visão destes da atuação da força policial na região.

problema do consumo de drogas, tráfico e briga entre gangues aparece como um dos fatores que causa preocupação e instabilidade na região, pois frequentemente discussões entre grupos rivais terminam, segundo o relato dos moradores com mortes. Qual a visão/atuação da polícia frente a este problema? 4 - O acesso e convívio da Brigada Militar com os moradores da região aparece como satisfatória. Isto é fruto de alguma ação de convivência específica da brigada com os moradores, ou lideranças comunitárias? A realização da entrevista foi agendada com antecedência, sendo solicitado que fossem encaminhadas às questões pretendidas por e-mail.

A entrevista foi marcada para o final da manhã, e após uma conversa com os soldados que estavam na unidade, fui informado que normalmente o comandante cumpre seu horário pela parte da tarde, mas que ele compareceria ao local para conceder a entrevista. Após um tempo de espera, fui conduzido pela responsável pela comunicação social até a sala do oficial e após apresentar-se formalmente ao Tente-Coronel teve início à entrevista.

Iniciando os questionamentos, este discorreu sobre a área de atuação do batalhão que representa segundo o senso do município 30% da população de Porto Alegre ou 128 bairros/vila podendo ser observados na imagem 16 (p. 96). A região que corresponde o batalhão apresenta uma extensão territorial ampla, além de ser divisa com três municípios – Cachoeirinha, Alvorada e Viamão. Relata como se deu a ocupação dos núcleos residenciais, e indica que existem na região áreas que seguem sendo invadidas, citando que:

Então nesta área um exemplo bem claro é o Timbaúva 3 divisa com Alvorada. É uma área que o governo ta lá, mas tão invadindo, cada vez mais tão construindo residências irregulares, em locais irregulares, que provavelmente agora no inverno o que vai acontecer, o arrio deve encher e deve entrar em calamidade pública principalmente aquela área, porque órgãos municipais e estaduais têm de tomar posições referente a essas habitações irregulares. E ai vira casa de polícia. Quando departamentos, órgãos municipais, estaduais e federais não tomam suas providencias que devem tomar, estoura ou na educação ou na segurança publica. (Tem.Cor. Quadros)

Fica exposto em seu discurso que os problemas de ocupações irregulares estão presentes na região a vinte e cinco anos, começando com a ocupação dos apartamentos, e seguirão acontecendo se não forem tomadas medidas efetivas pelos demais órgãos responsáveis, responsabilizando assim os governos pela situação encontrada, que culmina com a intervenção policial.

Sobre a ação da corporação no complexo Rubem Berta, destaca que existe um programa realizado com as lideranças comunitárias, onde são apresentadas as demandas pelo representante dos bairros para que em conjunto com a brigada sejam realizados planos de

ação para serem empreendidos na localidade. Dentre as ações preventivas enfatiza a ação realizada para confecção e distribuição de identidades gratuitas a uma comunidade carente local, aproximando a instituição das pessoas.

Sobre a questão envolvendo o problema dos homicídios e o tráfico de drogas, ele expressa de maneira que “É infelizmente 90% dos homicídios que acontecem no complexo Rubem Berta tem envolvimento direto ou indireto com entorpecentes, no uso, na posse ou no tráfico de entorpecentes, não tem não pagar, quando tu não paga a dívida de drogas tu paga com tua vida” (Tem.Cor. Quadros). Esta afirmação confirma as estatísticas que jovens envolvidos com drogas ou comportamentos desviantes são às vítimas principais de assassinatos, valendo também para o caso do Condomínio Rubem Berta. As últimas questões foram respondidas juntas pelo entrevistado, discorrendo este sobre diversos temas, enfatizando a necessidade de valoração da educação para os jovens, e compartilhando a responsabilidade por ocorrências devido à má atuação de órgãos municipais que segundo ele não cumprem sua parte na gestão pública de demandas sociais. Fala também sobre a atuação da Brigada Militar de maneira que “Agora nós a polícia ostensiva, a Brigada Militar, os professores heróis anônimos, nós passamos 24 horas dentro destas comunidades carentes que necessitam de carinho. Carinho” (Tem.Cor. Quadros). O “carinho²⁰” é demonstrado segundo ele para os moradores em ações com líderes comunitários, e em festividades promovidas pela corporação, sendo algumas destas:

²⁰ O policiamento comunitário no estado de São Paulo foi analisado em uma pesquisa que aponta segundo a visão dos coronéis responsáveis pelo programa uma evolução favorável nas localidades que existem programas específicos, ressaltando a necessidade de haver uma complementação nos serviços públicos de educação, saúde, na mesma linha observada no discurso do comandante do 20 BPM. Sobre os benefícios do policiamento comunitário, apresenta-se que [MESQUITA NETO, Paulo de. **Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar**. São Paulo Perspec. 2004, vol.18, n.1, p. 107]: “As razões pelas quais o policiamento comunitário é considerado eficaz na prevenção do crime são variadas na visão dos coronéis. Primeiro, o policiamento comunitário é um tipo de policiamento voltado para a prevenção criminal, e não apenas para o atendimento de ocorrências e investigação criminal. Segundo, o policiamento comunitário promove a integração dos esforços da polícia e da comunidade na tentativa de eliminar as causas da violência. Terceiro, o policiamento comunitário integra a polícia e a comunidade na definição de prioridades em relação à prevenção criminal e permite a adequação da atuação da polícia às necessidades da comunidade. Quarto, o policiamento comunitário, pela aproximação entre a polícia e a comunidade, é um tipo de policiamento que permite a melhor administração e resolução de conflitos e problemas na sua origem. Quinto, o policiamento comunitário, também pela aproximação entre a polícia e a comunidade, é um tipo de policiamento que aumenta a segurança e a motivação dos policiais e dos membros da comunidade no enfrentamento da criminalidade.



Imagem 13; 14; 15: Ação junto ao Beco dos Coqueiros; Distribuição de presentes de natal; Ação realizada com os pais de alunos da escola Argentina, vizinha ao batalhão.
Fonte: Comunicação Social 20 BPM.

Esta aproximação que existe entre a corporação e a comunidade não foi dita pelos entrevistados, nem mesmo pelas representantes da associação local, o relato apresentado foi o bom trato existente por parte de brigada para o atendimento das solicitações de intervenção.

As observações realizadas no Condômino Rubem Berta indicam que sob representação social da violência expressa no cotidiano dos moradores está a identificação de medo existente em transitar pelas ruas, a ameaça presente na ação dos traficantes e consumidores de drogas que alteram a rotina local representado pelos indivíduos entrevistados como sendo a noite o período em que atos de violação ocorrem, sendo saldo desta atividade a morte dos maus pagadores e de eventuais inocentes não precavidos que cruzem seus caminhos, ficando seus corpos expostos nas ruas, gerando uma violência real que não é negada em seus discursos. Sendo esta violência presente no cotidiano é importante a análise visada da força de polícia ostensiva que atua na área, a aceitação e a comunicação existentes entre as partes, não sendo relatados possíveis abusos cometidos por estes. Como apresentado pelo comandante os programas implementados na região podem ser fatores que tornem esta instituição mais

próxima dos indivíduos, bem como o trato destes com as lideranças locais que encaminham reivindicações específicas, facilitando assim a ação conjunta da comunidade/corporação.

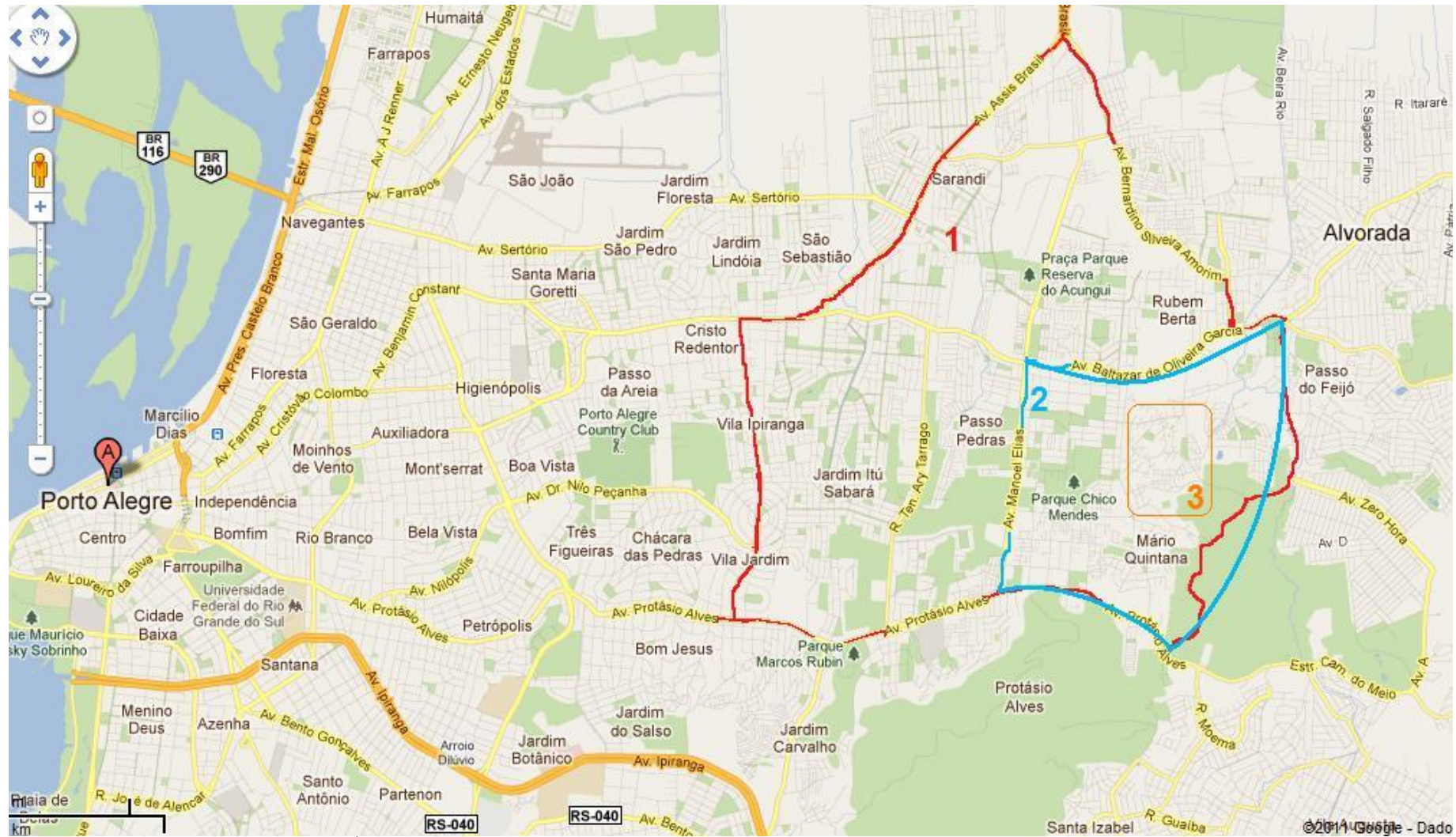


Imagem 16: Mapa de Porto Alegre, 1 – Área de atuação do 20BPM; 2 – Grande Rubem Berta; 3 – Condomínio Rubem Berta.
 Fonte: Medeiros (2011)

5 CONSIDERAÇÕES NÃO TÃO FINAIS

A construção da sociedade brasileira, elencada nas alterações mundiais do enfraquecimento do emprego, perda das relações de sociabilidade, difusão de novas práticas e arranjos sociais esta presente no cotidiano dos moradores tanto das áreas urbanas quanto rurais.

O processo de globalização e reedição dos mercados globais, Giddens (2005); Castells (1999) encontraram na estrutura econômica brasileira uma forma peculiar de atuação. Segundo as disparidades estruturais hierárquicas construídas ao longo da história do país, a concentração de renda e a diferenciação entre os mais ricos e o mais pobres é abissal, Soares (2005). A escalada mundial da violência, apoiada na substituição dos padrões existentes na modernidade, leva a formação de pressupostos e, segundo Young (2002) apresenta-se o aumento real do risco; a revelação, onde grupos de mídia e institutos de pesquisa apontam novas práticas de violência e a quantificam em uma escalada crescente e com cada vez mais peculiaridades; expectativas crescentes, onde o risco de ocorrer uma eventual crise é latente; reserva, onde a alteração no mercado de trabalho provocou o deslocamento da mão de obra, alterando o padrão de sociabilidade de bairros, e causando uma instabilidade nas sociabilidades locais; reflexividade, a incerteza da incerteza; e a refração, onde os meios de comunicação de massa exibem uma pletora de imagens de criminalidade e desvio coletadas no mundo.

Na sociedade atual, essa crise caminha para a análise proposta de que a situação envolvendo o fenômeno da violência na sociedade brasileira, seja de maneira individual ou coletiva, estão representando uma crescente: demanda por ordem; discussão sobre a fragilidade do Estado que encaminha para um propósito comum, o de punir mais, com maior eficiência e maior exemplaridade; ampliação de medidas que podem ser preconceituosas, como a simples ampliação de efetivo em locais considerados celeiros do crime; uma crescente busca da substituição dos direitos penais existentes para os bandidos em troca de um endurecimento penal; polarização dos discursos que defendem novas práticas e mecanismos punitivos, frente aos que encaminham a discussão para o aperfeiçoamento dos mecanismos legais de contenção dos crimes; um obsessivo desejo de punir, Adorno (1998).

Dentro desta análise da questão envolvendo a violência, este trabalho partiu para o trabalho de investigação das sociabilidades existente no Condomínio Rubem Berta e possíveis

representações sociais existente entre os moradores sobre a situação da violência. Analisando dados relativos ao Condomínio Rubem Berta, verificou-se que este sofre um processo conturbado de ocupação no final dos anos de 1980, pois o conjunto pertencia a COHAB e havia sido desenvolvido para abrigar 20 mil moradores. Após o processo de ocupação, as áreas verdes destinadas a espaço de convivência entre os blocos foram apropriados por novos invasores que construíram as garagens. Passados vinte anos da invasão inicial, este conjunto tornou-se um híbrido potencial, onde as vivências existentes entre os moradores são diversas.

Para compreender os mecanismos existentes nas relações dos indivíduos da área optou-se por seguir o modelo da Teoria das Representações Sociais, Moscovici (2009), valendo-se das abordagens feitas sobre a temática violência/representações baseadas em Porto (2010; 2006; 2002; 1999). A prática da análise das representações sociais serve para investigar as relações existentes entre os indivíduos mesmo de que forma simbólica, em verdades não ditas, gestos, ou através de expressões que envolvam a realidade. Para analisar o Condomínio Rubem Berta, optou-se por elaborar uma entrevista seguindo um roteiro pré determinado de repostas livres, para buscar dentro do discurso dos indivíduos as possíveis práticas sociais existentes.

Sob o emprego das entrevistas ficou evidenciado que a região convive com o problema de homicídios, vivenciado e presenciado pelos entrevistados, não negado, mas sim vinculado em todos dos discursos à atuação de jovens envolvidos com o consumo ou tráfico de entorpecentes, pratica apresentada no tópico 2.2 nas descrições feitas por Zaluar (2004) sobre a incorporação de um ethos de masculinidade e virilidade por grupos de jovens que ao se envolver com práticas delituosas, são condicionados a exacerbar um comportamento violento utilizando principalmente armas de fogo para resolução de conflitos, como o observados nos dados da evolução dos homicídios no Brasil. A ação destes jovens restringe a liberdade dos indivíduos, seja no momento em que estes abordam o assunto, ou então no momento que estes têm sua liberdade de circulação restrita principalmente no período da noite. Os moradores locais evitam determinadas ruas, determinados pontos e principalmente o andar sozinho depois de certo horário.

O resgate teórico realizado sobre a atuação das forças policiais em comunidades carentes marcou negativamente a ação destas forças, pois segundo os textos, os relatos de abusos e práticas que violam os direitos dos indivíduos permeiam a relação sociedades carentes/polícias. Para verificar como esta relação se da na região do Rubem Berta foi proposto duas perguntas específicas para os entrevistados. Suas respostas foram relacionadas ao sentimento de insegurança e desamparo causados principalmente pela ação dos grupos

traficantes e os homicídios presenciados na região. Mas sobre a atuação e o acesso a Brigada Militar as respostas mostraram-se positiva, não sendo relatados abusos ou violações por parte dos agentes policiais contra a comunidade, e ainda a existência de um bom relacionamento entre sociedade/instituição. A posição oficial da corporação responsável pelo policiamento na região do condomínio preocupou-se em responder as questões de maneira a compartilhar as responsabilidades pela desestruturação local, que resultam na atuação da polícia, com os demais órgãos que deveriam estar agindo na região, sejam eles federais, estaduais e municipais. Destaca que existem programas realizados entre o comando do batalhão e os representantes sociais das associações para o planejamento de ações táticas de combate ao crime, agindo assim diretamente nas situações mais demandadas. Além da existência de programas que tentam mudar a visão dos indivíduos para com a polícia, destacando a ação em escolas, distribuição de documentos de identificação e presentes de natal para crianças.

O Condomínio Rubem Berta é uma região com problemas estruturais sérios como submoradias, falha no atendimento público, mas, sobre as representações sociais de violência concreta fica o sentimento de medo existente pela população local, e a restrição imposta por esse a sociabilidade da região no momento em que se evita circular pelas ruas à noite. As práticas empregadas pela Brigada Militar aproxima a população da corporação. A busca de resoluções de conflitos com mecanismos legais fica expressa no momento em que os moradores buscam formas legais para resolução de conflitos, evidenciando assim que não há falta de legitimidade do Estado na região, mesmo sendo a região uma das áreas mais violentas do município, imagem difundida pelos meios de comunicação que de forma recorrente apresentam casos de violência e delitos praticados na área.

6 REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 10(1): 19-47, maio de 1998.

_____. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Porto Alegre: Sociologias, ano 4, nº8, jul/dez, p. 84-135, 2002(a).

_____. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In. MICELI (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Ampocs/Sumaré, 2002(b).

_____. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. Jornal de Psicologia - PSI, n. Abril/Junho, p. 7-8, 2002(c).

AGUIAR, Douglas Vieira de. **Tradição Urbana e as Vilas Populares de Porto Alegre**. Porto Alegre: Revista ARQTEXTO nº 7, p. 26 – 41, 2005.

_____. **Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos**. *Soc. Estado*. [online]. 2009, vol.24, n.3, pp. 739-766. ISSN 0102-6992.

ARRUDA, Angela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. *Cad. Pesqui.*[online]. 2002, n.117, pp. 127-147. ISSN 0100-1574.

AZEVEDO, Rodrigo G. Violência e segurança pública em uma perspectiva sociológica. In. SANTOS, Hermílio (org.). **Debates Pertinentes: para entender a sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

_____. **Criminalidade e justiça penal na América Latina**. Porto Alegre : Sociologias, ano 7, nº 13, jan/jun, p. 212-241, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRITO, Daniel C. de; BARP, Wilson J. **Ambivalência e Medo: faces dos riscos na Modernidade**. Porto Alegre: Sociologias, ano 10, nº 20, jul./dez. p. 20-47, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **CPI do Sistema Carcerário: Relatório Final**. Brasília, 2008.

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução Ingrid Muller. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. v. 1**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FEDOZZI, Luciano. **A Experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Tomo Editorial, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: 32ª ed. Vozes, 1987.

GAVIRIA M., Margarita Rosa. **Controle social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo**. *Sociologias* [online]. 2008, n.20, pp. 72-107. ISSN 1517-4522. doi: 10.1590/S1517-45222008000200005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 598 p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: 1961, 7ª ed. PERSPECTIVA S.A.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HUGGINS, Martha Knisely. **Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível**. *Cad. CRH* [online]. 2010, vol.23, n.60, pp. 541-558. ISSN 0103-4979. doi: 10.1590/S0103-49792010000300007.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MACHADO, Eduardo Paes and NORONHA, Ceci Vilar. **A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas**. *Sociologias* [online]. 2002, n.7, pp. 188-221. ISSN 1517-4522. doi: 10.1590/S1517-45222002000100009.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar**. *São Paulo Perspec.* [online]. 2004, vol.18, n.1, pp. 103-110. ISSN 0102-8839. doi: 10.1590/S0102-88392004000100013.

MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Porto Alegre: Civitas, v. 8 n. 3 p. 371-385 set.-dez. 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 404 p.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira and PAES-MACHADO, Eduardo. **Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento**. *Cad. CRH* [online]. 2010, vol.23, n.60, pp. 437-447. ISSN 0103-4979. doi: 10.1590/S0103-49792010000300001.

NEME, Cristina. **A Instituição Policial na Ordem Democrática: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência

Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Sérgio Pinheiro. Dezembro de 1999.

ORTNER, Sherry. **Poder e Projetos: reflexões sobre agência**. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). Conferências e diálogos. Saberes e práticas antropológicas. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. **Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici**. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2004, vol.19, n.55, pp. 180-186. ISSN 0102-6909.

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al. **Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo**, Brasil. *Rev Panam Salud Publica* [online]. 2008, vol.23, n.4, pp. 268-276. ISSN 1020-4989. doi: 10.1590/S1020-49892008000400007.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da Violência**. Brasília: Verbana Editora, 2010.

_____. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 250-273, 2006.

_____. **Violência a meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: *Sociologias*, ano 4 nº 8, jul/dez, p. 152-171, 2002.

_____. **A violência urbana e suas representações sociais: o caso do Distrito Federal**. São Paulo em Perspectiva, vol. 13, n.4, p. 130-135. 1999.

RIBEIRO, L. C. Q. **A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. In: Ribeiro, L. C. Q. (org.), *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*, São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/FASE, 2004.

RIGATTI, D. **Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no conjunto Rubem Berta**. Tese de doutoramento, USP, São Paulo, 1997.

SALLA, Fernando. **A Crise na Segurança Pública no Brasil**. Tópicos, Berlim: Revista da Sociedade Brasil - Alemanha, ano 45, nº 3, p.24-5, 2006.

SANCOVSCHI, Beatriz. **Sobre a noção de representação em S. Moscovici e F. Varela**. *Psicol. Soc.* [online]. 2007, vol.19, n.2, pp. 7-14. ISSN 0102-7182.

SANTOS, Milton, **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: 5ª ed. Studio Nobel, 2000 (Coleção Espaços).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. RJ/SP: 6ª ed. Ed.Record, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Rosimeri A. da; TASCETTO, Leônidas R.. **Direitos humanos e polícia**. Porto Alegre: Civitas, v. 8, n. 3, p. 454-465, set.-dez. 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. *Estud. av.* [online]. 2007, vol.21, n.61, pp. 77-97. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142007000300006.

_____. **Segurança pública: presente e futuro**. *Estud. av.* [online]. 2006, vol.20, n.56, pp. 91-106. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142006000100008.

_____. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. PEREIRA, Carlos A. M. et al. **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000a.

_____. **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b.

SOBOTTKA, Emil A. Justiça social e democracia na modernidade periférica. In. **Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea**. Org. Hermílio Santos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SOSTER, Ana Regina de Moraes. **A complexidade e o Shopping Center Iguatemi de Porto Alegre**. UNIrevista - Vol. 1, n°3, junho 2006.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

_____. **Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “Modernidade Tardia”**. São Paulo em Perspectiva, 18(1), p. 3-12, 2004.

_____. **Novos processos sociais globais e violência**. São Paulo em Perspectiva, 13(3), p. 18-23, 1999.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Sites Consultados

AMORB, consultado em 10 e maio de 2011. < <http://amorbrubemberta.blogspot.com/>>

Youtube. **dasgarAgens**. Consultado em 13 de agosto de 2010. <<http://www.youtube.com/watch?v=TUwvqkQdiII>>

Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN. **Mapas e Estatísticas: Região Metropolitana de Porto Alegre**. Consultado em 14 de julho de 2010. <http://www.metroplan.rs.gov.br/mapas_estatisticas/au_rmpa.htm>

Organization of American States: Executive Secretariat for Integral Development – SEDI. **A Economia Chinesa e as Normas Antidumping da OMC.** Disponível em: <http://www.sedi.oas.org/DTTC/TRADE/PUB/STAFF_ARTICLE/tav02_chin.asp>

Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição de 1988.** Consultado em 7 de julho de 2010. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>.

ANEXOS

Transcrição das entrevistas:

Entrevistado 1:

P1

Resposta: A oportunidade de ter minha casa própria.

R 1.1: Situação desumana de habitar aqui

R 1.2: Não.

R 1.3: Dois meses depois da invasão

P2:

R: Não participo.

R 2.3: Mas sim, existe sim, tem bastante. E é positiva.

P3

R: Muito pouca atenção com o bairro.

P4

R: Maravilhosa! Tranquilo. Não tem problema nenhum.

P5

R: Eu me sinto tranquila.

R 5.1: Tranquila também. Eu sou conhecida e ser viver no ambiente onde eu vivo.

R 5.2: Se não me diz respeito eu não me meto.

R 5.3: Descaso.

R 5.4: Eles só vem depois do caso passado. Depois da ocorrência.

P6

R: Meu deus do céu... O que eu vou dizer: Terra sem Lei. Aqui é terra sem lei sim, aqui constroem onde quiserem, fazem o que querem.

R 6.1: Eu acho que o que tem de melhor aqui é o transporte coletivo.

R 6.2: (sussurro) Tráfico.

R 6.3: Eu colocaria em primeiro lugar a assistência médica, que eu acho que é a pior dos piores aqui dentro, e educação também é a pior dos piores. Que os moradores daqui têm de sair fora pra ter um filho em uma escola um pouquinho melhor.

Entrevistado 2:

P1

R: Não reside no bairro.

P2

R: Diretamente no bairro não, mas como sou professora da escola, eu trabalho com o conselho escolar, então ele agrega todos os representantes da comunidade, tanto os pais, os alunos e representantes de outros segmentos. Mas fora da escola não tenho nenhuma atuação.

R 2.3: Tem a associação de moradores que é a AMORB, que durante muito tempo foi presidida pelo Paulinho Rubem Berta, que foi eleito vereador; ele atua bastante na comunidade e agrega vários projetos sociais, várias opções para a comunidade.

P3

R: Ta sempre muito relacionado a essas políticas mais institucionais, então ta ligado a participação da escola, via escola, muitos projetos chegam a comunidade, mas outras ações acabam não se destacando.

P4

R: Olha... han, eu acho que tem até uma boa relação assim, por que essa comunidade cresceu entorno da escola. A escola veio pra cá e foi se ampliando, ao mesmo tempo, a escola é um pouco depredada, deixada um pouco jogada pela comunidade, talvez não tenha uma relação tão boa quanto se espera.

P5

R: Bem tranquilo assim, não tenho nenhum problema com relação a isso.

R 5.1: A noite já tenho um certo receio assim.

R 5.2: Diretamente eu não interviria com certeza. Até porque eu já vivenciei situações aqui de maior violência, enfim, não faria nenhuma intervenção, acho que eu me retiraria o mais rápido possível.

R 5.3: Olha, de uns tempos pra cá tem sido bem presente. Eles reativaram o posto que fica mais abaixo aqui na rua. A escola sempre que precisa conta com apoio. E tenho visto muito a brigada circulando.

R 5.4: Sim... Aqui na escola a gente busca muito a brigada, em várias situações. Situações de agressão. Jovens que não são da escola entrando na escola.

P6

R: É uma comunidade tipicamente de periferia com todas as desigualdades, diferenças, enfim...

R 6.1: Eu acho que a associação de moradores é fundamental para essa comunidade, porque eles têm ali uma série de propostas, alternativas, acaba tendo um respaldo pra quem tem moradia irregular, pra quem tem uma situação realmente mais carente assim...

R 6.2: Olha eu acho que é na verdade, a consequência da situação de miséria, e ... Que é do tráfico, das drogas, que não tem como tu te uma intervenção direta, e isso acaba intervindo na vida de todos da comunidade.

R 6.3: Eu acho que é essa política que tem que estar relacionada a essa questão da droga, do tráfico.

Entrevistado 3

P1

R: Eu me separei e vim aqui morar com minha mãe.

R 1.1: Foi bem tranqüilo.

R 1.2: Pois ta mais tranqüilo agora, porque antes não era. Antes era muito... era mortes, que eu via, eu via pessoas mortas na rua, uma vez por mês tinha gente morrendo, eu até mesmo vi uma vez a pessoa atirando no rapaz, talvez seja por motivo de droga, mas eu vi.

R 1.3: Fazem três anos que moro aqui.

P2.

R: Sou coordenadora da Escola Aberta aqui na escola.

R 2.1: Foi a convite da direção. A direção me convidou como eu sou moradora daqui, resido perto da escola. E eu trabalho aos finais de semana no Escola Aberta, que é um projeto do governo, e também no Mais Educação.

R 2.2: Há, as pessoas que participam eu acho assim: que eles não tem interesse, não, porque tem várias oficinas no escola aberta ao finais de semana. Nós temos oficina de boxe, oficinas de apoio pra quem tem problema familiar, ou pra pessoas que tem dependência com a droga, álcool e vem poucas pessoas. Os alunos da escola, eu já fiz pesquisa de opinião aqui na escola, mandei que mandassem pra casa para os pais responderem e vi que eles querem mais informática, a questão da informática na escola.

P3

R: Há, tem o vereador aqui, o Paulinho da Rubem Berta, ele participa bastante pelo que eu vejo. Ele faz muitas coisas. Olha eu não sei te informar direito, até porque quando eu estou na escola eu solicito pra direção e ela já tem onde recorrer, assim direto.

P4

R: Os meus vizinhos, os poucos que eu conheço são bons, pessoas boas, trabalham fora. Isso que eu posso dizer.

P5

R: De dia eu acho que é tranquilo.

R 5.1: Olha, quando tipo eu saio, vou a uma festa, eu tenho receio de vir pra casa. Mas a noite por exemplo, quando eu vim da faculdade as 10 horas da noite mais ou menos, quando eu fui abri o portão, eu vi 3 caras matando um motoqueiro, então o retorno que eu tenho medo, na volta. Eu percebo, e então eu vi aqui na rua principal, na Adelino eu percebo que tem pessoas se drogando em plena madrugada, sabe... Fumando, cheirando cocaína. Eu vi, vejo, mas e daí... Eu até sei que eu posso telefonar pra polícia e não me identificar. Mas só que eu to correndo um risco né.

R 5.2: Ai eu não me meto né... Eu não iria fazer nada.

R 5.3: Quando estava havendo muita violência, muita morte, a dois anos a traz mais ou menos, abrigada estava mais ativa... Sabe, ela passava várias vezes. Depois desse rapaz que eu vi em 2008 para 2009, quando eu vi esse rapaz que mataram na Adelino ali, a brigada começou, a partir desse dia a passar mais vezes, e a intensificação era maior, todo dia, toda noite era maior, agora eu vejo que não ta mais acontecendo, é de vez em quando sabe.

R 5.4: Claro, com certeza.

P6

R: Olha não sei, eu descreveria assim, como eu sou moradora aqui.

Eu acho que é um bairro, aparentemente calmo, as pessoas, a comunidade, as pessoas com que tu esta convivendo, as pessoas que tu passa por elas, ou as pessoas com quem eu já conversei são um pouco agressivas na maneira de se expressar, de chega, fala se expressar. Até mesmo aqui na escola, as pessoas, os pais de alunos, as mães de alunos, elas já vem 'chigando', não vem com uma certa educação, né, há ela já vem – “porque essa escola aqui de merda, porque esses professores essa direção não presta, porque eu vou tirar meu filho daqui”... Mas isso não de todos, mas isso eu já vi de alguns, mas isso de uns três ou quatro pais, em relação aos alunos todos, são mais de 1000 alunos na escola.

R 6.1: há o que tem de bom às vezes é o hip hop, que eles fazem uma vez ao ano aqui na avenida. Aqui na associação às vezes a quinta feira tem almoço a 1 real pra comunidade, não tem muita coisa assim

R 6.2: Há é a violência. Negativa que eu vi são essas pessoas cheirando em plena avenida, sabe assim da noite até a madrugada, o amanhecer, tipo 6 horas da manhã.

R 6.3: Hai, alterar seria assim... Aqui é bom, aqui tem tudo, é uma cidade praticamente. O que falta aqui é um banco, uma lotérica pra poder pagar as contas. Porque tem de se deslocar até a Baltazar pra poder pagar as contas, a pé ou de ônibus, ou então ir até o centro pagar as contas. Porque aqui já teve uma lotérica aqui, mas foram fechadas, porque já mataram pessoas, o guarda, segurança na lotérica né.

Entrevistado 4

P1

R: A possibilidade de ter uma habitação um pouco mais condizente com meu trabalho.

R 1.1: Eu já peguei o bairro já formado quando vim pra cá.

R 1.2: Não.

R 1.3: 14 anos.

P2

R: Não.

R 2.3: Não tem aqui a associação dos moradores. A atuação é positiva. Bem positiva.

P3

R: Dentro do possível, dentro das demandas, algumas coisas ficaram pendentes outras estão resolvidas. É tudo a questão do cunho político, da política, isso muitas vezes inviabiliza que chegue a um objetivo. Nós usamos a associação dos moradores, recorremos a eles muitas vezes. Mas como eu falei, as questões políticas, as pendengas políticas muitas vezes impossibilitam que as coisas se realizem.

P4

R: Eu tenho a política da vizinhança assim: os meus vizinhos são meus parentes mais próximos, então eu procuro viver a minha vida, e dentro do possível, se tiver ao meu alcance, fazer alguma coisa. Quando não da paciência. Procuro ter o melhor relacionamento possível.

P5

R: Meio inseguro.

R 5.1: Pior ainda.

R 5.2: Olha enquanto cidadão eu não interferiria, porque muitas vezes as coisas são questões pessoais, familiares, que se relaciona na questão de “briga de casal” e essas coisas assim a gente não deve interferir.

R 5.3: A brigada militar dentro do possível, porque que a gente sabe muito bem que ela sofre com a carência de material humano né, a demanda é muito grande, o índice de criminalidade

crece assustadoramente 24 horas por dia, a incidência das drogas também. Mas a gente vê que a brigada faz o possível pra atender a contento.

R 5.4: se necessário sim, ou da civil, ou da brigada e até mesmo da guarda municipal.

P6

R: Um bairro que agora está um pouco mais ameno no sentido de moradia, no sentido de residir, já teve mais desfocado, e até bastante destacado nas ocorrências diárias de criminalidade. E como eu disse anteriormente né, de acordo com as condições que a polícia, a brigada, enfim a guarda atende de acordo com suas possibilidades, porque também carecem de material humano, carecem de equipamento. Mas tem dado uma amostra de melhoria, e estão atendendo dentro da possibilidade, e até que agora a coisa tá indo bem.

R 6.1: Nós temos alguns espaços sociais, têm os bares noturnos, a escola de samba, casas noturnas, e nesse sentido parece que está mais sociável que algum tempo atrás.

R 6.2: A pratica negativa que se vê é comportamental. Isso é uma coisa muito complexa, porque é o comportamento de cada um, o bom senso, o comportamento de cada um.

R 6.3: Olha eu diria assim, no geral, em 1ª lugar a questão habitacional, porque nós temos aí muitas áreas... É não seria invadida, porque assim, quando é um próprio público se diz ocupação, invasão é quando é um próprio privativo. Então nós temos ainda muitas comunidades em área de risco, em áreas de conservação ambiental, que logicamente, todos procuram o melhor, um lugar adequado e digno pra morar. Então essa busca muitas vezes se aglomeram um número de pessoas, e tomam um determinado espaço público, para que de repente, a parte pública, o poder público tome conhecimento e possa regradar, determinar, um local adequado em condições adequadas, para que essas famílias possam ter uma vida digna. Esse quesito habitacional está se expandindo muito, nós temos muito na nossa área e isso precisa ser visto, porque até gente sabe de reuniões, manifestos, enfim e as promessas, todos os anos as velhas promessas, chega a época de eleição eles se mostram, aparecem, vem visitar a gente, eles passam a mão no cachorrinho, beijam aquele menino ranhento, termina a eleição a gente não consegue falar nem com o lavador de carro deles.

Entrevistado 5

P1

R: A gente tem pouco dinheiro, isso aqui foi invadido, eu vim até pra ver do outro lado onde era legalizando. Mas chegando aqui o próprio corretor me trouxe aqui, cheguei no

apartamento, gostei da paisagem do quarto andar e terminei comprando a chave. O apartamento sem nada feito tive de fazer tudo, e gosto daqui por vários motivos.

R 1.1: aqui é um lugar q tem bastante comércio, foi se evoluindo, posto de saúde, posto da brigada. O Ônibus quando eu vim pra cá só tinha um, daí a gente se uniu com a associação, nos unimos com o Paulinho Rubem Berta e um outro presidente que tinha aqui. Conseguimos aumentar os ônibus, conseguimos legalizar os prédios. Aquela época tinha o Pedro Simom era o governador que nos ajudou muito. Ai vem aquele negócio de partido tudo. Foi que a gente conseguiu legalizar. Pode-se quitar os apartamentos pelo mínimo possível, podemos tirar escritura. O povo é bom, se uniu mesmo e procurou levantar o bairro.

R 1.2: Não.

R 1.3 : 23 anos.

P2

R: Sempre, da associação de moradores do Rubem Berta.

R 2.1: O que mais me motivou é aquilo né, que a união faz a força. Um só não faria nada. Como os prédios aqui não havia síndico não havia nada. Á água era clandestina. O núcleo também. A gente ligava de manhã, eles vinham de tarde e desligavam. E a gente queria é paga, e ter as coisas certas. Então a gente se uniu dentro da associação, junto com os outros moradores e ai conseguimos legalizar a água, legalizar a luz. Ai fomos trabalhar dentro dos núcleos, convencer as pessoas que os prédio tinham de ter um síndico, teria de pagar quantia pra fazer a conservação, pra manter o melhoramento, e nessa to ai há 20 anos.

R 2.2: Olha no início era bem melhor do que agora. O pessoal era mais unido. Ai depois todo começou a botar o síndico, conseguir seus apartamentos, ai todo mundo fica naquela. E pra ti fazer uma reunião hoje, pra ti lotar um ônibus pra reivindicar as coisas do governo é difícil. Naquela época tu ia pra esse Orçamento Participativo e tu lotava dois três ônibus, pra pedir calçamento, pra pedir coisas assim. Hoje o pessoal ta bem mais acomodado. Mas mesmo assim, ai os mais forte continuam. Nós conseguimos um ginásio aqui pra tirar os adolescente da rua. Temos o SASE aqui que tem 80 adolescente que da café da manhã, almoço, café da tarde, ajuda na parte escolar. Veio vinda as outras creches também que foram se organizando, tem o restaurante escola aqui que a gente da o curso pra ajudar eles ter uma profissão, tem a padaria, corte costura, informática.

R 2.3: Olha, tem uns que entende. Vem, se importam, se interessam. É sempre aquilo, um fala de bem, outro de mal. Como em qualquer lugar

P3

R: Eu acho que nós temos tido bastante ajuda. Sempre que a gente chama, que precisa alguma coisa. As vezes é com muita luta, vai lá e faz 10 reuniões pra conseguir. Mas a gente consegue. Tem uma boa convivência com o estado, com prefeitura, com tudo. Tem o ginásio que vai ser inaugurado, foi semi-inaugurado, falta alguma coisa ainda. Isso vai tira muita criança da rua também, pro idosos vai ter horário de ginástica, essas coisas assim. Agora tem o posto da saúde que vai abrir, nós conseguimos 3 PSF. Já tem o dinheiro tudo. Porque tem muita gente aqui. Isso aqui é realmente uma cidade, e só esse posto de saúde não dá.

P4

R: A minha é ótima. Me dou com todo mundo. Só do meu prédio eu sou síndica há 12 anos.

P5

R: de dia eu me sinto bem.

R 5.1: de noite pouca segurança.

R 5.2: Eu ligaria pra brigada. Se for o caso eu chamaria a SAMU, já fiz isso de vê o cara sair de revolver, pega e liga imediatamente pra lá e ser bem atendida.

R 5.3: Ela agora ta bem, ta bem atuante.

R 5.4: Sim.

P6

R: É aquilo que eu disse. Eu gosto daqui, acho que nós temos aqui tudo que precisamos. A gente não pode generalizar. Acho que é um bairro às vezes é muito violento, por causa de droga. Morte. É meio violento, mas fora disso é ótimo. Temos ônibus pra onde nós queremos ir, temos tudo.

R 6.1: Eu acho que uma prática aqui pra melhorar, nós teríamos de ter um posto 24h, ter segundo grau aqui que a gente não tem, às vezes o pai não tem pra pagar a passagem dos filhos. Isso é uma coisa que teria de melhorar. O posto de saúde não se fala, a gente se corta aqui as vezes tem de espera a SAMU chega. Que não tem um médico aqui pra prestar os primeiros socorros.

R 6.2: É a violência mesmo por causa da droga. Um grupo daqui um de lá, e ai...

R 6.3: Eu teria mais segurança, mais saúde e mais escola. E creche. A gente tiraria muitas pessoas da rua, as mães querem trabalha mas não tem com quem deixar os filhos, aqui tem umas 4 ou 5 creche mas não chega. E principalmente creche que fosse gratuita. Porque paga a gente tem. Mas é a pessoa que ganha um salário mínimo, paga 80 reais pra creche de um filho não tem condições. Berçário não tem.

Entrevistado 06

P1

R: Eu entrei na invasão. Naquele prédio lá. No prédio que eu tava atendendo, uma colega me falo, olha no prédio que eu to cuidando e morando lá, tem um apartamento lá que ninguém invadiu. Daí fui la e falei com o meu marido, ele disse tu qué? Eu te dou o dinheiro da passagem ida e volta, daí tu põe o cadeado e a corrente e tu põe pra mim lá. Ai quando for de noite nós vamos lá, pra ver se tu quer. Daí eu falei pobre não tem querer, não tem onde morar, paga aluguel, tem de ir e segurar. E quando foi no outro dia, nós trouxemos um forro umas coisa que não podia mudar mudança. Ai quando foi dia 10 de maio eles liberaram que podia botar mudança. Isso em 86.

R 1.1: Quando nós chegamos aqui ônibus a gente tinha de 1 em 1 hora. E a gente tinha que trabalha... ai a gente foi e começou a pedir, fez reunião com o prefeito tudo ai ele diminuiu pra meia em meia hora. Mas o fluxo era muito, por que nosso ônibus vinha de lá e fazia a volta aqui. Era o Leopoldina. Ai ele diminui pra 15, mas o ônibus saia assim de gente. Foi ai que ele liberou mais ônibus, em seguidinha ele boto o Rubem Berta. Mas ai o Rubem Berta também saia superlotado, porque quando invadiram lá invadiram aqui também. Foi tudo junto, porque esses aqui tinha uns quase pronto. Lá no nosso prédio nós fazia assim: Fulano tu fica pra cuida. Amanhã tu avisa na firma que tu vai fica pra cuida pra ninguém mais invadi, por que não tinha porta não tinha nada, tinha só umas persiana. Mas olha como nós era unido. Mas nós não tinha água, não tinha tanque, não tinha pia. Não tinha nada. Era só como se diz o buraco. E a gente entrou e começou a ajeitar, e eles diziam que ia nos tira. Ai a gente foi pra frente da prefeitura e o Alceu Colares falo, não eles querem paga então vamos acertar a proposta deles. Aquela época era o Alceu Colares e o Pedro Simon Ai foi depois que a gente acerto. Ao foi conseguiu botar a luz. Ai depois a gente tentou a água. Mas a água veio só depois de dois anos, porque nós ligava a água e eles desligavam. Ai a gente achou a chave geral e ligou. Ai nós falamos se querem cobra, cobra, porque a gente quer pagar. Nós pegava água ali onde é a brigada agora. Ai dava pra tomar banho. Dava pra levar pra casa.

R 1.2: --

R 1.3: Vai fazer 24 anos.

P2

R: Sim.

R 2.1: Bah, mas isso ai sempre foi muito bom, pra participa das reunião. Pra querer mais, mais arrumação, mais direito pra coisa aqui dentro. A gente tinha mercadinho aqui dentro, mas mercadinho assim. Ai o pessoal foi evoluindo, agora a gente tem até o Assum aqui

dentro. Por que aqui a gente não tem necessidade assim, de dizer há não tem nada. Aqui o que estragou um pouco... aqui era pra ser um bairro muito bonito. Foi feito um projeto junto com a prefeitura, estado a associação e os próprios moradores. Por que ninguém tinha pátio fechado não tinha muro não tinha nada. Então foi feito um planejamento, ai era aquilo, sem garagem, poderia ter feito o boxe coisa assim. Era pra ser tudo direitinho, o que era área de condomínio era condomínio, área de comércio de comércio. Esse planejamento a gente levou acho que 6 meses fazendo aqui no Oriente, inclusive isso foi pro exterior, pra Holanda, não lembro onde. Só que o pessoal realmente dos prédios, como os síndicos não tinham firmeza, foi ai que bagunçaram, fizeram garagem, abriram botequinho, tira a frente dos prédios, esse tipo de coisa. Teve prédio que se manteve, não deixo faze e conseguiu. Agora, se fosse feito como foi planejado isso seria um bairro muito bonito. E o governo tava disposto a ajudar

R 2.2: Antes era muito boa porque as pessoas tinham vontade de participar mesmo. Agora olha a gente fala olha tal dia tem reunião, a gente vai coloca um ônibus na frente da associação, quem quiser ir participar com a gente. Agora mesmo essa coisa do posto 24h, que é vida né, nos saímos daqui com o ônibus com o que, eu acho que 25 pessoas né, que era pra lotar né, por que o sindicato nos deu ônibus, deu lanche ainda, quando as pessoas saíssem da reunião tinha lanche, era pra sair com o ônibus lotado né. Porque nesse orçamento participativo, quanto mais gente o bairro põe lá mais rápido vem as coisas né, ai outros bairro levam mais gente. Olha a primeira coisa que eles falam pra gente é, há mais ai hoje eu vou perder minha novela... Mas como tu prefere perde a novela, do que ir em uma coisa que nós podemos ter um lucro muito bom no final.

R 2.3: --

P3

R: é regular.

P4

R: Boa, eu sou a síndica lá. Eu digo tal coisa assim não pode, a lei é assim não é lá, pra fazer tudo direitinho pra depois não ter de pagar uma multa lá. Mas todo mundo concorda, tem um só lá que não concorda.

P5

R: Tudo bem.

R 5.1: Tanto de dia quanto de noite, ando por tudo ai, essas reunião de noite, depois das 10 horas. Eu andava por tudo ai nesse bairro quando tinha as reuniões, dava bom dia pra um, boa tarde pra outro.

R 5.2: Minha atitude era fica olhando e chama a brigada. Por que a gente não pode se meter né. Tem que olhar e chamar.

R 5.3: Mais ou menos (devido à insegurança local), por causa de que eu chamo eles, converso com eles... e pra mim não tem problema.

R 5.4: Sim

P6

R: Bom.

R 6.1: Olha a meu ver seria ter mais educação, uma escola de 2º grau no bairro...

R 6.2: A falta de interesse nas questões do bairro.

R 6.3: Eu queria trabalho pra por esses jovem trabalhar. Uma firma que desse emprego pra todo mundo, todo mundo trabalhando. Um banco também.

Entrevistado 07

P1

R: Bom na época eu morava de aluguel, e teve aquela invasão. Ai eu vim pra cá, e com o tempo a gente regularizou, e foi minha loteria ter essa casa e não ta pagando aluguel hoje.

R 1.1: Há não tinha nada. Não tinha água, luz, não tinha ônibus, nada. A gente lavava roupa em uma sanga la em baixo, tinha que busca água lá embaixo. Pra pegar um ônibus tinha de ir lá no Leopoldina. Não tinha luz era vela.

R 1.2: Não na época não. Teve aquela coisa que a gente tinha de esperar a regularização né.

R 1.3: vai fazer 25 anos.

P2

R: Não

R 2.1: --

R 2.2: --

R 2.3: Positiva. Eles já conseguiram bastante coisa

P3

R: Começou a melhorar agora, depois da cobrança do IPTU, antes não tinha. Daí agora começou a melhorar.

P4

R: É boa

P5

R: De dia não tem problema nenhum.

R 5.1: A noite fica complicado.

R 5.2: Eu tentaria pelo conhecimento que eu tenho apaziguar.

R 5.3: É ruim

R 5.4: Sim a autoridade maior seria eles né.

P6

R: Olha é um lugar bom de morar, a gente tem ônibus, bastante comércio, as pessoas são trabalhadoras né. A dificuldade que a gente tem aqui é a segurança e a saúde. A gente não tem um posto aqui que seja capaz de atender toda essa gente.

R 6.1: A educação, os colégios são bons, os professores são bons.

R 6.2: Acho que são duas né, segurança e a falta de saúde.

R 6.3: Alterar o que? É aí que eu digo pedir segurança, pedir ajuda pros drogados que tão aí incomodando. Mas o problema mesmo é a segurança né. Os drogados, por que eles perturbam, eles pedem, se tu não dá eles roubam, se tu manda a criança no armazém eles vem e roubam né. Mas pra isso também tu não tem como liga pra brigada toda hora. Nossa segurança é péssima. Mas olha só, aqui é bom, tem tudo, nosso comércio, tem transporte pra tudo que é lado, todo mundo trabalha, todo mundo é trabalhador. O colégio é bom, tem um aqui, mais um ali pra baixo.

Entrevistado 8

P1

R: As gurias tinham terminado os estudos, aí eu vim pra cá acompanha elas.

R 1.1: Tava pior do que era agora. Mas agora tá bem melhor.

R 1.2: Não.

R 1.3: 13 anos

P2

R: Da igreja católica.

R 2.1: É bom né. Nós viemos pra cá, a igreja tava ali, só coberto e o piso, hoje tá bem.

R 2.2: Há, ajuda bastante né, mas aqui sabe como é. Não é fácil né. De noite aqui sai da igreja tem que se cuida muito que os cara ataca menos.

R 2.3: não sabe.

P3

R: Na época de política eles aparecem.

P4

R: Com meus vizinho é boa. Me dou com todo mundo.

P5

R: De dia não tem problema.

R 5.1: De noite eu não me arrisco, até as 10h por ai. O mais longe é até a igreja, ou pra leva as guria em alguma festinha assim, ai gente reúne uns 2, 3 e sai junto.

R 5.2: Essas coisa eu caio fora, não me meto.

R 5.3: Pra mim hoje ta bem, por que quando eu vim pra cá diferença é bastante. Antes tu via muito pouco.

R 5.4: Sim eu tenho até o telefone, eles me deixaram o telefone deles mesmo pra ligar caso desse alguma coisa.

P6

R: Olha, hoje... é tem gente que acha que é ruim, ruim. Olha é só o cara se cuida e não se bota nessas coisa. Tem muita coisa que se vê que se mata, quase toda semana, mas sempre entre eles, mas assim gente boa é difícil né. Mas isso acontece por tudo.

R 6.1: Mais positiva. Eu acho que aqui é bom por que o que precisa tem. Lotação, ônibus, qualquer hora tem, tu vai pra toda grande porto alegre. Farmácia tem, a única coisa que falta assim é um banco, tinha agora tiraram não tem mais, isso que falta aqui.

R 6.2: Olha, tem umas coisas assim que. Não adianta. Tem por tudo assim, eu acho que incomoda bastante os cara da noite na rua, dorme na calçada, faz sujeira, mas tem por tudo né, tu vai no centro tem também.

R 6.3: Tem uma coisa que ta muito errado aqui no bairro é muito cara que vendem na rua sem nota, sem nada, a maioria do comércio aqui não paga nada. Ta ilegal. Quando chega final do ano eles botam uma lojinha ali, ficam janeiro, fevereiro dai eles fecham e não pagam nada. Aqui o fiscal vêm, eles me multam se tem uma peça de roupa, alguma coisa sem nota eles me multam. Agora os cara da rua eles não multam. Não tem como o cara paga, fica em dia tudo, pros outros vir a temporada no fim de ano que a venda é boa depois ir embora.

Entrevistado 9

P1

R: Meus parentes moram aqui, onde eu morava era muito chato, uma vila muito xarope.

R 1.1: Não respondeu.

R 1.2: Tive bastante, eles querem muito caro pra morar, a entrada é muito cara.

R 1.3: Há pouco tempo. Três meses.

P2

R: Por enquanto não.

R 2.1: --

R 2.2: --

R 2.3: --

P3

R: Não soube responder.

P4

R: Ai, eu é: bom dia, boa tarde e até logo. Não sou de me misturar muito.

P5

R: De dia bem

R 5.1: De noite tem de se cuidar um pouco

R 5.2: Eu passo reto e não me envolvo. Passo e não me envolvo. A gente nunca sabe o que é né.

R 5.3: Até que ta bom.

R 5.4: Eu chamaria.

P6

R: É um bairro bom, só que assim, cada um na sua.

R 6.1: Não sei responder.

R 6.2: Negativa é o problema das drogas.

R 6.3: Seria a questão das drogas né, pediria ajuda, sem ajuda não da pra mudar né.

Entrevista Comandante do 20 BPM, Tente Coronel Paulo Ricardo Quadros.

1 - Existe algum plano específico de patrulhamento para a região do Condomínio Rubem Berta, tendo em vista a característica urbana e social da região?

Primeiramente eu sou o Tente Coronel Paulo Ricardo Quadros, comandante do 20 BPM, e estou a dois anos comandando o 20 BPM. Dentro área do 20 BPM nós temos o complexo Rubem Berta. Nossa delimitação de espaço territorial Vila Ipiranga, Saturnino de Brito, Estrada do Forte sentido centro bairro a divisa com Viamão Passo Dorneles, Alvorada pela Baltazar de Oliveira Garcia e a divisa de Cachoeirinha pela Assis Brasil. É considera a área pelo censo da prefeitura 30% dos moradores de Porto Alegre, esta concentrada no extremo norte de Porto Alegre. Nos temos hoje 128 bairros. Bairros no qual a gente pode dizer também bairro e vilas, Bairro Lindóia, Vila Nazaré, então nos temos 128 complexos residenciais podemos chamar assim. E dentro destes complexos residenciais, nos temos o

Complexo Rubem Berta, que nós delimitamos o espaço físico do complexo Rubem Berta a Baltazar de Oliveira Garcia, Manuel Elias e Protásio Alves, divisa com Alvorada e divisa Viamão. Então pra nós esse é o Grande Rubem Berta. É uma área bem delicada. É uma área onde na década de 80 teve muitas invasões onde o sistema habitacional estava quebrado, o governo não financiava o sistema habitacional, e foi uma área que na década de 80 vários prédios semi-acabados, semi-prontos estavam sendo construídos, e nessas construções muitas empreiteiras quebraram, quebrando essas empreiteiras os prédios ficaram abandonados, em forma de esqueleto né, o que aconteceu, houve uma invasão, houve invasões desses prédios aí, foram tomados sem nenhuma condição de habitação pra uma pessoa, não tinha água, não tinha esgotos, não tinha condições nenhuma, mas foram habitados, porque o governo incentivou na época. Então nesta área um exemplo bem claro é o Timbaúva 3 divisa com Alvorada. É uma área que o governo tá lá, mas tá invadindo, cada vez mais tá construindo residências irregulares, em locais irregulares, que provavelmente agora no inverno o que vai acontecer, o rio deve encher e deve entrar em calamidade pública principalmente aquela área, porque órgãos municipais e estaduais tem de tomar posições referente a essas habitações irregulares.

E aí vira casa de polícia. Quando departamentos, órgãos municipais, estaduais e federais não tomam suas providências que devem tomar, estoura ou na educação ou na segurança pública. Eu tenho pena do professor, o professor é um herói. Administrar uma escola com vários problemas sociais, e então a missão nobre do professor e transmitir conhecimento então, o que acontece, os pais cobram dos professores que eles tem de educar os jovens. Não. A missão do professor é transmitir conhecimento. Quem tem de educar os filhos é os pais. E infelizmente no meu entendimento a família não está se fazendo presente na educação dos seus filhos. E aí entra o entorpecente, entra a droga e entra o crime e a superlotação dos presídios.

A área do complexo Rubem Berta nós fizemos reuniões mensais no centro vida, onde toda primeira quinta-feira do mês tem no complexo centro vida na antiga cerâmica modelo, reuniões do eixo-Baltazar de Segurança, onde seu Ronei, ele é o responsável pelo complexo Rubem Berta, então as várias associações de bairro canalizam pra ele, e ainda nessas reuniões todas as quinta-feiras nos tratamos o problema de segurança do complexo Rubem Berta. Então nós incentivamos as ações de polícia preventiva, ações de polícia ostensiva, ações de polícia da área de inteligência e ações de polícia tática, sempre em conjunto com a comunidade, nas reuniões comunitária, conversando com a comunidade, que é a comunidade que sabe dos problemas acontecem no bairro. Atualmente nós estamos fazendo um trabalho comunitário, com

a comunidade do Beco dos Coqueiros onde nós estamos em contato com o instituto de identificação para confecção de 80 carteiras de identidade, sem cobrar a taxa pra confecção da carteira de identidade, com isso a comunidade cada vez mais acredita na Brigada Militar, acredita no trabalho de polícia preventiva.

2 - É sabido que a região apresenta índices preocupantes de homicídios, sendo estes presentes no discurso dos entrevistados, existe alguma ação específica sob esta problemática?

O nosso problema, o problema de homicídios, é uma área muito delicada, é uma área dentro das áreas do 20PBM é uma área onde o índice de homicídios alto, a gente conseguiu baixar do ano de 2009 pra 2010 30% dos homicídios. É infelizmente 90% dos homicídios que acontecem no complexo Rubem Berta tem envolvimento direto ou indireto com entorpecentes, no uso, na posse ou no tráfico de entorpecentes, não tem não pagar, quando tu não paga a dívida de drogas tu paga com tua vida. Lá não tem SERASA E SPC, o que tem na droga é a vida, quando tu deve tu paga, tu paga com a vida. É infelizmente é uma área muito delicada, várias ações nós fizemos ali, vários entorpecentes nos aprendemos ali. Agora nos estamos com um flagrante, foi aprendido maconha, foi aprendido crack, então diariamente a uma grande apreensão de entorpecentes pelo 20BPM que é o batalhão que faz o policiamento ostensivo preventivo na área.

3 - O problema do consumo de drogas, tráfico e briga entre gangues aparece como um dos fatores que causa preocupação e instabilidade na região, pois frequentemente discussões entre grupos rivais terminam, segundo o relato dos moradores com mortes. Qual a visão/atuação da polícia frente a este problema?

4 - O acesso e convívio da Brigada Militar com os moradores da região aparece como satisfatória. Isto é fruto de alguma ação de convivência específica da brigada com os moradores, ou lideranças comunitárias?

Bom o grande problema do entorpecente é a desestabilização da família. Infelizmente o pai e a mãe esqueceram que o seu bem maior é seu filho, e o jogaram o seu filho ao mundo. Nós participamos de uma reunião na escola Argentina, onde 80% das crianças que estudam na escola argentina, aqui ao lado do batalhão são oriundas da vila Nazaré. Uma vila bem pobre. Uma vila com problemas de entorpecentes que nós combatemos diariamente ali. Mas o que acontece. Os pais que vem nas reuniões são os filhos que não tem problema. Os pais que os

filhos tem problema não vem na reunião. Mas eu quero registra isso ai, que o problema de entorpecente e o problema do pai e a mãe não assumir sua responsabilidade não é só na vila. É do Lindóia, é do Três Figueiras é do Guarujá. Hoje a droga não tem nível social, a droga o entorpecente está em todos os níveis sociais. O que tem que acontecer é o pai e a mãe, a família se estrutura, a família ser forte, e aplica nessa criançada, hoje nós temos crianças de um ano, dois anos, de cinco, até de 12, 13 14 anos, a família tem de aplica. O estado como órgão administrador do administrador do país, em nível federal, incentivar o ensino. Eu entendo que essa criançada, que a gente entra em qualquer local hoje e tu vê que as crianças estão... atiradas na rua. Atiradas na rua. Tu sai aqui ao meio dia hora que acaba a aula na Escola Argentina tu vê que as crianças fica toda na praça. Eu entendo que as escolas tinham de ser como era a uns 20 anos a traz, e o governo federal aplicar em cursos técnicos como tinha antigamente, técnico em contabilidade, técnicas domésticas, técnico fazer costura bordado, futebol, vôlei, esporte ai eu acho que entraria a figura das escolas como um prédio com uma estrutura razoável uma estrutura geográfica pelo tamanho e pela localização das escolas, e ia facilita esse trabalho. E deixa essa criança ocupada. De manha aula, sala de aula, e pela tarde cursos técnicos profissionalizantes. E ia preparar essa criança também para o futuro. O Brasil é um país em desenvolvimento, em crescimento. E hoje o nosso maior problema é a mão de obra. Hoje tu vai em determinados órgãos da parte construção civil e não tem pessoas preparadas pra pedreiro, ferreiro, pra colocador azulejo. Então ta faltando gente qualificada. Então o que falta na minha opinião, um policial com 32 anos de serviço, que é o meu tempo de serviço. Aplicar nessa criançada. Porque vou te dizer nesses 32 anos de serviço eu já prendi o avô, o pai e o filho, e devo prender o neto de uma família na vila Farrapos, agora se nós não aplicarmos nessa criançada que hoje esta saindo do convívio familiar, e o pai e a mãe assumir sua responsabilidade. Porque o governo o estado sozinhos não conseguem fazer nada se o pai e a mãe não vislumbra que a coisa mais preciosa que eles tem não é a televisão não é a geladeira, não é o carro, é o filho a coisa mais preciosa que ele tem. E ele o pai e a mãe tem de assumir essa responsabilidade. Então eu deixo esse meu alerta de um profissional de policial ostensiva, de uma área muito delicada de Porto Alegre que é o extremo norte, eu estou fechando dois anos no comando da unidade. É essa preocupação com essa criançada que ta na rua. Os estados unidos gastaram fortunas no combate repressivo a venda de entorpecentes e não adiantou nada, e hoje os estados unidos esta gastando em cima de prevenção, trabalhos junto as comunidades, as associações de bairros, comunidade escolar, junto a polícia também. Nós temos o POERJ combate e resistência a droga, temos vários programas que o batalhão realiza junto a comunidade, nós temos os ACISO, ação cívico

social, agora nós estamos fazendo um programa junto ao Beco dos Coqueiros, a soldado Marli esta fazendo este trabalho dando 80 carteiras de identidade pra pessoas que não tem carteira de identidade, sabe por quê? Porque não tem dinheiro pra pagar uma carteira de identidade. Ai entra o governo bancando isso ai. É ligações clandestinas de luz. Tu acha que o cidadão não quer tem luz legalizada? Ele quer, ele quer ter CEP, porque se ele não tive o local onde ele mora, o local ou logradouro ele não pode ter emprego ele não consegue tirar o documento. Mas será que o governo não pode bancar isso? Vai na vila Protásio Alves I e Protásio Alves II. Há daí vem a CEEE pra cortar a luz, ai é caso de polícia, porque eles trancam a Protásio Alves pra fazer a manifestação. Mas onde entra o estado, onde entra o município, o governo estadual o governo federal? Há quando da o estouro entra a polícia, ai entra como órgão repressor, porque tem q usar a tropa especializada para desobstruir a via. Porque eu tenho de respeitar o direito de ir e vir de todos os cidadãos e não só dos manifestantes, mas onde ta o estado pra organizar a luz, organizar o saneamento básico, organizar as creches escolas, onde esta o estado. Cadê o governo municipal, federal estadual. Muitos programas são lançados na mídia, que duram 3 meses, 4 meses, programas muito bons que são lançados na mídia principalmente em época de eleição.

Agora nós a polícia ostensiva, a Brigada Militar, os professores heróis anônimos, nós passamos 24 horas dentro destas comunidades carentes que necessitam de carinho. Carinho. Como o senhor mesmo viu, realizou uma pesquisa no Rubem Berta, os moradores confiam na gente. Confiam neles (apontando para os oficiais na sala ao lado). Agora infelizmente a brigada militar não tem condições de resolver problema se sujeira, poda de árvore em praça, falta de luz ou gato, isso não é missão da brigada militar. Nós temos o DMLU, SMED, SMAN, uma secretaria que cuida de praça. Um exemplo dos ferros velhos da Av. Sertório. Nestes 2 anos que eu estou aqui eu já fechei 4 vezes o mesmo ferro velho, mas toda vez que eu vou lá tem o alvará da SMIC. E ai? Eu acho que ta na hora também de criarem vergonha na cara e não deixarem tudo na brigada. Ai cai tudo nas costa da brigada e na educação, porque a brigada é a única quem tem de dar explicação, que ta dando explicação. Cai tudo nas costas da brigada e da educação. E era isso que eu tinha pra te falar.